

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**O poder da ironia na crónica humorística portuguesa: análise pragmático-discursiva  
de crónicas de Ricardo Araújo Pereira e Eça de Queirós**

Daniela Alexandra Matos Teixeira

Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa: Investigação e Ensino

2018

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**O poder da ironia na crónica humorística portuguesa: análise pragmático-discursiva  
de crónicas de Ricardo Araújo Pereira e Eça de Queirós**

Daniela Alexandra Matos Teixeira

Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa: Investigação e Ensino

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Roboredo Seara

2018

## Resumo

O presente trabalho de investigação visa proceder a uma análise pragmático-discursiva do género textual crónica, mais propriamente, da crónica humorística, tendo em conta a multiplicidade temática a que alude, entrecruzando dois “tons” díspares, que aqui se conjugam, o jornalístico e o literário.

Demonstrar-se-á como este género textual apresenta diversos mecanismos linguístico-discursivos, como sejam elementos léxico-morfossintáticos estrategicamente “arranjados”, e bem assim os atos ilocutórios, os recursos retórico-expressivos, os tipos de cómico, empregues nas várias sequências textuais.

Mais do que empregar estratégias, a crónica humorística “toca consciências”, isto é, desperta nos recetores emoções, motivações e até comportamentos, com intencionalidade, em crescendo, de relato, denúncia, crítica, moralização, mudança social, ainda que para tal viole deliberadamente princípios e máximas conversacionais, em ameaça à face dos interlocutores.

Proceder-se-á à análise comparativa e contrastiva de composições textuais de momentos histórico-literários distintos, representados por duas gerações de cronistas: da atualidade, atravessando os séculos XX e XXI, Ricardo Araújo Pereira, autor de “Crónicas da Boca do Inferno”, publicadas na revista *Visão* (versões em papel e *online*) e reconfiguradas em livros (2007, 2009 e 2013); do século XIX, Eça de Queirós, autor de *Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»* (1965, data da edição aqui consultada), que reúne textos d’ *As Farpas*, escritas em parceria com Ramalho Ortigão. Pretende-se com esta análise demonstrar possíveis similaridades temáticas, confluências de intencionalidade, sublinhando o seu valor crítico, interventivo e moralizante, bem como regularidades estratégicas e sequenciais.

**Palavras-chave:** crónica, ironia, humor, cortesia, crítica

## **Abstract**

This research will pragmatically and rhetorically analyze of the textual genre chronicle, more specifically, the humorous chronicle, bearing in mind the variety of themes, crossing two different “keys”, that combine each other, the journalistic and the literary.

It will demonstrate how this textual genre presents several linguistic and discursive mechanisms, such as lexical, morphological and syntactical elements strategically engaged, as well as illocutory acts, rhetorical and expressive resources, types of humor, applied to different textual sequences.

More than using strategies, the humorous chronicle “touch consciousness”, i.e., evoke emotions, motivation and even behavior to the interlocutors, with the increasing intention of reporting, accusing, criticizing, moralizing, stimulating social change, even if, to do so, it deliberately violates conversational principles, threatening the interlocutor’s social image.

It will comparatively and contrastively analyze texts, from different historical and literary moments, represented by two different generations of chronicles: the current one, crossing the 20th and 21st century, Ricardo Araújo Pereira, author of “Crónicas da Boca do Inferno”, published in *Visão* magazine (in paper form and online) and reajusted in books (2007, 2009 and 2013); from the 19th century, Eça de Queirós, author of *Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»* (1965, publication date of the employed edition), that gathers texts rewritten in partnership with Ramalho Ortigão.

The aim of this analysis is to demonstrate possible thematic similarities, confluence of intentionality, emphasizing its critical, interventional and moralizing value, as well as regularities of strategies and sequences.

**Key-words:** chronicle, humor, irony, politeness, criticism

## **Dedicatória**

Dedico esta minha dissertação ao meu amado filho, primeiro, por ser um pouco dele também, quer do tempo que lhe tirei, quer da energia que me transmitiu e, mais ainda, por ser o marco mais significativo da minha vida, que determina “o antes e o depois” da pessoa que sou hoje e que muito me apraz.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Jeová Deus, pela humildade, fé e força que sustentam a minha vida e me fazem sentir capaz e segura, mas nunca prepotente.

Agradeço a duas gerações que rodeiam a minha vida: os meus pais, pelo seu voto de confiança, transmitido através das expectativas que depositam em mim; e ao meu filho, pela generosidade de tempo e carinho, que me possibilitaram realizar este empreendimento, e pela energia, que me motiva a exigir mais de mim mesma.

Agradeço ainda “à minha aldeia”, que inclui o grupo dos meus amigos queridos, por serem o meu esteio, diretamente ou através do meu filho. Pessoas tão especiais na minha vida, cada um à sua medida (e que aqui não nomeio, pois costumo fazê-lo pessoalmente, em todas as ocasiões possíveis), cuja presença é crucial e significativa, como aconteceu durante este projeto, permitindo-me concretizá-lo.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Doutora Isabel Maria Roboredo Seara, pelas sugestões sucintas e pragmáticas, que tão clara e eficazmente orientaram o meu trabalho.

## Índice

<b>Resumo</b>	III
<b>Abstract</b>	IV
<b>Dedicatória</b>	V
<b>Agradecimentos</b>	VI
<b>Índice</b>	VII
<b>Introdução</b>	1
<b>Parte I: Enquadramento teórico</b>	5
1. A crónica: elementos para a caracterização do género textual	6
1.1 Visão histórica da crónica como género	12
1.2 Subgéneros da crónica	14
2. A crónica humorística	17
3. Sequências rítmicas: as sequências textuais	21
4. Mecanismos linguístico-discursivos	25
4.1 Atos ilocutórios	25
4.1.1 Atos ilocutórios expressivos	28
4.2 Princípios e máximas comunicacionais	32
4.3 Atos ameaçadores da face	42
4.4 Recurso retórico-expressivo	46
4.4.1 A ironia	46
4.4.1.1 Ironia e sua relação com o humor e o sarcasmo	49
4.4.1.2 A regulação da carga irónica	55
4.4.1.3 Estratégias linguístico-discursivas: elementos léxico-morfossintáticos	60
4.4.1.4 Estratégias linguístico-discursivas: elementos sintático-tipográficos	64
4.4.2 Outros recursos retórico-expressivos	66
<b>Parte II: Metodologia</b>	70
1. Seleção e opção metodológica	71
<b>Parte III: Análise retórico-pragmática do <i>corpus</i> textual</b>	75
1. Apresentação da análise	76
2. Crónicas sobre o insulto e a censura reativa em ambiente parlamentar	77

2.1 “Peço desculpa, contive-me”	78
2.2 “Três dias de insultos no Parlamento”	82
3. Crónicas sobre a materialização da religiosidade – comércio de artigos religiosos	86
3.1 “Fé por apenas 9 euros e 99”	86
3.2 “Os missionários e o seu ramo de negócio”	90
4. Crónicas sobre Portugal e Grécia – fragilidades em evidência comparativa	98
4.1 Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado”	98
4.2 “O Governo e a Emigração”	101
5. Reflexões conclusivas da análise retórico-pragmática	105
<b>Considerações finais</b>	107
<b>Referências bibliográficas</b>	112
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO 1 – “Peço desculpa, contive-me”, de Ricardo Araújo Pereira, (publicada na revista <i>Visão</i> , em 06-04-2017, disponível em <a href="http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2016-12-07-Peco-desculpa-contive-me">http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2016-12-07-Peco-desculpa-contive-me</a> )	II
ANEXO 2 – “Três dias de insultos no Parlamento”, de Eça de Queirós, ( <i>Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»</i> , 1965, pp. 165-168)	IV
ANEXO 3 – “Fé por apenas 9 euros e 99”, de Ricardo Araújo Pereira, (publicada na revista <i>Visão</i> , em 07-12-2016, disponível em <a href="http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2017-04-06-Fe-por- apenas-9-euros-e-99">http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2017-04-06-Fe-por- apenas-9-euros-e-99</a> )	VI
ANEXO 4 – “Os missionários e o seu ramo de negócio”, de Eça de Queirós, ( <i>Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»</i> , 1965, pp. 223-228)	VIII
ANEXO 5 – “Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado]”, de Ricardo Araújo Pereira, (publicada na revista <i>Visão</i> , em 28-11-2013, disponível em <a href="http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/portugal-nao-e-inserir-nome-de-pais-ainda-mais-desgracado=f759235">http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/portugal-nao-e-inserir-nome-de-pais-ainda-mais-desgracado=f759235</a> )	XI
ANEXO 6 – “O Governo e a Emigração”, de Eça de Queirós, ( <i>Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»</i> , 1965, pp. 313-320)	XIII

*Se pusermos de lado o riso pelo riso, o cômico que por si mesmo se justifica, e atentarmos apenas no riso provocado pela discordância do humorista com as realidades que o cercam, havemos de convir em que o riso é útil.*

*É essa discordância, esse choque do escritor com o mundo real, que enobrece o humorismo.*

FERREIRA, Virgílio. (1943) *Sobre o Humorismo de Eça de Queirós*. Coimbra: Faculdade de Letras.

## Introdução

A crónica humorística comporta, em si mesma, um sentido de pluralidade tão rico e intenso que efetivamente convida à sua análise. Em termos de temática, estilo linguístico-discursivo, intencionalidade comunicativa e efeito perlocutório, este género transforma-se, adapta-se, numa flexibilidade admirável.

Naturalmente, este género textual, considerado breve e fragmentário, é um exemplo da riqueza da própria comunicação, sendo que os seus mecanismos são empregues pelo enunciador, não apenas em conformidade com o género e objetivo, mas com o objetivo de “tocar” o seu recetor, inclusive ao nível comportamental.

Esta dissertação centra a sua atenção nas crónicas humorísticas de Ricardo Araújo Pereira, autor de “Crónicas da Boca do Inferno”, publicadas na revista *Visão* (versão papel e *online*) e reconfiguradas em livros (2007, 2009 e 2013), e de Eça de Queirós, autor de *Uma Campanha Alegre – De «As Farpas»* (1965, data da edição aqui consultada), que junta textos escritos em parceria com Ramalho Ortigão. Os textos e seus autores encontram-se cronologicamente inseridos entre os séculos XIX a XXI. Os dois cronistas redigem as suas crónicas com engenho, em especial no uso dos mecanismos retórico-discursivos que favorecem a sua intencionalidade comunicativa, a saber, a denúncia, a crítica, como no presente estudo se demonstrará.

A metodologia de estudo adotada inicia-se com o elenco dos mecanismos linguístico-discursivos essenciais que caracterizam o ato comunicativo, escrito ou falado, e que se empregam também no género em estudo. São analisados os efeitos quer da aplicação quer da inobservância de alguns desses mecanismos, ao serviço da intencionalidade comunicativa da crónica humorística. Têm especial atenção os recursos retórico-expressivos, e, sobretudo, a ironia, com o seu sentido crítico e de denúncia, descrevendo-se as estratégias da sua concretização, assim como da sua regulação, desde a forma explícita ao seu grau mais implícito, com o levantamento de exemplos do *corpus* textual.

Concomitantemente, a abordagem é de cariz comparativo, ensaiando mostrar como crónicas distanciadas mais de um século, se servem de estratégias linguísticas similares.

A seleção do *corpus* textual em análise teve em conta quer a abordagem de temas polémicos, como sejam a política, a religião e a economia, quer a aproximação entre os autores no motivo de tal abordagem, de forma a verificar se a tal similaridade temática

corresponde semelhança no emprego dos mecanismos linguístico-discursivos e recursos retórico-expressivos. Foram, por isso, escolhidos textos de cada um dos autores, relativos a cada um desses temas, começando pelos do cronista contemporâneo, Ricardo Araújo Pereira, e dispondo-os em paralelo com Eça de Queirós, a saber: “Peço desculpa, contive-me” (*Visão*, 06-04-2017) e “Três dias de insultos no Parlamento” (*Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, 1965, pp. 165-168) sobre a falsa cortesia discursiva em ambiente parlamentar; Em “Fé por apenas 9 euros e 99” (*Visão*, 07-12-2016) e “Os missionários e o seu ramo de negócio” (*Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, 1965, pp. 223-228) relativas à exploração comercial ilícita pela religião; “Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado]” (*Visão*, 28-11-2013) e “O Governo e a Emigração” (*Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, 1965, pp. 313-320) sobre a condição socioeconómica de Portugal, comparativamente à da Grécia.

No que respeita à estrutura desta dissertação, na primeira parte, explicitar-se-ão os principais conceitos teóricos que ancoraram esta reflexão: discutir-se-á o conceito de género textual, deter-se-á a atenção nos conceitos de tipo textual, para, posteriormente, se considerarem as sequências textuais.

Proceder-se-á, ainda, à descrição do próprio género textual em análise, a crónica humorística, ressaltando a sua caracterização, tendo em conta o seu percurso histórico evolutivo.

Efetuar-se-á ainda a explicitação semântico-pragmática dos elementos linguístico-discursivos intrínsecos à comunicação, como sejam os atos de fala, com especial atenção para os expressivos, e os princípios e máximas comunicacionais, assim como a sua violação, pelo emprego de atos ameaçadores da face.

Seguidamente, analisam-se diversos recursos retórico-expressivos, a começar pela ironia, em uso isolado e combinado, nomeadamente a ironia com o humor, a saber, a *ironie humoresque*, epíteto da crónica humorística.

No que respeita à ironia em particular, destacar-se-ão as opções léxico-morfológicas, estruturas sintáticas e marcações tipográficas que servem o sentido irónico e a sua intensificação.

O relevo dado à ironia e seu sentido mais ou menos implícito, sempre carregado de significação, deve-se ao facto de este recurso assumir, nas crónicas humorísticas em análise, um emprego bastante frequente, quer em latência, quer em saliência, o que se

coaduna até com as palavras de Eça de Queirós, relativas à crónica, mas também aplicáveis à ironia, por nessa estar iminente presente, a saber, “Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a lua, e outras vezes alegre e robustamente, como faz o sol” (1981:7).

O nível de implicação da ironia pode ser regulado, através de algumas estratégias linguístico-discursivas, tendo proporcionalidade inversa ao seu grau de agressividade, sendo que o alto grau de profundidade irónica serve aparentemente de atenuante de alguns atos discursivos. Porém, embora dissimule o ato ilocutório, em proteção da face do enunciador, não deixa de violar as máximas e os princípios comunicacionais, nomeadamente o da cortesia, pois a ridicularização mantém-se.

Além disso, o próprio princípio comunicativo da cortesia, embora se condicione a códigos de conduta e protocolos específicos, de acordo com o contexto, tem também, em contexto irónico, um emprego estratégico, mesmo pernicioso, de aparente dissuasão da crítica, que, na verdade, se revela intensificador da ironia e, portanto, da própria ridicularização do outro.

É precisamente pela capacidade comunicativa exemplar em combinar os diferentes instrumentos aqui examinados, nomeadamente pela mestria no uso da ironia, que se justifica a seleção dos autores Eça de Queirós e Ricardo Araújo Pereira.

Note-se que este último autor, para além da escrita, tal como oportunamente se atestará, também na oralidade, através da sua linguagem não-verbal, nomeadamente a sua postura algo solene, a expressão facial habitualmente séria, os gestos parcios, personifica a profundidade da implicação irónica com que permeia as suas intervenções.

A segunda parte desta dissertação expõe a metodologia adotada na presente análise, não sem antes apresentar sucintamente os cronistas alvo deste estudo e a sua obra, assim como justificar a seleção do *corpus* textual, descrevendo o seu enquadramento.

Na terceira parte será feita a comparação de textos selecionados dos textos destes cronistas, ressaltando-se as suas aproximações, ainda que também os seus contrastes.

Conforme mencionado, a análise pragmático-discursiva destas crónicas tem o intuito de investigar as estratégias linguístico-discursivas empregues por ambos autores, de modo que, à medida que se vão constatando os mecanismos usados, são colocados em destaque, devidamente dissecados e comparados.

Por fim, apresentar-se-ão as considerações finais desta dissertação, que elencam o valor do estudo realizado e as conclusões dele obtidas.

Não obstante se observe similaridade nas estratégias utilizadas, muito em especial, a ironia, atestam-se algumas idiossincrasias nos seus estilos. Eça de Queirós enriquece as crónicas analisadas com maior variedade de recursos retórico-expressivos, como a interrogação retórica incisiva e da exclamação retórica em antífrase, ao passo que Ricardo Araújo Pereira, no *corpus* em análise, se manifesta de modo mais despojado de figuras de linguagem, como, de resto, acontece também em intervenções orais, sendo tal atitude evidência da implicação irónica profunda que é seu apanágio.

Em qualquer dos casos, atesta-se ainda o facto de que as crónicas analisadas, de acordo com os seus intentos comunicativos, são dignas de reflexão que excede os próprios limites comunicacionais dos textos.

**Parte I:**  
**Enquadramento teórico**

## 1. A crónica: elementos para a caracterização do género textual

Pendente das necessidades específicas de uma dada sociedade, num determinado momento histórico, tanto do ponto de vista cultural como comunicativo, cada género textual varia no tema, modo composicional, estrutura, estilo. “Os géneros textuais são fenômenos históricos profundamente vinculados à vida social e cultural” (Marcushi, 2002: 19), isto é, são marcados pelo contexto sociocultural e histórico em que surgem. A ligação a essas condicionantes permite-lhes manifestar um carácter dinâmico e maleável, tendo em conta a funcionalidade ou intencionalidade comunicativa.

Ainda que cada género apresente características que o distinguem de diversos outros – “plano de singularidade” –, encontramos-lhes também algumas similaridades, de forma a lhes serem atribuídos “ares de família” – “plano de generacidade” (Coutinho, 2007: 639, 640). É na dicotomia destes “princípios de identidade e variação” existentes nos géneros que se suportam as suas propriedades funcionais ao serviço das circunstâncias socio-históricas (Coutinho, 2007: 644). Esta analogia dos géneros textuais com a família possibilita-nos perceber a relação das suas diferentes “gerações”, visto que, ao longo do tempo, vamos encontrando novos géneros, fundeados noutros pré-existentes, mas agora revestidos de especificidades atualizadas. Revelam, assim, a sua mutabilidade, permeabilidade e adaptabilidade, que contribui para a diversidade e inovação. Isto é, do mesmo modo como a sociedade e a sua cultura modificam, evoluem ao longo do tempo, pela influência de novos fatores, os géneros discursivos também sofrem “transmutação” (Marcushi, 2002: 20, *apud* Bakhtin, 1997), dando origem a outros, “ancorados” naqueles que lhes foram “antecessores”. Na sociedade e nos seus escritos, o presente é descendente de um passado, que deixa significativas memórias e tradições, e origina um futuro, uma novidade, uma inovação.

Por um lado, a permeabilidade dos géneros pode eventualmente dificultar a sua descrição, pelo facto de partilharem e misturarem formas e características. Além disso, os próprios autores manifestam as suas idiossincrasias, fazendo variar a concretização dos seus textos, ainda que do mesmo género.

Por outro lado, é a regularidade de algumas características formais, relativamente fixas, que permite balizar e classificar cada género.

Em evidência do conceito de género textual, e particularmente do seu carácter camaleónico, veja-se o caso da crónica. Tal como indicado por Mónica Serpa Cabral, no seu artigo “Entre o conto e a crónica: o estudo das narrativas de autores açorianos” (2010, 91), atendendo ao próprio étimo da palavra crónica (do grego *chronos*, que significa “tempo”)<sup>1</sup>, esta corresponde ao relato cronológico de acontecimentos do dia-a-dia. Assim, este género breve materializa-se a partir de circunstâncias quotidianas e atuais, relativas às várias esferas da vida, social, política, cultural, trivialidades até, que lhe servem de temática. Nesse contexto, tem objetivos pragmáticos específicos, que evoluíram, ao longo do tempo, conforme adiante se descreve, desde a narrativa de factos, com possível recurso à ficcionalização, à denúncia e à crítica, pela introdução de comentários subjetivos e opinativos do cronista.

A produção das crónicas aqui em análise situa-se temporalmente mais próxima dos acontecimentos ou situações a que se refere, mantendo forte relação com o quotidiano, a temporalidade, da qual não se distancia. Daqui se depreendem aspetos importantes, que se apresentam como características próprias deste género textual.

Primariamente, como referido, a crónica é muitas vezes produzida aquando da vivência dos factos, e nem sempre no registo longínquo da memória destes, de modo que assenta em factualidade histórica.

Além disso, o facto de estar “invariavelmente associada às histórias do quotidiano, aos comentários não ficcionais” (Navas, 2010: 57) confere-lhe credibilidade, característica essencial dos textos jornalísticos de informação.

A sua ligação com a factualidade diária não só permite justificar o facto de se tratar de um género breve, como lhe atribui ainda outra particularidade, que é precisamente o seu carácter efémero, ou seja, a pertinência do seu conteúdo é tão relativa e temporária quanto as situações cronicadas.

Porém, embora se identifique com os textos jornalísticos, conforme se vem demonstrando, também destes se distancia pela ausência de imparcialidade e neutralidade, que, aliás, contrariam a sua natureza reflexiva e carácter opinativo, também especificidades da crónica.

Muito além da objetividade dos factos e da intenção informativa, este género textual é marcado pela subjetividade, já que o cronista reflete sobre os acontecimentos e apresenta a sua opinião, quer em denúncia, quer em crítica.

---

<sup>1</sup> REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macário. (1994) “Crónica”. In *Dicionário de Narratologia*, 4.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada, Almedina

Refira-se que esta subjetividade corresponde mesmo à expectativa do leitor, que espera “ver” o autor no texto, que a ele se entrega e nele se revela, uma vez que a crónica é espaço próprio de opinião, isto é, o cronista manifesta-se segundo a sua perspetiva ou visão sobre o tema a que alude, ao seu estilo, revelando, assim, tendências pessoais, que regista na primeira pessoa.

A presença da identificação ou assinatura do cronista como elemento paratextual obrigatório, que se assume assim como autor, atesta que este se responsabiliza pelo seu texto e se compromete com a posição e ideias que nele apresenta, ao mesmo tempo que se dá a conhecer, em termos de ideias, pensamentos, traços de personalidade.

Há mesmo leitores habituais que buscam, a respeito de temas específicos, a opinião de certos cronistas, a quem respeitam e admiram. Essa assiduidade de leitura é granjeada pela congruência das apreciações, juízos e críticas, exibidas num discurso autoral devidamente “arranjado”, com os dispositivos linguístico-discursivos de que dispõe e domina.

Atingido esse estatuto ou reconhecimento, o nome do cronista por si só, constitui “chamariz” para a leitura e reflexão sobre o texto e, ainda mais, para a opinião nele apresentada. Caroline Valada Becker, no artigo “A crónica e as suas molduras – um estudo genológico” (2013: 16), refere que “o prestígio e nome do cronista têm influência na leitura, aceitação e veiculação das ideias”, o que se confirma até no facto de o leitor abrir o periódico na expectativa de ler o que determinado cronista pensa, comenta, julga sobre um dado acontecimento.

Por seu turno, também o cronista convoca, aberta ou implicitamente, o leitor, com quem dialoga ou convive, num tom muitas vezes coloquial. A fórmula de saudação “caro leitor”, de cariz epistolar, é frequentemente usada por cronistas, como por exemplo, Eça de Queirós e Ricardo Araújo Pereira. Tal expressão serve de solicitação de atenção, o que evidencia também a consciência que o autor tem da expectativa do seu público.

Nas palavras de Eça de Queirós, n’“O Distrito de Évora”, “a crónica é como que a conversa íntima...do jornal com os que lêem...”. No entanto, em discordância com o mesmo autor, não se a considera “indolente e desleixada... sem sistema... sem nexos” (1891: 7), já que tem propósito, ao qual ajusta o discurso, não obstante se lhe admita informalidade e até humor, conforme adiante se clarifica.

Mais ainda, na sua “conversa” com o leitor, o cronista apela ao seu universo referencial da realidade, qual “nexo” (Queirós, 1891: 7) ou contexto, para narrar, relatar, denunciar, desabafar, fazer refletir.

Em concordância com o mencionado, Ruth Navas, no artigo “Estudo para uma antologia crítica de crónicas jornalísticas de autores portugueses do século XX” (2010: 57), salienta a necessidade de o leitor possuir “referências das realidades cronicadas” – que sugere até serem possibilitadas pelo recurso à intertextualidade com outros textos de imprensa – para melhor interpretar o texto, de forma que este alcance a sua intencionalidade crítica e reflexiva.

Adicionalmente, a relação que o leitor estabelece com a realidade permite também atestar a objetividade possível e veracidade das situações cronicadas, essenciais nos textos jornalísticos, a que se junta o sentido de atualidade temática e a frequente coloquialidade do discurso.

Ao mesmo tempo, nas suas reflexões pessoais, o cronista emprega estratégias persuasivas, das quais se destacam os recursos retórico-discursivos, especialmente próprios do texto literário. Tais recursos favorecem a argumentação do cronista, reforçando o carácter opinativo e interventivo da crónica, assim como incrementam a expressividade discursiva, já que propiciam rasgos de criatividade e verosimilhança. Daí que o cronista seja apresentado, por João de Mancelos, no artigo “O poeta é um artesão: a arte da escrita nas crónicas de Eugénio de Andrade” (2010: 115), como “um artífice da palavra, com conhecimento profundo da língua para usar a sua potencialidade significativa”, ao serviço da intenção comunicativa, que favorecerá tanto melhor quanto maior for a sua habilidade linguística e retórica.

Por isso mesmo, muito mais do que um relato cronológico de acontecimentos, na crónica, “as narrativas breves, ficcionais [ou não ficcionais], de opinião e de crítica são uma presença constante” (Navas, 2010: 59). Ainda nesta, segundo Cabral:

“os factos servem apenas de meio para suscitar a reflexão acerca de algo muito mais abrangente e profundo. Assim, o cronista oferece-nos uma visão pessoal dos acontecimentos, dando-lhes um toque próprio, num estilo particular, e incluindo, no seu texto, elementos que o elevam a um outro estatuto muito além do simples texto de carácter informativo.” Desse modo, “frequentemente, conduz à reflexão e discussão acerca dos limites entre a realidade e a ficção, nascendo de

um facto do quotidiano, selecionado pelo cronista, seja ele de carácter histórico, social, político, cultural ou pessoal”.

(CABRAL, 2010: 8)

Também sobre este aspeto, Becker (2013: 19 e 20), no mesmo artigo sobre a crónica, já citado, comenta a junção de funções que o cronista desempenha, as quais divergem ainda de acordo com o nível de enunciação da narrativa, a saber, ficcional e não ficcional.

No caso da narrativa ficcional, o cronista, além de autor, ou “responsável pela produção textual”, é também “narrador”. Já no caso da narrativa não ficcional, o mesmo constitui-se ainda autor quer da experiência (“autor empírico” e “sujeito do enunciado”) quer do texto (“autor textual” e “sujeito de enunciação”). Esta confluência de papéis do cronista adensa a natureza mista deste género textual.

Assim sendo, a crónica é significativamente híbrida, já que convergem, em si mesma, características dos textos jornalístico e literário, mais do que em simultâneo, em complementaridade.

É, por isso, descrita como “narrativa com independência estética e linguística, [que não é apenas] literatura ou jornalismo” (Oliveira, 2014:21, *apud* Pereira, 2004: 170), mas uma relação entre ambos, e detentora de um “caráter polifónico” com “rede interdiscursiva”: literária, jornalística, ideológica, social...” (Oliveira, 2014: 22)

Além disso, introduz-se noutros géneros, contaminando-os com algumas das suas características mais evidentes. Ela compartilha com a ficção narrativa algumas semelhanças, como no-lo diz Carlos Reis:

“Desde logo pode verificar-se que o posicionamento do cronista perante o real revela algumas afinidades com o de um narrador de um relato ficcional: também o cronista adopta uma posição em princípio exterior aos factos e figuras que os vivem, enunciando, para os representar, um discurso virtual ou efectivamente narrativo”, [mantendo a atitude de contar do modo narrativo.]

(REIS, 2000: 88)

A crónica é um género que, frequentemente, conduz à reflexão e discussão acerca dos limites entre a realidade e a ficção, nascendo de um facto do quotidiano, selecionado pelo cronista, seja ele de carácter histórico, social, político, cultural ou pessoal.

Considera-se, portanto, um gênero muito maleável e dinâmico, eclético até, não só pela natureza diversa dos temas abordados, que lhe originam subgêneros, mas também pela abrangência de estilos.

## 1.1 Visão histórica da crónica como género

No decurso do seu percurso histórico, a crónica tem-se ancorado na realidade contemporânea, na coloquialidade, sendo que, progressivamente, viu acrescida e enriquecida a sua face literária.

Originalmente dedicada ao relato objetivo e cronológico dos acontecimentos e, em Portugal, representada, no século XIV, por Fernão Lopes, Rui de Pina e Gomes Eanes de Azurara, este género textual vê reconhecido o seu valor histórico-documental, já que revela o “*modus vivendi*” sociocultural. A dimensão temporal e historiográfica é, portanto, a característica mais valorizada “nos primeiros passos” da crónica.

Porém, cedo começa a ganhar uma dimensão subjetiva e estética, sob a perspetiva dos seus autores, visto que “a vontade de exemplificar cabalmente os acontecimentos [os] leva a interessar-se pela psicologia das personagens”. (Oliveira, 2014: 25)

Veja-se, a título exemplificativo, a crónica de D. João I, de Fernão Lopes, que, mais do que narrar as ações do povo português, apoiante de D. João, Mestre de Avis, descreve a coragem e determinação que manifesta nesses momentos.

No mesmo sentido, também a literatura de viagens dos séculos XVI e XVII insinua tal vertente subjetiva da crónica, conforme se atesta na *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, em que o autor descreve, não só o quotidiano, mas também os próprios indígenas, do seu ponto de vista europeu e civilizado.

No século XIX, com o desenvolvimento da imprensa, a crónica vai progredindo, tanto em termos de posicionamento como de tamanho no jornal, uma vez que se mobiliza da secção de abertura, dedicada às notícias mais prementes do dia-a-dia, para o rodapé, em folhetim, ou mesmo para o interior, em página própria de especialidade, seja literatura, música, arte, ou qualquer outro domínio cronicado.

Esta evolução confere-lhe também visibilidade, de forma que atrai “homens da literatura”, ou melhor, que viriam efetivamente a sê-lo de modo consagrado, mas que na época se dedicam à escrita em revistas, como Eça de Queirós e Ramalho de Ortigão, coautores de “*As Farpas*”, “revista humorística de intervenção política, cultural e social”. (Oliveira, 2014:22)

Desta forma, a crónica ganha maior “preocupação” literária, ao mesmo tempo que reitera o seu discurso subjetivo, através dos comentários, críticas e reflexões acerca da

atualidade, ainda que naturalmente efémera, e mantendo, simultaneamente, o tom coloquial do discurso jornalístico e, em certos casos, como os adiante analisados, a narrativa breve dos factos.

Esse carácter heterogéneo é sublinhado no comentário de Annabela Rita, referindo-se aos textos de Eça de Queirós, n' "*O Distrito de Évora*", que descreve a crónica como "uma secção do periódico, espécie de miscelânea de textos de diferente natureza, do informativo ao poético e ao anedótico...".

A relação da crónica com a literatura fica também vinculada com o seu surgimento em livro, nomeadamente, a crónica dos costumes, de que é exemplo, em Portugal, *Os Maias – Episódios da Vida Romântica*, de Eça de Queirós, que analisa as regras e conduta dos diferentes tipos e categorias sociais, sob "o olhar crítico de um narrador comprometido em 'desmascarar hábitos e comportamentos soltos de uma época e tempo específicos'". (Oliveira, 2014: 28)

Refira-se, contudo, que já outros autores se haviam dedicado à escrita de pendor opinativo, em livro, a partir de factos da vivência social e quotidiana, adivinhando um possível percurso literário progressivo para géneros textuais como a crónica. São os casos de Francisco Rodrigues Lobo, em *A Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (editado em 1619), quase que um preceituário do comportamento cortês, ou Luís António Verney, em *O Verdadeiro Método de Estudar* (editado inicialmente em 1746), perspetivando este último, mais especificamente, a educação literária, o que lhe traria forte polémica.

Paradoxalmente, a publicação da crónica em livro procura dar cunho de permanência a um género cuja essência é transitória.

Na fase moderna, a crónica utiliza diferentes estratégias retórico-discursivas para apresentar a apreciação crítica de um sujeito sobre factos variados do quotidiano, a saber, literatura, teatro, arte, linguística, comportamentos e hábitos sociais, entre outros, independentemente da sua relevância.

Como refere Annabela Rita:

"a realidade... tornar-se-á progressivamente o quadro onde o cronista procura e selecciona qualquer facto quase como pretexto para discursar, opinar e, até mesmo, efabular. Deste modo, a crónica esteticiza-se."<sup>3</sup>

(RITA: 2009)

## 1.2 Subgéneros da crónica

A crónica assume-se como um género “aberto”, de onde descendem outros subgéneros, organizados de acordo com o seu tema, nos quais o cronista chega mesmo a evidenciar alto grau de especialização, podendo construir até sentido de continuidade nas suas produções.

Veja-se o caso da crónica de teor político, que tem como referentes indivíduos que se movimentam nesta esfera e que nela permanecem por um período relativamente prolongado no tempo. O mesmo acontece com o debate de certas questões e as respetivas tomadas de decisão, isto é, podem delongar-se. Deste modo, torna-se comum que o cronista atente o mesmo indivíduo, questão, decisão, atuação em mais do que uma crónica. A crónica política é veículo, ainda que também de informação, especialmente de crítica desse universo.

A crónica desportiva identifica-se pela própria gíria discursiva e, muitas vezes, pela preferência clubística do cronista, que condiciona as suas intervenções às regras e códigos próprios do tema e se circunscreve a este domínio.

A crónica social centra o seu foco nas questões emergentes na vida social. O sentido de continuidade nas produções textuais é aqui menos prolongado, já que o quotidiano é “palpitante” no surgimento de acontecimentos e novas situações dignas de referência. Por essa razão, a demanda de atenção e atualização constante do cronista é maior, assim como a produção textual é mais imediata, por exemplo, em comparação com os subgéneros anteriormente referidos. Ao passo que a regularidade de produção das crónicas política e desportiva pode ser semanal, centrando-se num acontecimento ou facto, no caso da crónica social, a sua produção é mais frequente, diária até, podendo cada texto referir-se a mais do que uma situação.

Essencialmente, a especialidade temática e o registo linguístico-discursivo são alicerces próprios de cada subgénero da crónica.

Particularmente, a crónica humorística caracteriza-se, sobretudo, por aludir a temas genéricos, sejam eles de índole política, social ou outra, com sentido cómico, porém, esse pretexto está carregado de intencionalidade comunicativa reflexiva, conforme adiante melhor se esclarecerá.

Saliente-se que a sonoridade humorística não é exclusiva deste subgénero, sendo também “emprestada” a outros, enquanto mecanismo retórico-expressivo.

Naturalmente, pelos seus sentidos tanto crítico como cómico, a crónica desenvolve também forte ligação com o humor e com a representação iconográfica, que a acompanha, na imprensa portuguesa, desde o século XVII, mas muito mais especialmente em meados do século XIX, com o desenvolvimento da imprensa periódica. Nesta altura, começa a tornar-se frequente e regular o espaço de caricatura e desenho satírico nos jornais, como forma de manifestação contra o poder e contexto político-social existente em Portugal.

Não obstante o período do Estado Novo, com a repressão e a censura ter limitado a crítica de pendor político, no domínio do texto tanto verbal como iconográfico, tal condicionalismo, na verdade, desencadeou e aguçou a astúcia e a competência comunicativa dos indivíduos, de maneira a que tratassem dos diversos temas quotidianos de forma mais estilizada e dissimulada, por isso mesmo, esteticamente mais favorecida, sem contudo deixar de os abordar, sempre que possível.

Por tal facto, continuaram a surgir, em Portugal, publicações periódicas de índole humorística e satírica, tais como o *Sempre Fixe*, publicado até 1962, ou os denominados “jornais de caserna”, editados, na mesma época, nas unidades continentais e ultramarinas do Exército Português e nos quais alguns militares colaboravam com os seus trabalhos alusivos a essa vivência, de que é exemplo *O Jornal do Exército*.

Após o 25 de Abril de 1974, fruto das novas condições político-sociais estabelecidas, das quais se destacam o fim da censura e o respeito pelas liberdades de expressão e de imprensa, a crónica vê enriquecida a sua face estética e literária, tornando-se cada vez mais expressiva e abertamente crítica, para estimular a mesma atitude nos seus leitores.

Atualmente, a crónica continua a ser um género textual recorrente, que acompanha a atualidade, seja em termos de temática, autêntica e transitória, seja em termos de divulgação, cada vez mais prática, rápida e abrangente.

Realçam-se, assim, diversos aspetos caracterizadores da crónica, como sejam:

- a) a brevidade do seu formato;
- b) a dualidade discursiva, tanto jornalística como literária, presente no relato e na reflexão sobre a realidade cronicada, respetivamente;

- c) a vastíssima diversidade temática, que se dispersa pelas esferas social, política, literária, artística, económica, linguística, ou outra que suscite a intervenção crítica do cronista;
- d) a contemporaneidade e a relação com o quotidiano, já que aborda qualquer tema da atualidade;
- e) a efemeridade, que decorre da sua relação com a realidade vigente;
- f) a forma de abordagem da temática, concisa, clara e factual, ao mesmo tempo que crítica, subjetiva e interpretativa;
- g) o carácter opinativo, que evidencia a visão e posição do próprio cronista, registada na primeira pessoa.

Em muitos casos, acrescentam-se-lhe ainda os sentidos humorístico e irónico, ou satírico até, ao serviço da denúncia e da crítica, através da utilização de estratégias léxico-morfossintáticas e mecanismos retórico-discursivos, adiante analisados, em variadas sequências textuais, a seguir elencadas, fazendo-se ainda acompanhar frequentemente de desenhos e ilustrações.

## 2. A crónica humorística

Depois de descrita e caracterizada a crónica, atenta-se agora mais especificamente na crónica humorística, para a qual o humor é a sonoridade fundamental, assim como a ironia, ainda que se incluam outros instrumentos linguístico-expressivos, conforme adiante se desenvolverá.

Importa desde já indicar genericamente algumas características do humor, conforme apontadas por alguns teorizadores, referenciados por Joana Furtado<sup>1</sup> (2018: 5-9), em especial, três teorias específicas, defendidas por Salvatore Attardo, na sua obra *Linguistic Theories of Humour* (1994), na continuidade do trabalho de outros investigadores, como Bergson (1899), Freud (1905), Raskin (1984) ou Propp (1976)<sup>2</sup>.

Segundo a Teoria Social (ou de Hostilidade/ Superioridade), o humor apresenta-se como meio de insurreição contra o socialmente instituído, tendo latente uma intencionalidade crítica, e o riso acontece pela ridicularização do outro, que fica inferiorizado. A Teoria Psicanalítica (ou de Libertação) defende o prazer da libertação física e psicológica como finalidade do humor, já que é o que sente o indivíduo ao rir. Já mediante a Teoria Cognitiva (ou de Incongruência), o humor surge a partir da sucedânea de momentos inesperados, com um fim diferente daquele para o qual parecia encaminhar-se o discurso, de forma que o efeito de paradoxo provoca o riso.

Refira-se que as Teorias Social e Cognitiva descrevem o humor como elemento essencial aquando da própria produção discursiva, pois serve a intencionalidade comunicativa e, portanto, determina a seleção linguístico-discursiva, para que o efeito cómico efetivamente se concretize, contudo, sempre ao serviço de um valor considerado maior, a crítica.

Neste mesmo sentido, Fabiana dos Anjos Pinto (2013: 23-25) corrobora a intencionalidade crítica e de estímulo reflexivo latentes no humor, muito para além da fruição, quando se refere especificamente ao seu uso na crónica, mais propriamente, o género textual crónica humorística, aqui em estudo.

---

<sup>1</sup> FURTADO, Joana (2018) *A piada e a narrativa conversacional de cariz humorístico: um breve estudo comparativo – Dissertação de Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino*. Lisboa: Universidade Aberta

<sup>2</sup> *vidé* BERGSON, H. (1899) *O Riso*. Rio de Janeiro: Guanabara; FREUD (1905) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago - Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 8; RASKIN, V. (1944) “Semantic Mechanisms of Humor”. *In Proceedings of the Fifth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics*. pp. 325-335; PROPP, Vladimir (1976) (Trad. Debbèche, Jean-Patric; Perron, Paul. *On the Comic and Laughter*. Toronto: Universidade de Toronto

Segundo a mesma autora, este gênero, que consagra a conciliação do humor com a crônica, tem uma:

“representação de tendência crítica, tanto evidente como subjacente [no] texto, [que motiva] reflexões do homem sobre si mesmo, o outro e o mundo em que se insere e mostra estereótipos socioculturais, convenções comportamentais e memórias culturais, oscilando entre o que se institui como norma e a ruptura ou reavaliação dessa norma.”

(PINTO, 2013: 25)

Portanto, o humor é visto como “factor de crítica subjacente encoberta pelas intenções dos cronistas” (2013: 34), ainda que, na verdade, se pretenda que tal crítica seja, mais do que descoberta, interpretada pelo leitor, de forma a despertar a sua própria consciência crítica, reflexiva e, mesmo, interventiva.

Refira-se, porém, que também outros mecanismos linguístico-discursivos e retórico-expressivos, como a ironia, que igualmente “joga” com o dito e o não dito, com a congruência e o paradoxo, servem a mesma intencionalidade crítica e integram a construção discursiva da crônica humorística.

Por isso, a análise pragmático-discursiva desta dissertação demonstra formas de uso do humor, em especial, conjugado com a ironia, colocando em evidência as teorias acima descritas, sobretudo, a Teoria Social, visto que corresponde à intencionalidade comunicativa da própria crônica humorística. Não obstante, admitem-se também tanto a possibilidade cômica da incongruência narrativa, patente na Teoria Cognitiva, já que aqui se sublinhará a importância do efeito paradoxal no discurso, como a sensação de prazer proporcionada pelo riso, que subjaz à Teoria Psicanalítica.

Considera-se, assim, que o discurso humorístico se suporta na ridicularização representativa de comportamentos, atitudes e até enunciados discursivos, não só como forma de provocar o riso, mas, categoricamente, como estratégia de induzir à reflexão e, especialmente, à mudança de comportamentos sociais.

Concomitantemente, refere ainda Fernando Almeida que o humor:

“[...] funciona como um espaço que permite aos leitores distanciarem-se de si próprios, terem acesso à sua imagem social a partir de uma perspectiva recuada e rirem-se de si mesmos [assim como do outro]. Podem enxergar-se, então, através de uma visão desenhilhada do compromisso com o sério e com o respeito às instituições e à ordem

estabelecida. Reconhecem, desta forma, suas contradições e seu próprio ridículo [...] Por um lado, se é verdade que o leitor ri [...], tal fato não o impede de se identificar de modo intenso [com o lido].”

ALMEIDA (1999: 13, 14)

Nesta dissertação não se pretende descrever o decurso histórico da crónica humorística, mas, sim, realizar uma análise do estilo de cada um dos cronistas, de dois momentos histórico-literários distintos, a partir de uma perspectiva comparativa. Contudo, entende-se que, durante esse percurso, decerto de acordo com o contexto político-social estabelecido, e bem assim o estilo de cada cronista, o humor é expresso de forma mais ou menos expressa, mais ou menos incisiva. Assim, “ganha terreno à medida que o teor da crítica se incrementa”. (Pinto, 2013: 39)

No caso português, a aplicação estratégica e intencional do humor na crónica, em relação estreita com a ironia, numa perspectiva moralizadora, ganha consolidação ao longo do século XIX, tal como atrás referido. Para atingir esse fim socialmente pedagógico, utilizam-se meios próprios do humor como os cómicos de linguagem, situação e carácter, assim como combinações irónicas de recursos linguístico-discursivos.

As representações satirizantes de cenas da vida social, sejam de âmbito político, religioso, étnico, racial ou outro, são comuns, não a despropósito, nem exclusivamente por diversão, mas com intencionalidade instrutiva ou em nome da educação social, em herança da máxima latina “*Ridendo castigat mores*”.<sup>3</sup>

O objetivo, portanto, poderá não ser apenas fazer rir, divertir e “passar adiante”. Trata-se também de “agitar ou despertar consciências” através do humor.

Acontece que o humor, a ironia, a sátira aplicados na crónica permitem-se violar alguns princípios e máximas comunicacionais, assim como invertem gradativamente o efeito de alguns atos ilocutórios, nomeadamente os expressivos, como será aqui devidamente fundamentado. Todavia, tais procedimentos consideram-se comunicativamente legítimos, até porque eliminar o sentido cómico e mordaz sacrificaria o próprio poder moralista do humor, subvertendo-o simplesmente a entretenimento.

---

<sup>3</sup> “Segundo o *Dicionário de Português Michaelis*, a frase significa “a rir corrigem-se os costumes” ou “a rir corrige-se a moral” e corresponde ao princípio em que se fundamenta a comédia desde a Antiguidade Clássica”. ROCHA, Carlos. “A expressão latina ‘ridendo castigat mores’ = ‘corrige os costumes sorrindo’” In *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-expressao-latina-ridendo-castigat-mores--corrige-os-costumes-sorrindo/29257> [2017-06-17]

Mais ainda, assim como os diversos atos do discurso apresentam múltiplas facetas, de acordo com os contextos em que surgem, e podem alterar a sua força ilocutória atendendo à intencionalidade comunicativa, também os mesmos pressupostos determinam a regulação dos princípios comunicacionais. Isto é, o respeito ou violação do princípio da cortesia considera-se igualmente justificável, seja pela intencionalidade comunicativa seja pelo contexto situacional, conforme seguidamente se atesta.

### 3. Sequências rítmicas: as sequências textuais

O discurso da crónica, como de qualquer outro género textual, é expresso sob diferentes sequências discursivas, uma vez que, “qualquer género textual se concretiza através dos diferentes tipos ou sequências textuais” (Sena, 1988:19), o que atesta a “heterogeneidade inerente aos textos” e, ao mesmo tempo, regularidade construtiva. (Isola, 2007: pp. 1695)

A organização textual sob sequências, “unidades homogéneas menores” (Silva, 2012: 119), é defendida por Jean-Michel Adam, precisamente pela dificuldade em determinar regularidades abrangentes no texto. A mesma perspetiva é sublinhada ainda por Paulo Nunes da Silva, e que aqui se corrobora, quando o linguista afirma que:

“[...] Adam seleccionou a dimensão sequencial como critério de base para a sua proposta de tipologização, uma vez que os textos se caracterizam, geralmente, pela heterogeneidade no que diz respeito aos tipos de segmentos textuais que os compõem”, evidenciando, assim, que é possível descortinar regularidades na estruturação dos textos e preferindo, por isso, a análise em sequências textuais.”

(SILVA, 2012:124)

Adam define sequências textuais:

“[...]des unités compositionnelles supérieures à la phrase-période, mais très inférieures – mis à part le cas relativement rare des textes très courts mono-séquentiels – à l’unité globale que l’on peut appeler texte.”

(ADAM, 1997: 667)

Ainda, na definição de Silva:

“Uma sequência textual é um fragmento de texto dotado de alguma autonomia no âmbito do texto em que se insere, e constituído por segmentos prototípicos correspondentes a diferentes fases que são inerentes a essa sequência.”

(SILVA, 2012:125)

Diferentemente do gênero textual, volátil, flexível e dinâmico, a sequência textual é fixa e constante, independentemente do texto em que surja, já que constitui uma “construção teórica definida pela natureza linguística da sua composição” (Oliveira, 2014: 18, *apud* Marcushi, 2002), logo, que é utilizada conforme a intencionalidade comunicativa.

Embora na sua teoria inicial Jean-Michel Adam (1985) tenha defendido uma classificação em oito sequências textuais, a saber, narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, prescritiva, preditiva, conversacional e retórica, no aprofundamento da sua investigação (1992), passou a defender que a organização textual abrange cinco tipos de sequências. Na obra *Linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours* (2008) descreve as sequências descritivas, narrativas, argumentativas, explicativas e dialogais, tendo em conta as características que apresentam nos modos de organização das frases em texto. Refere ainda que podem mesmo ser identificadas sequências textuais elementares ou prototípicas:

“De la même façon que le prototype de l’oiseau – généralement plutôt proche du moineau ou du canari – permet de distinguer un mésange, une chouette, une cigogne et même une autruche et un pinguin d’autres animaux, il semble exister un schéma prototypique de la séquence narrative qui permet de distinguer cette dernière d’une séquence descriptive, argumentative ou autre. C’est le schéma ou image mentale du prototype-objet abstrait, construit à partir de propriétés typiques de la catégorie, qui permet la reconnaissance ultérieure de tel ou tel exemple comme plus ou moins prototypique.”

(ADAM, 1992: 30)

Naturalmente, nem todos os exemplos de sequências são absolutamente prototípicas, reconhecendo-se a “gradação da tipicidade” (Coutinho, 2003: 62). Mesmo assim, o quadro de tipicidade das sequências textuais confere regularidade. Além disso, são articuláveis entre si, conforme o objetivo comunicacional que servem, que se suporta no contexto situacional, não obstante o gênero textual em que surgem.

Por isso mesmo, considera-se importante descrever de seguida as sequências textuais, seguindo-se aqui a classificação de Adam (1997), adotada também por Nunes da Silva (2002), já que serão referenciadas durante a análise pragmático-discursiva do *corpus* textual desta dissertação, assim como outros conceitos linguístico-discursivos adiante descritos.

A sequência narrativa exhibe uma sucessão de acontecimentos, cronologicamente encadeados, com relação temporal entre si, correspondendo ao desenvolvimento de uma ação, que, gradualmente, sofre uma peripécia ou complicação e se orienta para um desenlace resolutivo.

No caso da sequência descritiva, esta apresenta vários aspectos que qualificam um referente, que pode ser uma pessoa, um objeto, um lugar, um animal, ou outro elemento, atribuindo-lhe características físicas, psicológicas, sociais, espaciais, ou outras.

Já a sequência dialogal ou conversacional concretiza uma interação discursiva, sendo por isso constituída por diversas trocas verbais, decorrentes da enunciação realizada pelos interlocutores. Esta tipologia apresenta marcadores específicos, como sejam, a pontuação, cujo principal elemento tipográfico é o travessão; ainda, saudações e fórmulas de abertura e fecho de diálogo, pares adjacentes de concordância/ discordância, entre outros; assim como enunciados próprios do discurso direto.

A apresentação de argumentos justificativos ou refutativos, que visam o convencimento do interlocutor, corresponde à sequência argumentativa. Esta sequência textual serve a defesa de uma opinião, através de argumentos favorecedores. Sendo esta opinião controversa, origina contestação, através de argumentos contra.

A sequência explicativa expõe sinteticamente informação, com a qual se pretende partilhar conhecimento. Esta sequência é muitas vezes usada para explicar causa e efeito de problema, por forma a que a sua compreensão melhor suscite a respetiva solução.

Por fim, a sequência injuntiva ou instrucional incentiva uma ação, através da imposição de regras ou instruções, sejam sobre comportamento ou procedimento metodológico a seguir, para atingir determinado objetivo.

Os textos, dentre esses, as crônicas humorísticas, género aqui em análise, podem apresentar sequências dominantes, surgindo neles sequências inseridas, ou dominadas, tal como descreve Nunes da Silva (2012: 129), existindo critérios muito objetivos para determinar qual a sequência dominante, sendo os principais a posição no texto (no casos em que a sequência dominante é a sequência de abertura) ou a mais extensa (sendo que a sequência dominante preenche a maior parte do texto, muitas vezes grande parte do desenvolvimento do texto), ou ainda aquela que permite o resumo do texto.

No *corpus* textual desta dissertação, a sequência predominante é a argumentativa, cujo processo se desenvolve em três movimentos, de acordo com o descrito por Nunes da

Silva (2012: 152), a saber: há uma apresentação do conteúdo opinativo; uma justificação e a emergência de uma conclusão, em concordância com a estrutura macroproposicional da sequência argumentativa referida por Adam (1992: 118).

As sequências textuais presentes no género textual em apreço, a crónica humorística, como aliás em qualquer outro, constituem variados atos de discurso, sendo, naturalmente, empregues de acordo com o seu objetivo comunicativo. É, por isso, significativo que se analisem os atos do discurso em geral, e os expressivos em particular, já que é nestes que se insere a opinião, o juízo crítico, fundamental na intencionalidade comunicativa da crónica humorística.

## 4. Mecanismos linguístico-discursivos

### 4.1 Atos ilocutórios

As realizações discursivas são versáteis ao ponto de se poderem revestir de diferentes sentidos, servindo-se de variadas estratégias, de acordo com o contexto e ao serviço do objetivo comunicativo em causa. Por isso mesmo, a análise do discurso tem sido objeto de estudos diversos.

De acordo com a teorização de Austin (1962), a proposição, condicionada pelo contexto, projeta-se em atos de fala locutórios, isto é, enunciados discursivos, produzidos de acordo com determinado contexto comunicacional e visando certa intencionalidade comunicativa.

O ato discursivo pode ser designado como ilocutório, já que o seu proferimento concretiza uma ação, ou ainda perlocutório, já que provoca uma resposta.

Portanto, o ato ilocutório é definido como “uso de uma frase linguisticamente operativa para efetuar algo, para realizar uma ação circunstancialmente funcional (...) que exige uma reação por parte do alocutário.” (Gouveia, 1996: 390)

No que respeita à classificação dos atos de fala, Austin (1962) definiu cinco categorias, porém, na prossecução desses estudos, Searle (1979) reorganizou tal classificação em seis categorias, a saber: assertivos, diretivos, compromissivos, declarativos, declarativos assertivos e expressivos. A classificação de Searle será a adotada nesta dissertação, de acordo com a descrição de seguida apresentada, com alguns exemplos aqui criados e aplicados, entre outros cuja referência bibliográfica se apresenta.

Os atos ilocutórios assertivos são aqueles através dos quais o locutor assume a verdade do conteúdo que enuncia. Essa assunção pode ser feita implícita ou explicitamente, como acontece no enunciado “*Fiz o jantar para todos*”.

Já os atos diretivos manifestam a vontade do locutor em mover o seu alocutário a realizar uma ação, conforme exposto através do enunciado “*Tens de fazer o jantar para todos*.” Paralelamente, o locutor poderá manifestar a sua própria intenção de realização de ação futura, através de um ato ilocutório compromissivo, como seja “*Ajudote a fazer o jantar para todos*”.

Acrescem a estes as declarações, que servem a expressão de um novo estado de coisas, estabelecido pela própria enunciação, como se verifica na declaração de casamento, isto é, “*Declaro aberta a sessão*”. (Silva, 2014: 15)

Mais particularmente, as declarações assertivas – muitas vezes vistas como subtipo das anteriores – instituem e exprimem certa realidade, sem lugar a questionamento ou contestação, seja da autoridade do locutor, seja da verdade do enunciado, tal como ocorre na declaração de uma sentença judicial, a saber, “*Declaro o réu culpado*”.

Searle (1979) acrescenta ainda à sua teoria a descrição da força ilocutória dos atos discursivos, podendo esta ser mais ou menos atenuada, e que se relaciona ainda a sua forma, direta ou indireta, conforme a sua interpretação literal é mais ou menos evidente.

A título exemplificativo, e retomando o mencionado acima, veja-se o caso do ato ilocutório diretivo, que, enunciado de modo indireto, pode ser expresso com diferentes forças, conforme os atenuadores discursivos, como é o caso – entre diversos outros possíveis e que oportunamente se adequam ao contexto situacional – da interrogação e da fórmula de pedido “por favor”, presentes no enunciado “*Fazes o jantar para todos, por favor?*”

Segundo Searle, “[...] os casos mais simples são aqueles em que o falante emite uma sentença e quer significar exacta e literalmente o que diz” (Silva, 2014: 16, *apud* Searle 2002: 47). Se, por um lado, em atos de fala diretos a relação enunciado-sentido é mais evidente, pela correspondência literal, nos atos de fala indiretos essa relação é menos estreita e, muitas vezes, disfarçada, pelo emprego, entre outras estratégias linguístico-discursivas, de recursos retórico-expressivos, como a metáfora ou a ironia, que terá particular atenção nesta dissertação.

Assim, é relevante a descrição teórica destes conceitos, pois, durante a análise pragmático-discursiva do *corpus* textual, realizada nesta dissertação, serão referenciados os atos do discurso acima elencados, em demonstração de uso de variadas formas e também forças ilocutórias, conforme o objetivo comunicacional pretendido.

As várias forças ilocutórias em que os atos discursivos se exprimem (sentido ou significado pragmático) traduzem as relações de poder e níveis de interesse dos interlocutores, sem esquecer as normas socialmente convencionadas, assim como as máximas e os princípios linguisticamente determinantes.

Na verdade, a interpretação do ato discursivo, e bem assim o seu efeito perlocutório, dependem de princípios comunicativos, que são também princípios de comportamento linguístico.

Nesse sentido, Violante Silva, *apud* Searle, sublinha o reconhecimento da:

“[...] importância do papel da convenção, de determinados princípios de comportamento social, bem como ‘(...) the intentional and the conventional aspects and especially the relation ship between them’(Searle, 1971: 190).”

(SILVA, 2014: 16)

Os princípios comunicacionais são também estudados por outros investigadores, nomeadamente Grice, conforme adiante se descreverá. A gestão de tais princípios serve a intencionalidade comunicativa, seja pela sua manutenção no discurso, seja pela sua violação, estratégias recorrentes na crónica humorística.

No discurso humorístico, onde se inclui a crónica humorística, a manifestação de opinião, a crítica e o juízo são latentes. Efetivamente, qualquer destes atos, quando expressos em contexto irónico, identificado pelos sinais verbais (léxico-morfossintáticos) e não-verbais (tipográficos) que adiante se analisarão, pode transformar-se num sentido diverso, por vezes, mesmo diametralmente inverso, significando exatamente o contrário do enunciado, em oposição semântico-pragmática, bastante produtiva no domínio da ironia e do humor. Desse modo, de acordo com o contexto situacional em que se insere, o elogio pode, na verdade, expressar reprovação e censura, como acontece por vezes ao serviço do objetivo denunciador e moralizante da crónica humorística.

Nesta parte da dissertação, considera-se significativo efetuar a descrição dos atos de discurso, por forma a analisar a sua concretização, assim como as estratégias de regularização da sua força, nomeadamente em contexto irónico e humorístico, com possível intenção pedagógica.

Assim, nesta dissertação, privilegiar-se-á a análise dos atos expressivos, tanto na realização regular, enquanto crítica, como em emprego irónico, em antífrase, evidenciando a oposição dito/expresso recorrente na crónica humorística, em especial no *corpus* textual aqui analisado.

#### 4.1.1 Atos ilocutórios expressivos

O ato expressivo define-se como aquele que é usado para exprimir um estado psicológico em relação a um estado de coisas, nomeadamente emoções, sentimentos, avaliações, juízos de valor.

Nas próprias palavras de Searle:

“[...] ao realizar um expressivo, o falante não está tentando fazer com que o mundo corresponda às palavras, nem está tentando fazer com que as palavras correspondam ao mundo; pelo contrário, a verdade da proposição expressa é pressuposta.”

(SEARLE, [1979] 2002: 23)

Constituem atos ilocutórios expressivos agradecer, felicitar, lamentar, avaliar, criticar, entre outros, adiante elencados e analisados. Refira-se que aqui se considera que a crítica pode assumir-se como ato ilocutório expressivo, tal como o elogio.

Para que o ato expressivo, assim como qualquer outro, seja interpretado mais direta e verdadeiramente, a expectativa é que seja respeitada a condição de sinceridade. Daí que sejam usado verbo factivo para expressar o ato expressivo, ou seja, verbo seguido de um complemento direto tido como “facto”, com carácter definido, específico, que introduz “a pressuposição de que a oração encaixada expressa uma proposição verdadeira”, que “[requer] a aceitação, por parte do falante, da verdade do estado de coisas expresso na proposição complemento” (Palrilha, 2009: 31).

Este ato relaciona locutor e alocutário, pelo que pode ter também uma função social, constituindo um ato comunicativo socializante, uma vez que produz efeitos perlocutórios de valor relacional, como sejam “mostrar boas maneiras, acalmar ira, ou resolver um conflito e dar continuidade à conversa”. (Palrilha, 2009: 29)

De tal forma que, quando o ato expressivo é mencionado respeitando as convenções sociais, elimina a possibilidade de se perceber algum tipo de sentimento negativo da parte do locutor, “seja pela ausência da negatividade do silêncio, seja pela adesão à convenção social”. (Gouveia, 1996: 399)

Nesse sentido, pode dizer-se que alguns atos ilocutórios expressivos, por terem uma dimensão social, transformam esse dever social num comunicativo.

Como acontece com outros atos ilocutórios, naturalmente também os aqui analisados se manifestam em diferentes graus e forças ilocutórias, pondo em evidência a proximidade relacional, a intensidade do estado psicológico expresso, o nível de cortesia, entre outros aspetos integrantes do contexto situacional. Veja-se o caso do ato ilocutório expressivo de agradecer, partindo da expressão, fórmula de rotina, “*Obrigado/a*”, conforme os pares exemplificativos que agora se apresentam:

- a) As expressões “*Obrigado/a*” e “*Muito obrigado/a*” expressam o quanto o locutor se sente agradecido, subentendendo o grau de importância da ação prévia do alocutário que suscita este ato ilocutório;
- b) As expressões “*Obrigado/a*” e “*Obrigadinho/a*” podem indicar a relação social entre locutor e alocutário, sendo que a segunda expressão revela mais familiaridade do que a primeira. O segundo exemplo põe em evidência a natureza avaliativa do sufixo *-inho*, dito diminutivo, e a relevância da dimensão pragmática. O diminutivo veicula um juízo de valor. Todavia, no caso desta expressão de agradecimento “*obrigadinho/a*”, como sabemos, ainda que o diminutivo indique comumente carinho e simpatia, realça-se que, com uma entoação especial, pode denotar o sentido irónico, entendido como uma oposição ao valor original carinhoso. Este funcionamento morfo-semântico-pragmático do sufixo avaliativo *-inho/a*, com valor irónico, resulta de uma atividade colaborativa entre os interlocutores, pressupondo naturalmente o conhecimento partilhado do contexto. Exemplo: “*Obrigadinho pela grande ajuda que me deste*”, quando na realidade o locutor quer dizer “*Não me ajudaste absolutamente nada*”, pressupondo, por isso, uma crítica.
- c) As expressões “*Obrigado/a*” e “*Grata pela atenção*” distinguem-se pelo nível de cortesia, que se manifesta mais elevado na segunda do que na primeira, e talvez também por isso essa seja mais comum no contexto escrito do que oral.

Constituem marcadores das forças ilocutórias os usos do diminutivo, do advérbio, do grau superlativo, de recursos linguístico-expressivos como a hipérbole e a repetição, ou mesmo da pontuação, em termos linguísticos; assim como a expressão facial, gestos simbólicos, do ponto de vista não linguístico; ou ainda, da entoação, do volume, do ritmo, que concretizam a modulação, enquanto elementos prosódicos ou paralinguísticos.

Todavia, importa mencionar que estes atos podem ser expressos intencionalmente sem a condição de sinceridade que contribui para a sua função social. Nesses casos, alguns dos quais serão ainda analisados, possuem sentido irónico, o que lhes dá sentido e efeito iminentemente contrários, com objetivo crítico, que visa a denúncia e, progressivamente, a consciencialização do outro, na expectativa da alteração de comportamento. Assim, uma vez que a crítica não é gratuita, mas, na sua maioria, moralizante, pondera-se aqui a possibilidade da função social destes atos se perpetuar na ausência da sinceridade e presença da ironia, não obstante tal acontecer com diferentes estratégias e perspetivas. Portanto, considera-se que, na verdade, a função socializante se mantém, mesmo em contexto irónico, não na relação direta locutor-alocutário, mas no benefício do todo social.

De seguida, descrevem-se os diferentes atos ilocutórios expressivos, por forma a expor os seus objetivos e forças ilocutórias e, ainda, o seu uso irónico. É precisamente pelo facto de terem aplicabilidade linguístico-discursiva no âmbito da ironia que importa aqui descrevê-los, para melhor fundamentar essa sua expressividade.

Estes atos revelam estados psicológicos, ora do locutor ora do alocutário, tanto existentes quanto esperados, respetivamente, salvaguardando as suas reputações (imagens ou faces positivas, como posteriormente se esclarecerá). A título exemplificativo, vejam-se os casos dos atos ilocutórios de pedido de desculpas, agradecimento, elogio, felicitação, saudação ou mesmo lamento, em que o locutor manifesta o seu sentimento relativamente ao alocutário, numa atitude de respeito e empatia, por delicadeza ou cortesia (princípio comunicacional adiante descrito). Desta forma, procura manter o equilíbrio social e fortalecer o laço relacional entre ambos, promovendo o bem-estar mútuo. Naturalmente, a aplicação destes atos num contexto situacional que evidencie ironia tem efeito denunciador e acusatório de alguma ação reprovável. Neste caso, o objetivo é pernicioso, já que se visa criticar e mesmo humilhar o alocutário, atacando deliberadamente a reputação do outro.

Esse objetivo pode até mesmo ser autodirigido, em autorrecriação e autocrítica, no caso dos atos ilocutórios em que o locutor se vangloria, elogia ou lamenta, referindo-se a um comportamento próprio. Nestas situações, ao invés de despertar empatia e melhorar a sua imagem social, o locutor prejudica-a, em agressão à sua própria reputação.

Também os atos expressivos de desejo e gosto podem aplicar-se com sentido irónico, que lhes devolve um sentido contrário ao expresso, seja de expectativa de não concretização do expresso, seja de desaprovação. Ultrapassa-se aqui qualquer

intencionalidade de estreitamento de laços relacionais, perspetivando-se o efeito denunciador e crítico. Neste sentido, e em alguns casos, como os adiante analisados, estes atos aproximam-se da censura e da crítica, marcadamente avaliativos e abertamente condenatórios. Podem manifestar-se com diferentes forças ofensivas, desde a repreensão à condenação pública, consagrando ataques crescentes à reputação do alocutário.

Decerto que a enunciação ironizada destes atos expressivos serve um objetivo comunicativo específico. Na verdade, a ameaça à imagem social dos interlocutores pretende provocar a consciencialização e estimular a alteração comportamental, servindo-se da denúncia e da humilhação como estratégias instigantes. Para tal, viola intencionalmente algumas máximas e o princípio conversacional da cortesia.

Portanto, seguidamente descrevem-se as máximas e princípios reguladores da prática discursiva e esclarece-se o pragmatismo da sua deliberada infração, em conformidade com a expressividade irónica, própria do género textual em análise.

## 4.2 Princípios e máximas comunicacionais

A comunicação assenta em princípios comportamentais linguísticos, reguladores da interação social, como sejam os princípios da cooperação e da cortesia linguística.

O princípio da cooperação refere-se à coadjuvação entre palavras e situações de comunicação, com base na necessidade de existir pertinência e adequação dos enunciados dos falantes ao contexto da sua produção. Pressupõe a adequação ao contexto e à finalidade comunicacionais, de forma a servir as necessidades comunicativas dos interlocutores e, desse modo, permitir a proficiência da própria comunicação. Portanto, a troca conversacional está subjacente à cooperação dos interlocutores na interação em correspondência contextual e discursiva.

Dentre os estudos relativos ao princípio da cooperação, destacam-se os de Grice (1975), que defende a existência de máximas conversacionais, como preceitos reguladores da conversação.

Gouveia, citando Grice, refere que:

“as nossas trocas conversacionais... são, caracteristicamente, ... esforços de cooperação, e cada participante reconhece nelas, até um certo ponto, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou pelo menos uma direção mutuamente aceite”.

(GOUVEIA, 1996: 402, *apud* GRICE, 1975: 45)

Segundo Grice (1975), citado por Gouveia (1996: 403), para o sucesso e eficácia da comunicação, há que ter em conta máximas conversacionais alocadas a quatro categorias, a saber: de quantidade, segundo a qual a enunciação deverá ser tão informativa quanto estritamente necessária; de qualidade, que alude ao uso de enunciações verdadeiras e atestadas; de relação, referindo-se à relevância ou importância do enunciado; de modo, referindo ao modo como é dito, ou seja, relativa à clareza e objetividade da enunciação.

Saliente-se, contudo, que, em nome da proficuidade da comunicação, a máxima de relação redefine-se, sendo que a sua relevância serve dois aspetos, isto é, a enunciação deve ser tanto suficiente e devidamente informativa, quanto ostensiva e chamativa, já que “reclama a atenção de outrem.” (Gouveia, 1996: 418)

Por isso, sustenta-se que:

“a ostensão proporciona dois níveis de informação a ser extraída: em primeiro lugar, há a informação para que foi requerida a atenção; em segundo lugar, há a informação de que a atenção para a informação do primeiro nível foi requerida intencionalmente.”

(GOUVEIA, 1996:419, *apud* SPERBER E WILSON, 1986:503)

A aplicação destas máximas e princípios permite ao locutário atingir o significado dos enunciados, alcançando-se, assim, o sucesso da comunicação.

Naturalmente, a enunciação é determinada pelo locutor, que a seleciona, de acordo com os fatores atrás indicados, assim como escolhe a estratégia que considerar apropriada para alcançar o redefinido princípio da relevância e ostensão.

No domínio discursivo humorístico, como é o caso da crónica humorística aqui em apreço, este princípio está imediatamente subjacente, uma vez que o humor é “um fenómeno interativo, criado no sutil equilíbrio entre o que o emissor codifica e o que o receptor decodifica, ou entre o que o primeiro pretende e o segundo entende” (Ermida, 2002: 270)

Mais ainda, este género textual articula recíproca e cooperativamente intencionalidade comunicativa do enunciador e expectativas do recetor.

Já o princípio da cortesia foi apresentado por Leech, no âmbito da sua reflexão sobre as estratégias pragmáticas ao serviço do que o autor denomina da retórica interpessoal, como é sublinhado por David Rodrigues ao afirmar que:

“A cortesia é, assim, segundo Leech, um dos princípios pragmáticos que, ao nível da retórica interpessoal, os interlocutores observam quando formulam e/ou interpretam eficazmente enunciados, de acordo com os contextos de comunicação.”

(RODRIGUES 2003: 115)

Para Leech, o princípio da cortesia consiste em:

“Minimize (other things being equal) the expression of impolite beliefs”, and there is corresponding positive version (“Maximize (other things being equal) the expression of polite beliefs”) which is somewhat less important.”

(LEECH 1996: 81)

Ao princípio da cortesia estão subjacentes normas de conduta, regras de comportamento, que se refletem no domínio discursivo e permitem o equilíbrio social. Submete-se ao cumprimento de convenções socioculturais e protocolos específicos, para evitar que a troca verbal se concretize de modo ofensivo ou ameaçador e, portanto, refere-se ao uso de enunciados que revelem tato discursivo e, bem assim, aptidão social, prevenindo o desgaste e, melhor ainda, favorecendo as relações interpessoais, visto limitar o risco de conflito verbal.

O princípio da cortesia é objeto de estudo de diversos investigadores, como sejam Goffman (1970), Grice (1975), Leech (1983), Lakoff (1973), Brown e Levinson ([1978] 1987), cuja teorização sobre o conceito de face enquanto imagem social e suas ameaças (adiante descritas como *Face Threatening Acts* – FTA) é ainda desenvolvido por Kerbrat-Orecchioni (1992), que reconhece a existência de estratégias de valorização da face, a saber, atenuadores discursivos (que identifica como *Face Flattering Acts* – FFA), que estão ao serviço da manutenção da relação social através da interação verbal.

Para Kerbrat-Orecchioni, a cortesia engloba “tous les aspects du discours qui sont régis par des règles, et dont la fonction est de préserver le caractère harmonieux de la relation interpersonnelle”. (Kerbrat-Orecchioni, 1996: 50, 51).

Por sua vez, numa perspetiva mais detalhada, a linguista Maria Helena Araújo Carreira sustenta que é preciso analisar não apenas os mecanismos de modalização, mas sobretudo a componente afetiva da interação:

“La politesse linguistique ne s’exprime pas seulement par des formes dites de politesse telles que les salutations, les présentations, les remerciements, les félicitations, les excuses. Il faut tenir compte également des procédés variés de modalisation et interactants un certain type de distance horizontale (degré de familiarité) et verticale (rapport hiérarchique ou de “dominance”) [1996a: 31], bem como «l’émergence récente en analyse du discours d’un intérêt porté à une autre composante encore de l’interaction: la composante affective, ou émotionnelle » d’indirection, ainsi que des stratégies mises à l’oeuvre, telles que la façon d’encourager son interlocuteur, de lui exprimer son accord ou son désaccord, etc.”

(CARREIRA 2001: 57)

Certamente, quer o ataque quer a defesa da face dos interlocutores serão recíprocos, pelo que estes utilizam, como recursos de salvaguarda das faces e, bem assim, de neutralização das FTA, estratégias discursivas de cortesia.

Há, por isso, várias fórmulas de cortesia linguística convencionais e protocolares, usadas muitas vezes com condição de sinceridade e definidas de acordo com o contexto situacional e social, que se expressam sob a forma de saudações, formas de tratamento, fórmulas de rotina, tais como de pedido de desculpa, de solicitação de ação, entre diversas outras.

Na taxinomia seguidamente apresentada, incluem-se alguns itens lexicais usados muitas vezes em posição introdutória, bem como algumas expressões idiomáticas e fórmulas de rotina, entre outros. No caso das expressões idiomáticas, o seu sentido é absolutamente pragmático, e não literal, de forma que são utilizadas e percebidas como uma unidade não divisível, sob pena de se comprometer completamente o significado. Quanto às fórmulas de rotina, estas são específicas e regularmente utilizadas com o intuito de atenuar os efeitos das FTA, portanto, como FFA. A designação “de rotina” prende-se precisamente com o facto de serem “de uso constante e ritualístico, ou seja, praticamente previsíveis e [expectados] em determinados atos de fala” (Brezolin, 1995: 82).

Apresentam-se, de seguida, alguns exemplos da taxinomia de dispositivos de cortesia ou atenuação semântica, cuja enunciação visa dissuadir os efeitos ameaçadores, nomeadamente, do interlocutor:

**a)** os atos de fala indiretos (que “mascaram” a força ilocutória diretiva, que poderia ameaçar a face positiva), como:

a. as perguntas

- *Importas-te de falar mais baixo?*
- *Poderias falar mais baixo, por favor?*
- *Podes fazer o favor de falar mais baixo?*
- *Não acham que está aqui muito barulho?*

b. as asserções

- *“Já é tarde.”* (Em vez de *“Vai/Vamos embora.”*)
- *“Está frio aqui.”* (Em vez de *“Liga o aquecimento.”/“Fecha a janela.”*)

**b)** as figuras de estilo (que podem constituir atos diretivos indiretos), como:

a. as perífrases

- *“Vamos lá. Fazes isso em três tempos.”* (Em vez de *“Faz isso já.”*) – atenuante de ato diretivo ameaçador da face negativa
  - *“Já estás com uma idade avançada.”* (Em vez de *“Estás velho.”*) – atenuante de ato expressivo ameaçador da face positiva
- b. os eufemismos
- *“Peço-lhe o favor de sair.”* (Em vez de *“Saia!”*) – atenuante de ato diretivo ameaçador da face negativa
  - *“Vais desta para melhor.”* (Em vez de *“Morres.”*)
  - *“Já estás idoso.”* (Em vez de *“Já estás velho.”*) – atenuante de ato expressivo ameaçador da face positiva
- c. e as litotes (nos exemplos apresentados, atenuantes de atos expressivos ameaçadores da face positiva)
- *“Não é flor que se cheire.”* (Em vez de *“É mau.”*)
  - *“Não é quem se pinta.”* (Em vez de *“É falso/mau.”*)
- c) itens discursivos introdutórios, como:
- a. expressões empáticas
- *“Sinta-se à vontade para se sentar.”* (Em vez de *“Sente-se.”*) – atenuante de ato diretivo ameaçador da face negativa
  - *“Compreendo, mas uma atitude melhor seria...”* (Em vez de *“Estás errado.”*) – atenuante de ato expressivo ameaçador da face positiva
- d) fórmulas de rotina:
- a. expressões de antecipação de agradecimento, que de certa forma pressionam o ato perlocutório desejado, sem, contudo, ordenar
- *“Antecipadamente grata pela colaboração.”*
  - *“Desde já agradeço a sua presença.”*
- b. expressões de pedido de desculpas
- *“Desculpe, diz-me as horas, por favor?”* – atenuante de ato diretivo ameaçador da face negativa
  - *Desculpa, mas não deverias ser assim.* (Em vez de *“Estás errado.”*) – atenuante de ato expressivo ameaçador da face positiva

- c. expressões de pedido de favor, atenuantes de atos diretivos ameaçadores da face negativa
  - *“Por favor, acende a luz.”*
  - *“Por obséquio, queira sentar-se.”*
- e) expressões idiomáticas, atenuantes, por exemplo, de alguns atos expressivos da fala que constituiriam FTA da face positiva, como:
  - *“Andas com a cabeça no ar.”* (Em vez de *“Estás distraído.”*)
  - *“Tens macaquinhos no sótão.”* (Em vez de *“Estás perturbado/doido.”*)
- f) tempos e modos verbais, de acordo com a seguinte gradação ascendente do nível de cortesia, organizada de acordo com o distanciamento temporal, a saber:
  - a. Presente do indicativo
    - *“Fale mais baixo, por favor.”*
  - b. Pretérito imperfeito
    - *“Abrias-me a porta, por favor?”*
  - c. Condicional
    - *“Irias lá por mim?”*
- g) a mesma gradação aplicada aos verbos modais, também eles atenuadores semânticos da força ilocutória diretiva:
  - a. Presente do indicativo
    - *“Podes abrir a porta, por favor?”*
  - b. Pretérito imperfeito
    - *“Podias abrir a porta, por favor?”*
  - c. Condicional
    - *“Poderias abrir a porta, por favor?”*

No que respeita à gradação do nível de cortesia aqui defendida, importa mencionar que a força ilocutória diretiva sofre transformação, por exemplo, tornando-se ordem uma sugestão. Esta atenuação da força impositiva é a razão pela qual o interlocutor sentirá a sua liberdade menos ameaçada. Inversamente, a gradação regressiva do nível de cortesia intensifica a agressividade do ato discursivo, de forma direta.

Refira-se que esta taxinomia de recursos discursivos de cortesia concretiza-se eficazmente quando conjugada com elementos não-verbais, como a expressão facial ou os

gestos, assim como com os elementos paralinguísticos, como a entoação, o volume, a modulação. Caso contrário, a expressão “*Importaste-te de falar baixo, por favor?*” dita em tom agudo, volume alto, com expressão facial fechada e olhar aberto e fixo facilmente seria interpretada como ato ilocutório diretivo direto e agressivo, um perfeito ataque à face positiva do interlocutor.

Importa ainda mencionar que alguns dispositivos de cortesia, como as figuras de linguagem e as fórmulas de rotina, ou as expressões idiomáticas, só surtem o efeito atenuador ou dissuasor pretendido, se forem do domínio linguístico-semântico-pragmático do interlocutor e, muito em especial, se estiverem de acordo com o contexto situacional, do qual essencialmente dependem. De facto, estas expressões não são exclusivas de determinada força ilocutória, podendo adequar-se a várias, conforme a situação, pelo que são denominadas por Brezolin como “fórmulas situacionais” (1995: 82), cujo sentido tem fundamento pragmático e é codificado cultural e socialmente.

Por isso mesmo, tais fórmulas e expressões correspondem a mecanismos linguístico-discursivos que podem ser estrategicamente empregues, tendo em conta a dimensão semântico-pragmática que lhe está subjacente, como acontece no discurso humorístico e irónico.

No que respeita ao emprego dos princípios e máximas conversacionais acima descritos no discurso de pendor humorístico e irónico, recorrentes na crónica humorística, é frequente que a máxima ostensão seja alcançada pela estranheza, riso, provocação, subvertendo-se, para tal, máximas e princípios conversacionais.

Neste sentido, o enunciado irónico, pelo facto de pretender significar o oposto do que é dito, viola diretamente as máximas da qualidade e de modo, relativas à verdade das enunciações e à clareza, em detrimento da ambiguidade, respetivamente, uma vez que tal discurso se reveste de dissimulação.

Já no que respeita à dimensão humorística do género textual em causa, Raskin (1985) defende que, “quando emissor e recetor estão empenhados no modo de comunicação humorístico, há um envolvimento num específico princípio de cooperação, cujas máximas corresponderiam a:

1. Quantidade: Dê exatamente tanta informação quanto necessária para a piada.
2. Qualidade: Diga somente o que é compatível com o mundo da piada.
3. Relação: Diga somente o que é relevante para a piada.

4. Modo ou maneira: Conte a piada eficientemente.

(RASKIN, 1985, p. 103)

Nesta dissertação considera-se que o facto de o discurso humorístico comportar máximas conversacionais próprias denuncia desde logo a violação das máximas propostas por Grice, ainda que se reconheça a sua pertinência, em prol não só do objetivo comunicacional do enunciador, mas também da própria expectativa do recetor, que corresponde ao efeito humorístico pretendido, salvaguardando-se, assim, o princípio da cooperação.

Tal violação é considerada por certo legítima, como observa Isabel Ermida:

“O conjunto de máximas e submáximas que consubstanciam o célebre princípio de cooperação de Grice prestam-se a diferentes tipos de infração, consoante as motivações do locutor e as circunstâncias da enunciação.”

(ERMIDA, 2002: 203)

Sublinhe-se que a “falsidade” do discurso irónico não se confunde com mentira, pois não corresponde por si mesma ao objetivo comunicativo, mas é apenas aparente, uma vez que ocorre apenas do ponto de vista da enunciação léxico-sintática, e não em termos semântico-pragmáticos, perceptíveis à luz do contexto e da intencionalidade comunicativa. Na verdade, trata-se de uma estratégia de disfarce ou ocultação da crítica, sem a atenuar, antes, porém, acentuando-lhe a implicação interpretativa.

Não se pode aqui esquecer a própria competência comunicativa dos interlocutores, fundamental para o favorecimento da compreensão da linguagem e, por conseguinte, da eficácia da própria comunicação.

Mediante esta conjuntura, entende-se que o princípio da cooperação permanece respeitado, já que se salvaguarda a finalidade comunicativa, de acordo com o pretendido pelo locutor e, por inerência, corretamente interpretado pelo alocutário, tomando em conta o contexto situacional.

No entanto, é fundamental notar que no discurso humorístico e irónico, por um lado, pode ocorrer o exagero do princípio da cortesia linguística, intensificando as

estratégias valorativas, de forma hipócrita, por vezes em antecipação de crítica mordaz, que tenta dissimular. Por outro lado, pode até acontecer a infração desse mesmo princípio, em consciente e estratégica oposição às convenções sociais existentes. Isto é, embora tenha noção das normas sociais, “o autor finge desligar-se deste sentido prévio e constrói incongruências com relação [a elas] ... Revela... a consciência de as estar infringindo ... [para] proporcionar o prazer da criatividade e da ilusão (consciente) ... em exercício da liberdade”. (Duarte, 1994: 68)

Qualquer das situações evidencia o facto de que a cortesia verbal pode ser modalizada, de acordo com o defendido por Maria Helena Carreira (2004), dentre outros objetivos elencados por Isabel Seara (2014), visando também disfarçar a violência discursiva. Nestes casos, tem um emprego dissimulado, quase pernicioso, como se demonstrará através da análise pragmático-discursiva desta dissertação.

Tal como acontece na acima referida infração das máximas conversacionais, a violação do princípio da cortesia é igualmente intencional, corresponde a uma forma específica de exploração das condicionantes linguísticas acima expostas, servindo, por isso, objetivos comunicacionais.

Na verdade, enquanto em Grice o conceito de ironia está associado à violação pragmática de uma das máximas conversacionais, a máxima da qualidade, não se afastando, por isso, do conceito da retórica clássica que entende a ironia como um tropo, para Haverkate a ironia é uma estratégia utilizada a fim de produzir efeitos perlocutórios nos interlocutores, sendo o principal a transgressão das normas de expectativas, excluindo, portanto, os atos assertivos e alguns atos expressivos (como, por exemplo, o da expressão de condolências ou de felicitações que são realizados por fórmulas performativos com valor de verdade).

Será ainda importante convocar o princípio da ironia, que tem subjacentes estratégias de implicação, como subscrito por Leech, e ainda tanto de dissimulação como de intensificação crítica, conforme se desenvolverá nesta dissertação:

“If you must cause offence, at least do so in a way which doesn’t overtly conflict with the PP, but allows the hearer to arrive at the offensive point of your remark indirectly, by way of implicature.”

(LEECH 1996: 82)

Portanto, tendo em vista o fim a que servem, não se pode considerar que a violação dos princípios comunicacionais aqui indicada ponha em causa a eficácia da comunicação.

Pelo contrário, enquadra-se nos recursos retórico-expressivos, como adiante se descreverá, que não só enriquecem a própria comunicação, como denunciam a complexidade quer do domínio cognitivo quer da competência comunicativa dos interlocutores.

Também digno de referência é o facto de a intencionalidade comunicativa, que justifica a violação das máximas e princípio comunicacional da cortesia, legitimar ainda a ameaça deliberada da imagem social ou face do outro, a que de seguida se aludirá, por vezes, de forma até incisiva e provocatória, a que de seguida se aludirá.

### 4.3 Atos ameaçadores da face

Os princípios e máximas conversacionais regulam a interação comunicativa e social. Inversamente, o desrespeito pelas máximas e princípios comunicacionais incorre no prejuízo da imagem social, ou face, do indivíduo, locutor ou alocutário, que fica afetada, por constrangimento, vergonha, humilhação, ou outros impactos causados por intervenções discursivas que se designam por atos ameaçadores da face (*Face Threatening Acts – FTA*), segundo Brown e Levinson (1987: 311-323).

Obviamente, os interlocutores desejam preservar a sua imagem ou face pública, e a comunicação, qual instrumento da interação social, permite fazê-lo, tendo ao seu serviço diversas estratégias discursivas.

Nesse sentido, segundo Goffman, quem primeiro introduziu os conceitos de “face” e de “território”, designa de “face-work” ou figuração as tentativas de evitação e reparação:

“the term face may be defined as the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact. Face is as image of self delineated in terms of approved social attributes – albeit an image that others may share, as when a person makes a good showing for his profession or religion by making a good showing for himself.”

(GOFFMAN 1982: 5)

Além disso, na troca conversacional, os interlocutores compreendem também a necessidade não só da auto como da heteropreservação da face, por forma a salvaguardar mutuamente as suas imagens e, bem assim, o próprio relacionamento interpessoal.

Conforme enunciado por Brown e Levinson (1987), em citação traduzida por Dino Preti, em *Estudos da Língua Falada – Variações e Confrontos*:

“a face é algo em que há investimento emocional, e que pode ser perdida, mantida ou intensificada, e que tem que ser constantemente cuidada numa interação. Em geral, as pessoas cooperam (e pressupõem a cooperação dos outros) na manutenção da face na interação, ... Isto é, normalmente, a face de qualquer um depende da manutenção da face de todos os outros e, como se pode esperar que as pessoas defendam suas faces quando ameaçadas, e, defendendo suas próprias faces, elas ameaçam a face dos outros, geralmente é de interesse de cada participante manter a face do outro...” Daí que os princípios e as máximas conversacionais, muito em especial o princípio da cortesia, sejam esteios de

regulação da interação comunicativa e social, ou seja, “meio de conciliar o desejo mútuo de preservação das faces com o facto de que a maioria dos atos de linguagem são potencialmente ameaçadores de qualquer uma dessas mesmas faces”.

(PRETI, 2006: 113, *apud* BROWN; LEVINSON, 1987: 61)

Entenda-se que, segundo os mesmos autores, e preconizando Goffman, a imagem pública integra as faces positiva e negativa, sendo que a positiva refere-se desejo de que a autoimagem seja aprovada ou valorizada socialmente, já que corresponde ao “conjunto dos territórios do ‘eu’, lugares íntimos não previstos de ser explorados, reservas pessoais (território corporal, espacial, temporal, bens materiais ou simbólicos)”. Já a face negativa alude ao desejo de se manter independente, livre, sem imposição, controlo, contrariedade ou descrédito, uma vez que corresponde ao “conjunto das imagens valorizadas de si mesmos que os interlocutores constroem e tentam impor na interação” (Vilhena, 2011: 84).

Também Marcushi (1989: 284) corrobora o facto de que os atos ameaçadores da face (FTA) colocam em causa as faces dos indivíduos, de acordo com Brown e Levinson, conforme abaixo se elenca.

No que respeita ao locutor, constituem ameaças:

**a)** à face positiva, atos de fala expressivos, como autocrítica, confissão, justificação;

**b)** à face negativa, atos de fala compromissivos, como ofertas, promessas, dado que condicionam a sua liberdade.

Por exemplo, ao realizar promessas ou assumir compromissos, o locutor condiciona as suas ações futuras, esforçando-se por cumprir, para não manchar a sua reputação e, assim, cair em descrédito. Neste caso, tal enunciado comprometedor constitui um ato ameaçador da face negativa do locutor.

Por outro lado, ao confessar uma falha e desculpar-se pela mesma, o locutor pretende “limpar” a sua imagem e favorecer a sua reputação, recuperando, desse modo, a aprovação do outro. Esse enunciado corresponde então a um ato ameaçador da face positiva do locutor, ao mesmo tempo que a suaviza, atenuando o efeito causado pela falha.

Quanto ao alocutário, configuram ameaças ou FTA:

**a)** à face positiva, atos de fala expressivos, como insultos, injúrias, críticas, acusações e interrupções;

b) à face negativa, atos de fala diretivos, como ordens, pedidos, instruções, visto que obrigam a tomar uma posição.

Por seu turno, atos de fala como ordens, proibições, pedidos, pelo facto de condicionarem a ação do alocutário de forma impositiva, contrariando-o, constituem atos ameaçadores da sua face negativa. Já atos de fala como críticas, censuras, insultos, que manifestam a desaprovação de outrem, integram as ameaças à face positiva do alocutário.

No desenvolvimento da teorização de Brown e Levinson (1987), Catherine Kerbrat-Orecchioni (1992) considera igualmente significativos, no domínio da cortesia, o comportamento do locutor tanto com o outro como consigo mesmo.

Todavia, propõe uma evolução, a saber, os atos “suavizadores” da face (*Face Flattering Acts – FFA*) dos interlocutores, onde se enquadram o agradecimento, o cumprimento, o convite, a oferta, a congratulação, o acordo ou mesmo a formulação de boas-vindas.

Segunda a investigadora, a cortesia linguística concretiza-se também pelo enunciador evitar produzir as ameaças atrás descritas (“cortesia negativa”), por formular atos que poderiam representá-las recorrendo a estratégias atenuadoras, de que são exemplo a pergunta, em vez de asserção, censura, ou outro ato ilocutório, pronomes, modalizadores, minimizadores, figuras de estilo, tropos, entre outras. Mais ainda, o mesmo princípio realiza-se pela produção de um FFA dos atrás indicados (“cortesia positiva”), conforme se adequam para a salvaguarda da face negativa (pedido de desculpa) ou da face positiva (agradecimento). Também estes podem ser regulados por intensificadores, como é o caso de advérbios, quantificadores, superlativos. (Seara, 2017: 7, *apud* Kerbrat-Orecchioni: 1996, 54)

Por um lado, acontece que alguns atos do discurso realizam-se através de enunciados intencionalmente desrespeitosos ou mesmo insultuosos e, portanto, ameaçadores da face positiva, que comprometem o princípio da cortesia e as próprias noções de respeito interpessoal. Ora, não será o recurso aos FTA uma forma de dar evidência ou saliência ao discurso e, assim, chamar a atenção do outro para determinado tema ou atitude?

Por outro lado, a cortesia verbal é muitas vezes assegurada e modalizada ao serviço da dissimulação da violência linguístico-discursiva dos próprios ataques à face, salvaguardando a face do enunciador, sem contudo deixar de expor ao ridículo a face do

recetor. Em contexto irónico, o emprego de suavizadores da face é frequentemente hipócrita, falso, sendo denunciado pelo efeito paradoxal que cria com o contexto situacional e discursivo.

Decerto se reconhece que a crítica social, muito em especial, preconizada pela arte humorística, nomeadamente da crónica humorística aqui em análise, desde tempos remotos, é meio de “acordar consciências” e estimular mudanças naqueles que nela se reveem e procuram, desse modo, recuperar a sua face positiva, ou imagem socialmente aceite.

Com efeito, e ainda no domínio crítico, também os recursos linguístico-expressivos são instrumentalizados na comunicação, tanto para veicular argumentos como para causar a alteração da face. Podem ser empregues para atacar diretamente a face do outro, ou ainda para dissimular elogio ou evitamento de ataque, com sentido irónico, o que na verdade corresponde a proteção da face do enunciador e, ao mesmo tempo, ataque à face do recetor, até de forma mais acentuada e “chocante”, conforme se atestará através da análise do *corpus* textual nesta dissertação.

## 4.4 Recurso retórico-expressivo

### 4.4.1 A ironia

Ao longo desta dissertação, defende-se que a violação intencional do princípio da cortesia e da máxima conversacional da qualidade visa causar estranhamento, salientar o segmento linguístico e o seu sentido, para, desse modo, criar o impacto que permite despertar a atenção do interlocutor.

Visando surtir o devido efeito, alguns recursos linguístico-expressivos revestem-se em figuras de pensamento ou de palavra, e utilizam artifícios que ora favorecem a “estética linguística”, ora “ultrapassam os limites da credibilidade”, criando mesmo paradoxos. (Lausberg, 1993: 159)

Da parafernália recursiva a considerar, destaca-se, no contexto da temática em análise, a ironia. É, portanto, significativo que, primeiro, se analise este recurso e, depois, se examinem as estratégias pelas quais se exprime.

Recorrendo aos estágios iniciais da utilização da ironia enquanto recurso linguístico-expressivo, reportamo-nos ao discurso de tipo argumentativo, que se patenteia, de acordo com autores de seguida nomeados, tanto na retórica sofisticada como na oratória socrática.

De acordo com o defendido por Joana Guimarães, no artigo “Ironia: uma primeira abordagem” (2001: 411-422), distinguem-se, desde logo, dois usos distintos da ironia. Por seu lado, a ironia retórica corresponde a uma “estratégia para provocar o riso, que permite *conciliare/delectare, movere, probare*, ou seja, seduzir, comover e convencer o auditório”, através de argumento probatório. (2001: 412) Por outro lado, a ironia socrática visa despertar consciências, “ensinar as pessoas a julgar-se a si mesmas, sem ilusões, a ter consciência da sua ignorância..., [sendo, portanto, inseparável da] ‘maiêutica’ ou arte de fazer as consciências darem à luz”. (2001: 412)

No mesmo sentido, conforme expresso por Lélia Parreira Duarte, em “Humor, ironia e fingimento literário” (1994: 54-78), a ironia tenciona “levar o interlocutor à reflexão e ao conhecimento, através do processo de destruir qualquer opinião isolada, por colocá-la em contacto com um contexto mais amplo [...] ou por apresentar sucessivas

questões que não encontram respostas, mas vazios”, em busca dessas mesmas respostas, reforçando-se, por vezes, através da conjugação com a interrogação retórica. (1994: 62)

Duarte refere ainda a “ironia romântica”, que surge num contexto de revolta do individualismo contra a sociedade, em defesa da subjetividade. No âmbito deste uso da ironia, o enunciador valoriza o leitor, em reconhecimento da importância da opinião pessoal, seja a sua, já que “assume uma atitude ironicamente crítica em relação ao mundo...”, seja do leitor, buscando esse dialogismo subjetivo. Com efeito, “...a ironia é, portanto, definida como um artifício através do qual a obra literária revela a consciência de ser uma construção comunicacional que depende de um leitor para se tornar realidade...”, ou seja, “...depende um recetor para adquirir vida...”, tanto quanto de um autor. (1994: 57, 60, 61, 63) Segundo a autora, “esse tipo de ato irónico abre brechas conceituais impossíveis de preencher, criando espaço para o outro interlocutor” (1994: 62), de forma a estimular o seu raciocínio reflexivo e, por conseguinte, a sua competência comunicativa.

Procurando descrever o conceito, Heinrich Lausberg identifica a ironia como ornato da palavra, de forma que “as palavras irónicas são compreendidas num sentido que é contrário ao seu sentido próprio [...] com a firme convicção de que o público reconhecerá a incredibilidade desse vocabulário”, suportando-se no contexto situacional, qual “sinal geral da ironia”. (1993: 161, 162)

Também Kerbrat-Orecchioni, em consonância com Charaudeau e Maingueneau (2002)<sup>4</sup>, descreve a ironia como um tropo ilocutório, com maior ou menor diferencial entre o sentido literal e o pretendido, empregue com intenção de crítica ou zombaria:

“[...] le trope ironique, c’est-à-dire l’anti-phrase, comportant un décalage plus ou moins fort entre les sens littéral et dérivé. La précision s’impose car le terme d’«ironie» qualifie aussi parfois, et même fréquemment dans le discours ordinaire, des énoncés à prendre littéralement, mais qui se caractérisent simplement par leur valeur illocutoire de raillerie.”

(KERBRAT-ORECCHIONI, 1986: 102-107)

A mesma autora realça ainda que:

[...] l’ironie aggrave plutôt qu’elle n’adoucit la teneur aggressive de l’énoncé, sans qu’il soit du reste aisé d’expliquer ce qui peut apparaître comme un paradoxe.”

(KERBRAT-ORECCHIONI, 1992: 212)

---

<sup>4</sup> *vidé* CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (2002) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.

Ainda Guimarães, corroborando a impossibilidade de interpretação literal do enunciado irônico, salienta a importância do contexto e da coincidência entre referente e referência do emissor e do receptor para a interpretação do sentido irônico. (2001: 416)

De acordo com os autores referidos, a ironia movimenta-se então desde estratégia de diversão e sedução linguística, a mecanismo de provocação da consciência, numa intenção crítica, até se manifestar linguisticamente através do questionamento e do dialogismo, apelando à interpretação pelo leitor. Mais ainda, corresponde à enunciação de palavras com oscilação de sentido, a saber, o dito diferente do pretendido ou esperado, conforme perceptível através do contexto situacional.

As posições descritas acima concorrem para a definição do conceito, sendo que delas podem assumir-se, como significativas, as seguintes características:

- a) a ironia é um mecanismo linguístico-discursivo;
- b) a interpretação de um enunciado irônico não é literal;
- c) a “adulteração” que faz da linguagem pode alterar o seu sentido ao ponto de o dito ser precisamente o oposto do pensado ou pretendido, numa relação de antífrase ou antonímia, causando efeito paradoxal entre o enunciado e o seu sentido, ou entre o dito e o pretendido.

#### 4.4.1.1 Ironia e a sua relação com o humor e o sarcasmo

Guimarães, reportando-se a Niedzielski<sup>5</sup>, menciona que, a par da ironia, surge o humor linguístico e intelectual, servindo-se igualmente dos mesmos mecanismos retórico-discursivos que a acompanham, como a repetição, o eufemismo, a metáfora e a hipérbole, entre outros aqui referenciados, além dos próprios tipos de cómico. Parafrazeando Littman<sup>6</sup>, a autora afirma também que a ironia é comumente usada como instrumento no sarcasmo, sendo “uma das mais úteis ferramentas que o falante sarcástico tem à sua disposição”, distinguindo-se dela pelo menor recurso à atenuação da agressividade. (2001: 413) Em termos de intencionalidade comunicativa, Guimarães defende que “quem recorre à ironia o faz, geralmente, quando pretende transmitir um juízo de valor, quando pretende avaliar, criticar, ...”. (2001: 417)

De acordo com Duarte, a intenção do humor – que em articulação com a ironia designa como *ironie humoresque* – “não é dizer algo para significar o oposto, mas manter a ambiguidade para demonstrar a impossibilidade de estabelecimento de um sentido claro e definitivo” (1994: 62), por forma a conquistar a atenção do recetor através da estranheza cômica, provocada, por exemplo, através da situação, do caráter dos indivíduos e da sua linguagem. Para surtir esse efeito, “o autor finge desligar-se do sentido prévio e constrói incongruências com relação às normas interiorizadas, das quais mostra ter conhecimento”, mas “simula ignorá-las ou afrontá-las...”, finge “...ser capaz de...opor-se a elas...”. (1994: 72) O humor é descrito como um “artifício lúdico da comunicação” com o qual o autor mais valoriza a elaboração discursiva ou “a construção textual do que a própria diegese”, com foco no jogo estético e criativo. (1994: 70)

Segundo as afirmações acima, humor e sarcasmo são associados à ironia. O humor é visto como estratégia linguística da ironia, ao passo que o sarcasmo usa a ironia e serve-se dela como recurso. Isto é, o humor pode servir a ironia, assim como a ironia pode servir o sarcasmo.

Nesta dissertação, reconhece-se a relação possível entre estes conceitos, ainda que não necessariamente da forma descrita pelas autoras supracitadas, de modo que a definição do conceito de ironia impõe a necessidade de esclarecer e distinguir também os conceitos de humor e de sarcasmo, em especial, nas suas aproximações e distanciamentos relativamente à ironia.

<sup>5</sup> NIEZIELSKI, Henry (1990). “Biculturalism as Prerequisite to the Translating of Humor” In ARNTZ, R.; THOME, G. (Hrsg) *Übersetzungswissenschaft. Ergebnisse und Perspektiven*. Tübingen: Narr, p. 240

<sup>6</sup> LITTMAN, D. C.; MEY, J. L. (1991). “The nature of irony: toward a computational model of irony” In *Journal of Pragmatics*, n.º 15, p. 148

Embora alguns autores, de alguma forma, misturem os conceitos de ironia e sarcasmo, integrando-os um no outro, estes são efetivamente distintos, podendo, contudo, ser articulados no mesmo enunciado.

Segundo Ana Cristina Pereira Braz, na sua tese de doutoramento intitulada “*L’ironie dans le discours parlementaire portugais: Degrés d’implicitation, indices linguistiques et stratégies discursives*”, ambos os recursos retóricos-discursivos nomeados têm função crítica. A autora considera que o sarcasmo se caracteriza fundamentalmente pela constância da crítica forte e violenta, portanto, sem haver lugar a regulação da intensidade. Pode concretizar-se através do alto grau de antonímia, porém, em especial, é realizado de forma aberta e explícita. (2017: 348, 349)

Por seu turno, a ironia, ainda que com intencionalidade crítica, apresentada muitas vezes sob a forma de enunciados valorizantes com sentido inverso, pode ainda mitigar esse fim, dissimular-se, apresentar-se com variados graus de agressividade, conforme se manifesta de forma mais ou menos moderada, mais explícita ou mais implícita.

Assim sendo, havendo conjugação do sarcasmo com a ironia, agudiza-se o ataque, intensifica-se a hostilidade, aumenta a humilhação do alvo, tornando a ironia mais mordaz.

Contrariamente ao defendido por Guimarães, e atrás citado, Braz indica ainda outra função da ironia, desta feita, positiva, ou mesmo lúdica, que é a de elogio, através do uso de enunciados desvalorizantes que sugerem valorização. Reconhece, no entanto, que tal uso é menos comum, pelo que pode significar maior risco, uma vez que pode ser interpretado como ataque à face, ofensa, em vez de elogio. (2017: 359)

Em qualquer das funções irónicas, a interpretação dos enunciados é promovida pelo contexto situacional, embora seja de ajuda também a proximidade relacional e comunicativa entre falantes, que permite o conhecimento até mesmo de eventuais hábitos linguístico-discursivos e, portanto, favorece o entendimento mútuo.

Laurent Perrin, em *L’ironie mise en trope. Du sens des énoncés hyperboliques et ironiques*, define o sarcasmo como vitupério explícito, em que o desacordo e a desaprovação são evidentes, ao passo que designa a ironia de “engano aberto”, considerando existir nela um “jogo duplo de enunciação”, mais ou menos explícito, aparentemente contraditório entre aquilo que o locutor diz em diferentes momentos. (1996: 144) Isto é, o locutor pode dar a ideia de concordar com uma opinião ou ponto de vista que, anteriormente, no mesmo discurso, rejeitou, criando ideia de paradoxo, hipocrisia.

Ainda assim, o autor vê nos dois recursos a mesma intencionalidade: a zombaria, a crítica. (1996: 147)

Tanto Braz como Perrin fazem referência à gradação da intensidade crítica da ironia, e, bem assim, da sua implicação. Aludem também à noção de oposição, mais ainda, de paradoxo, entre o que o enunciador diz e o que realmente pensa ou mesmo expressa. Braz advoga que, no enunciado sarcástico, pensado e dito são concordantes, ao passo que o enunciado irónico expressa ou comunica mais do que diz, pois “o ironista percebe, convence e estabelece a relação e diferença entre... a mensagem enviada e pretendida.” (2017: 348) Perrin considera mesmo “o enunciado irónico pragmaticamente insincero”. (1996: 155) A esta diferença entre o dito e o expresso pode corresponder ainda a variação entre o sentido literal e o sentido figurado do enunciado.

No que respeita à interpretação do enunciado irónico, a concordância entre os autores estabelece-se também pela valorização do contexto situacional e discursivo, relativo a enunciações anteriores, que orientam o reconhecimento do sentido.

Não obstante os dois autores admitirem a conjugação da ironia com o sarcasmo, Perrin vai mais longe no esclarecimento do efeito da articulação destes dois recursos retórico-discursivos, por referir que a utilização do sarcasmo na sequência da ironia permite deslindar o paradoxo criado por esta, ao passo que a precedência a ela mantém o carácter irónico, reforçando-o. Se, depois de um enunciado irónico, implícito, o enunciador expressa a sua crítica abertamente, de forma mais agressiva e mordaz, com o sarcasmo, fica clara a sua opinião; por seu turno, se depois de uma crítica franca e violenta, o enunciador a disfarça e falseia, através da ironia, corrobora-se a dissimulação do seu ponto de vista.

Daqui se conclui que é precisamente a possibilidade de gradação da crítica que distingue a ironia do sarcasmo, sendo que este é tão evidentemente agressivo quanto sincero, ao passo que aquela se pode dissimular, moderar, mesmo que o contexto situacional a revele.

Admite-se, porém, que, quando em alto grau de intensidade depreciativa, podem confundir-se. Contudo, contrariamente ao afirmado por Guimarães, não se trata de o sarcasmo se servir da ironia ou se aproximar dela, mas antes o inverso, ou seja, é a ironia que se aproxima do sarcasmo, se se apresenta com elevado grau de agressividade e de forma mais explícita.

No que respeita à possível função lisonjeira da ironia, não é aqui especialmente sublinhada, já que pode ser interpretada como falsa modéstia, no caso de o enunciador aplicar o enunciado irónico a si mesmo, ou pode ser vista como um elogio forçado, já que esse não é realizado abertamente, mas dissimula-se sob um enunciado irónico. Nestes casos, a ausência de sinceridade que caracteriza o enunciado irónico não é necessariamente favorável, nem se considera aqui substituto elegível do próprio elogio.

Note-se ainda que, no que respeita ao cumprimento das máximas e princípios conversacionais, a ironia, positiva ou negativa – aludindo à descrição de Braz – viola a máxima da qualidade, visto que se realiza muitas vezes através de enunciados com sentido diferente do transmitido, em ausência de verdade ou sinceridade. Transgride ainda o princípio da cortesia, seja de forma concreta, por ter intencionalidade crítica, seja de modo aparente, no caso do elogio, já que, mesmo que com intenção diferente, parte efetivamente de enunciação desvalorizante. Já o sarcasmo, por se manifestar de forma aberta e forte na depreciação, viola o princípio da cortesia, mas não as máximas, nem mesmo a da qualidade, pela veracidade do enunciado.

Na sequência do mencionado acima, sendo a ironia um recurso que se sustenta tanto na ausência da condição de sinceridade como na presença da dissimulação, depende, para o seu reconhecimento e compreensão de sentido, do contexto situacional, partilhado entre enunciador e recetor.

Relativamente ao segundo conceito aqui em paralelo com a ironia, a saber, o humor, é perspectivado, nomeadamente por Braz, como estratégia lúdica que recorre conscientemente ao absurdo, à violação das normas sociais vigentes, para provocar efeito cómico, causar o riso, sendo este tanto prazeroso como, muitas vezes, libertador de tensão. (2017: 363) Naturalmente, tal efeito poderá ser mais ou menos intenso, conforme o valor humorístico empregue.

De acordo a referida autora, esta associação do humor à diversão e ao riso distancia-o da agressividade e apresenta-o como inofensivo, ao mesmo tempo que agrada o público e, bem assim, o persuade. (2017: 365)

Também Duarte aponta no humor a natureza de incumprimento intencional das convenções sociais, considerando-o, porém, quando em articulação com a ironia, como manobra de diversão no discurso irónico. (1994: 73)

No entanto, ressalve-se o facto de que o humor não é aqui perspectivado como mero entretenimento verbal, já que lhe está subjacente intencionalidade específica, isto é, o seu efeito pode mesmo, mais do que lúdico, ser didático e moralizante.

Além disso, a ironia, não obstante um possível emprego positivo, elogioso, tem um uso maioritariamente depreciativo, ainda que se permita moderar o grau de implicação e de intensidade crítica. Neste caso, paradoxalmente ao que acontece com o sarcasmo, a conjugação da ironia com o humor, serve-lhe de atenuante do carácter crítico, diminuindo o ataque, a hostilidade. Mesmo assim, tal atenuante não desvirtua a natureza crítica do enunciado irónico e muito menos anula a “atitude de superioridade moral” do ironista (2017: 368), contrariamente à do humorista. Esta atitude é, na verdade, aspeto crucial de diferenciação entre a ironia e o humor, assim como influencia outras considerações adiante desenvolvidas. Mais ainda, visto que o humor, em articulação com a ironia, acrescenta efeito cómico à crítica, na verdade, expõe a ridicularização que lhe é subjacente. Afinal, o efeito dessa conjugação não será o de rir *com* o alvo de crítica do enunciado irónico, mas, antes, rir *de* tal alvo ridicularizado.

Ressalve-se que tanto o humor como a ironia, e bem assim a conjugação de ambos, implicam a partilha do mesmo universo de referência entre enunciador e recetor, para que possam surtir, respetivamente, os efeitos cómico, depreciativo, ou mesmo pedagógico pretendido.

Depois de especificamente definidos os conceitos de sarcasmo e humor, bem como explicitado o seu valor e impacto na conjugação com a ironia, podem acrescentar-se mais propriedades que permitem a caracterização do próprio conceito de ironia:

- a) a ironia visa a crítica;
- b) o carácter depreciativo da ironia pode ser regulado ou moderado, sendo que o grau de agressividade é proporcional ao grau de implicação do seu sentido, isto é, quanto mais explícita, mais agressiva, e o inverso também se verifica;
- c) quando em conjugação com a ironia, o sarcasmo e o humor podem ser usados como reguladores da agressividade do sentido irónico, sem sacrifício do seu objetivo ridicularizador, a saber: por um lado, a articulação da ironia com o sarcasmo torna a crítica mais intensa, mesmo mordaz; por outro lado, a conjugação da ironia com o humor atenua a agressividade crítica, sendo que essa mesma atenuação pode também ser regulada, com maior ou menor grau,

conforme seja maior ou menor o carácter humorístico e o seu efeito irónico, além de outras condicionantes;

- d)** o enunciador irónico não perde a sua “atitude de superioridade moral”, própria da condição de crítico, independentemente desta ser mais ou menos intensa, nem o seu objetivo de ridicularização;
- e)** o reconhecimento do contexto situacional e a partilha do mesmo universo de referência entre enunciador e recetor são essenciais para a interpretação correta do sentido irónico.

#### 4.4.1.2 A regulação da carga irónica

Pela própria natureza da análise semântico-pragmática a que se dedica esta dissertação, atenta-se aqui na ironia discursiva, evidente nos enunciados linguístico-discursivos – ainda que se reconheça a presença da ironia de situação, em diversas circunstâncias pontualmente apontadas – e focaliza-se a atenção na sua função crítica, que melhor atenção merece pelos seus graus quer de incidência quer de frequência.

A carga irónica de um enunciado é variável, oscilando em diferentes graus de implicação, de maneira a que a crítica se apresente mais ou menos dissimulada, o que se refletirá também na variação de outras características que lhe são intrínsecas.

Por um lado, a ironia pode ser explícita, por ser literalmente admitida e mencionada até; por outro lado, pode ser empregue de forma implícita, dissimulada, disfarçada – designada por Ana Braz como “ironia prototípica ou ironia-padrão” – seja empregando um sentido implícito diametralmente oposto ao explicitamente enunciado, no caso da “ironia prototípica de sentido estrito”, seja mitigando essa oposição através do uso de estratégias de atenuação, ainda que se mantenha moderadamente a natureza contraditória entre a força ilocutória explícita (o dito) e implícita (o intencionado), neste caso, na “ironia prototípica de sentido lato”. (2017: 150, 153)

Sobretudo do ponto de vista discursivo, a ironia cujo sentido está implícito suporta-se na antonímia, isto é, na oposição semântico-pragmática entre um lexema e o pretendido, de acordo com o contexto situacional em que se insere. Esta estratégia extrema de implicação irónica enfatiza o contraste entre ideias ou entre a situação real e a opinião do enunciador, de tal forma que não só acentua ao máximo a carga irónica como desperta mais a atenção do recetor, de quem depende e se pretende a interpretação correta do enunciado irónico. Deste modo, por colocar o conteúdo irónico em saliência, a antonímia, mais do que apenas atingir, realça a intencionalidade crítica, por torná-la mais incisiva. Por isso, Braz classifica-a como “mecanismo privilegiado do funcionamento da ironia” (2017: 118), que lhe confere mais peso argumentativo.

A mesma autora descreve outras estratégias linguístico-discursivas que permitem a regulação da carga irónica e, por isso, lhe permitem maior ou menor grau de implicação, conforme a sua conotação for mais ou menos negativa. Conforme essas estratégias impliquem uma inversão mais acentuada de sentido, maior a carga irónica e a incidência

crítica, ao mesmo tempo que uma menor oscilação as atenua. Dá-se, então, o facto de a ironia ter um sentido mais estrito ou mais largo conforme o grau de implicação empregue for maior ou menor, respetivamente.

Por seu turno, o uso de outros recursos em enunciados irónicos, mesmo de sentido mais lato, poderá contradizer o efeito atenuador, acentuando a carga irónica.

Similarmente, Perrin também se refere, pelo menos, a duas formas de construção da ironia. Por um lado, pode ser baseada em “contraverdade”, através de enunciados em antífrase, isto é, com sentido implícito contrário àquele que é dito, em alto grau de dissimulação. Neste caso, o enunciado fica em evidência pelo seu distanciamento entre dito e intencionado, de modo que a antífrase “tem como consequência amplificar, aos olhos do intérprete, o grau de verdade do qual o ironista se distancia hipocritamente...”. (1996: 180-183) Cria, assim, o efeito de paradoxo, que capta a atenção do leitor, funcionando como sinalizador do sentido irónico. Por sua vez, o leitor, à luz das informações contextuais, interpreta o sentido irónico do enunciado, uma vez que o conteúdo implícito é suscetível de ser associado ao contexto através de interpretação.

Importa aqui distinguir a antonímia, referida por Braz, que diz respeito a oposição semântica de vocábulos, da antífrase, mencionada por Perrin, relativa ao contraste de sentido de frases ou expressões. Ambas são estratégias significativas na construção do sentido irónico, já que são aquelas que mais acentuam a sua carga, por terem um efeito paradoxal mais intenso.

Por outro lado, ainda segundo Perrin, a ironia pode ser baseada em “exagero”, que poderá ser regulado gradativamente, tal como acontece com a ironia de sentido lato. Neste caso, o sentido irónico não visa contradizer o explícito, ou dito, mas caricaturar o alvo de crítica, recorrendo ao exagero, podendo mesmo chegar a surtir efeito cómico, riso. De difícil distinção da hipérbole, o “exagero ilegítimo” indica a presença da ironia e fica exposto através do contexto. (Perrin, 1996: 190-192)

Sublinhe-se que quer a contraverdade, quer o exagero são considerados pelo autor como sinalizadores do sentido irónico. Portanto, são intencionalmente usados pelo ironista em grau de evidência suficiente para se tornarem manifestos ao leitor e percebidos através das informações contextuais.

Ressalve-se o facto de o contexto situacional e a orientação discursiva, assim como a competência comunicativa do recetor, serem essenciais para a interpretação do enunciado

irónico, dado o elevado grau de ambiguidade discursiva, de modo que se lhe exige esforço interpretativo. Para tal, é fundamental que o recetor compreenda que as máximas comunicacionais estão a ser violadas, nomeadamente a máxima de qualidade, depreendendo que o valor de verdade não se encontra no valor linguístico-discursivo explícito, mas, sim, no seu valor implícito, que aqui se requer em sobreposição.

Neste contexto, é significativo analisar o peso tanto da atitude moralizadora do ironista como da intenção crítica da enunciação irónica. Por um lado, o ironista parece procurar servir o preceito polido do princípio da cortesia, de modo que dissimula a agressividade discursiva, por incrementar o grau de implicação da ironia. Por outro lado, pondera e matura o seu enunciado, de modo a que este cumpra com a sua intencionalidade, mas de forma menos violenta ou abertamente ofensiva.

É certo que o enunciador irónico aumenta o grau de implicação da ironia para atenuar a sua agressividade crítica. Mas será que tal estratégia visa realmente a proteção da face do seu alvo e, portanto, a tentativa de aproximação ao princípio da cortesia? A ponderação sobre a crítica e o cálculo do grau de implicação irónico servirão efetivamente de efeito atenuador da ridicularização do outro?

Não obstante se admita que a regulação do grau de implicação da ironia é proporcional à diminuição do grau de agressividade, defende-se aqui que esse não é propósito único, nem exclusivamente positivo, em evidência de cortesia ou tentativa de proteção da face do alvo da crítica.

Eventualmente, haverá, sim, tentativa de proteção da face positiva do próprio enunciador, que se afigura discursivamente como um avaliador moderado, em vez de um atacante violento, do mesmo modo como poderá diminuir a hostilidade da resposta do outro, o seu alvo de crítica.

Convém ainda destacar que a implicação do sentido irónico impõe a maturação do discurso e a ponderação efetiva sobre os seus mecanismos retórico-discursivos, o que diminui a sua espontaneidade e, proporcionalmente, torna o objetivo comunicacional da crítica mais consciente, mais intencional.

Por essa razão, considera-se que, em contexto irónico, a cortesia discursiva é, na verdade, falsa, hipócrita, não podendo descrever-se como tentativa de proteção da face positiva do outro. Além disso, a cortesia é muitas vezes empregue no discurso por mera formalidade, por exigência de certas circunstâncias, como a organização social, hierarquia,

ou outras, mais até do que a própria relação interpessoal, até porque, com ou sem ironia, uma crítica é sempre um ato verbal ameaçador da face. Ainda que a cortesia possa dar-lhe uma aparência menos hostil, que eventualmente favorece a aceitação, não deixa de servir um jogo matreiro, cujo procedimento é esconder um sentido depreciativo que se pretende revelado.

Embora a crítica seja menos explícita, menos exposta e, por isso, menos violenta, torna-se mais incisiva, mais penetrante, precisamente por ser mais calculada. Portanto, corrobora-se aqui o defendido por Braz, a saber: ao aumento do grau de implicação irónica corresponde, por um lado, a diminuição do seu grau de agressividade, mas, por outro lado, corresponde-lhe também o aumento do seu grau de incidência ou penetração. (2017: 188, 190, 191)

Porém, é igualmente necessário acrescentar o seguinte: ao aumento do grau de implicação irónica corresponde igualmente o aumento do seu grau de ridicularização, precisamente porque a intenção crítica é mais consciente, disfarçada sob ponderação calculista. Assim, quanto maior o grau de implicação da ironia, maior a precisão crítica, que mais agudamente ridiculariza, o que melhor serve o objetivo comunicativo pretendido.

Como afirmado, ainda que o discurso seja menos agressivo, por se mostrar aparentemente mais cortês, tal delicadeza será apenas camuflagem da depreciação, evidência de hipocrisia discursiva. Mas, na verdade, a ironia não visa enganar nem esconder-se, já que pretende realmente que o leitor descortine o sentido real. A intenção do enunciador irónico é mesmo que o fingimento seja reconhecido, desmascarado, devidamente interpretado, para que o objetivo comunicativo seja atingido. Isto é, seja qual for a força de implicação de um enunciado irónico, é de facto intencionado que este se sobreponha ao seu valor explícito, por muito valorativo que seja, mesmo até em completa relação antifrásica ou antonímica entre o dito e o pretendido.

Ora, se muito se disfarça o que se quer evidenciar, o foco não está em proteger o alvo e muito menos em demonstrar cortesia, mas precisamente no efeito paradoxal que se causa entre o enunciado e a situação ideal, dando-lhe destaque, saliência. O impacto que a interpretação desse mesmo paradoxo provoca no recetor expõe a ridicularização de forma mais categórica. Deste modo, a implicação irónica sugere uma astúcia retórico-discursivo que aguça a crítica.

Tendo em conta o valor da implicação irónica ao serviço da intencionalidade crítica, mais até do que a atenuação da agressividade discursiva, importa examinar as estratégias discursivas que permitem a regulação da carga irónica.

#### 4.4.1.3 Estratégias linguístico-discursivas: elementos léxico-morfossintáticos

Na enunciação irônica, são significativos tanto os lexemas selecionados como a sintaxe que servem, definida também pela sua posição na frase.

Nesse sentido, atente-se no uso de enunciados literalmente valorativos, ou de adjetivos valorativos e de conotação positiva, em atos ilocutórios expressivos aparentemente apreciativos que, em contexto discursivo depreciativo, veem o seu sentido ser transferido para o polo diametralmente oposto, transmitindo, portanto, uma apreciação negativa, malévola até. Trata-se do emprego do mecanismo ora antifrásico, no caso dos enunciados que constituem estruturas sintáticas completas, ora antonímico, no caso de lexemas, entre o dito e o seu sentido.

Braz, já aqui referenciada, esclarece que, por força da polissemia léxico-semântica de alguns adjetivos, os mesmos lexemas podem ter diferentes valores, a saber, positivo, neutro ou negativo, sendo empregues conforme o contexto e a orientação argumentativa do discurso. (2017: 119, 131) No enunciado irônico, esses valores são invertidos, sendo que quanto maior a gradação dessa inversão maior a carga irônica e a incidência crítica, ao mesmo tempo que uma menor oscilação de valor as atenua, tal como já atrás mencionado.

Importa lembrar que quanto mais implícito estiver o sentido antonímico mais forte é a carga irônica, somente interpretada com base no contexto situacional, até porque “a relação antonímica é fortemente dependente da contextualidade”. Portanto, “a ironia percebe-se pela incompatibilidade semântico-argumentativa entre elementos [explicitamente] valorizantes e a própria situação valorizada” (Braz, 2017: 116, 152), que passa então a ser ridicularizada, por força da implicação irônica, que reverte a enunciação avaliativa.

Além disso, a oposição semântico-pragmática pode ser ainda intensificada pela anteposição do adjetivo relativamente ao nome que qualifica, ou ainda pelo uso de elementos linguísticos desajustados ao contexto discursivo, como o nível de língua ou determinadas estruturas morfossintático-semânticas. Conforme já devidamente esclarecido, é o contexto situacional e discursivo que expõe o ridículo e, portanto, a ironia de tais enunciados.

O mesmo se verifica no reconhecimento de expressões superlativas, incluindo nomes e adjetivos no mesmo grau, que servem como estratégias discursivas sinalizadoras da ironia, sendo o sentido irónico ser marcado através do exagero.

A título exemplificativo, podem referir-se algumas expressões da crónica “Três dias de insultos do Parlamento, de Eça de Queirós, adiante analisadas, a saber, “*E depois que doçura de expressões!*”, ou “*Sublime curso de caridade cristã!*”, neste último com o adjetivo pré-posto relativamente ao nome.

Também nos casos de utilização de expressões irónicas fixas, como as sequências verbo *ser* + *adjetivo*, certas expressões idiomáticas, ou mesmo algumas próprias do discurso oral, muito embora a alteração de valor dependa do contexto, a força ilocutória desses enunciados pode ser solidificada pelo acréscimo de advérbio intensificador, como é o caso do de afirmação, ou ainda de conjunção ou locução adverbial paralela.

Em demonstração do uso do advérbio como intensificador da força ilocutória, vejam-se os casos dos enunciados irónicos da crónica “Fé por apenas 9 euros e 99”, de Ricardo Araújo Pereira, que oportunamente se analisará, “[...] há certamente dois ou três produtores de cera em cuja vida Nossa Senhora operou maravilhas.”, e ainda da crónica “Os missionários e o seu ramo de negócio”, de Eça de Queirós, “*Nós achamos tudo isto extremamente regular!*”.

Como se explicou anteriormente, especialmente nos enunciados irónicos de sentido mais largo, ou seja, com menor grau de implicação, o indício irónico não será tanto a antonímia, mas a contradição argumentativa, sendo que nesta a oposição semântico-pragmática dos enunciados relativamente ao contexto, ou a oscilação entre o sentido implícito e explícito, é menos acentuada. É sobretudo nestes casos que se empregam alguns mecanismos atenuadores dessa oposição e, conseqüentemente, do próprio sentido irónico, que servem de estratégias de proteção da face, na verdade, mais do enunciador do que do recetor. Exemplo disso é o caso de alguns verbos modais, ou seus equivalentes semânticos, nomeadamente aqueles que expressam o domínio cognitivo, perceptivo ou a opinião do enunciador e, portanto, imprimem a noção de probabilidade, possibilidade ao enunciado. Desta forma, este reveste-se de incerteza, imprecisão, relatividade, perdendo força ilocutória, como já se vem referindo.

Em evidência da modalização ao serviço da atenuação, vejam-se os exemplos dos enunciados das mesmas crónicas referidas, a saber, “[...] parece exagerado apenas se não

tivermos em conta que [...] o produto tem uma validade de 99 anos”, em “Fé por apenas 9 euros e 99, Ricardo Araújo Pereira, e “*Parece-nos pois inútil que os senhores missionários, depois de terem feito o negócio preguem os seus sermões.*”, em “Os missionários e o seu ramo de negócio, de Eça de Queirós.

O mesmo resultado atenuativo é obtido com a utilização dos sufixos de diminutivo, dos determinantes ou pronomes indefinidos, bem como de alguns advérbios ou locuções adverbiais de dúvida.

Quanto ao uso de sufixos de diminutivo, note-se aqui o caso do enunciado irónico da crónica “Peço desculpa, contive-me”, de Ricardo Araújo Pereira, a saber, “[...] a perífrase [...é] paninho quente para embolar a injúria...].

Pode também aqui mencionar-se como exemplo do emprego de advérbio de dúvida, o enunciado irónico “*Aspirar a ser um pequeno país europeu talvez seja sonhar acima das nossas possibilidades. O melhor seria, provavelmente, que Portugal começasse por ser um país médio de África [...]*”, da crónica “Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado], de Ricardo Araújo Pereira.

Além do exposto, também algumas formas verbais servem uma gradação regressiva da força ilocutória dos enunciados, a saber, começando no presente do indicativo, passando pelo imperfeito do indicativo e condicional, até ao futuro do indicativo. O papel destas formas verbais como estratégias atenuadoras concretiza-se no facto de transferirem o enunciado para um domínio hipotético, potencial, de proximidade crescente do impossível, irreal e, portanto, ausência de certeza enunciativa.

A mesma última crónica mencionada apresenta exemplos nesse sentido, não só pela aplicação do verbo modal “*deve*”, empregue no presente do indicativo, que reveste o enunciado de sugestão, mas também pelo uso do verbo *ser* no pretérito imperfeito do indicativo, que supõe a hipótese, a saber, “*Creio que deve consolar-nos que, por enquanto, possamos continuar a dizer que Portugal não é a Grécia. Mas, como todos sabemos, o ideal era que um dia pudéssemos dizer, finalmente e com propriedade: ‘Portugal não é Portugal.’*”

Daqui se conclui que, enquanto estratégias atenuadoras da agressividade crítica e, sendo assim, reguladoras da implicação da carga irónica, podem alistar-se:

- a) O uso de adjetivos valorativos ou, no mínimo, de valor neutro, em contexto depreciativo;

- b)** A anteposição do adjetivo em relação ao nome;
- c)** O emprego da estrutura ser + adjetivo;
- d)** O uso de determinantes e pronomes indefinidos;
- e)** O uso de sufixos diminutivos;
- f)** O emprego de verbos modais ou equivalentes semânticos;
- g)** A utilização de formas verbais do imperfeito do indicativo, futuro do indicativo e condicional;
- h)** O emprego de advérbios e locuções adverbiais de dúvida, que traduzem incerteza, sendo que advérbios de afirmação, que transmitem certeza têm, naturalmente, o efeito oposto.

Com o emprego de estratégias atenuadoras acima indicadas, o enunciador protege a sua face, pois distancia-se do conteúdo proposicional do enunciado, desresponsabilizando-se deste, assim como dá a ilusão de proteger a face do recetor, por atenuar a agressividade linguístico-discursiva, sem abdicar do seu objetivo crítico.

Todavia, e como se vem defendendo nesta dissertação, importa sublinhar que o uso destes atenuadores não serve tanto o princípio conversacional da cortesia, ainda que neste se enquadrem, mas visa especialmente acentuar o impacto causado pela oposição situação-discurso. Assim, a tentativa de mascarar a força ilocutória crítica, na verdade, incrementa o sentido irónico, quando o enunciado se encontra neste contexto.

#### 4.4.1.4 Estratégias linguístico-discursivas: elementos sintático-tipográficos

Na expressão oral, os indícios de ironia exteriorizam-se através de sinais não-linguísticos ou não-verbais, como acontece com alguns gestos, ou mesmo o próprio pestanejar, e ainda elementos paralinguísticos ou prosódicos, ou seja, as características próprias da voz, como modulação, entoação, volume, timbre, ritmo, ou mesmo de manifestações que dela fazem uso, de que é exemplo o pigarrear.

Já na expressão escrita, estas marcas encontram paralelo nos sinais tipográficos, isto é, a pontuação, que ajuda a vincar-lhe o sentido, não obstante não ser, obviamente, de uso exclusivamente irónico.

A pontuação tem de facto funções tão significativas, completas e complexas no texto, a saber, sintáticas, semânticas e pragmáticas, que é de relevo descrever a sua aplicabilidade enquanto indício irónico.

Note-se o caso do ponto de exclamação, que se considera ser marca emotiva e expressiva por excelência, fazendo jus ao nome, uma vez que permite reforçar a ênfase dos enunciados e revelar a atitude afetiva do enunciador, motivada por emoções negativas ou positivas, aumentando, assim, a expressividade destas.

A posição crítica do enunciador irónico, perceptível através do contexto, pode ainda ser posta em evidência pelo facto de os enunciados sinalizados com ponto de exclamação serem conjugados com outras estratégias de implicação da ironia, como sejam o emprego de vocábulos valorativos em oposição antonímica, nomeadamente adjetivos, especialmente se dispostos antes do nome a que se referem.

No que respeita ao ponto de interrogação, refira-se que este tem particular relação com a ironia, em especial devido à conjugação desta com o recurso linguístico-expressivo interrogação retórica, que reveste o conteúdo proposicional de dúvida, incerteza. Esta estratégia tanto serve, por um lado, a atenuação da asserção, seja ela expressiva, avaliativa ou outra, com o objetivo de proteger a face do enunciador e atacar o alvo da sua crítica, como, por outro lado, pretende expor o ridículo do enunciado, reforçando, assim, a crítica que lhe é subjacente e implícita, ao invés de atenuá-la.

Além disso, a quebra do ritmo discursivo, marcada pelas reticências, pode por si mesma ser recurso para causar impacto e chamar a atenção do leitor, ora pela interrupção

comunicativa, ora pela omissão de informação, ou ainda pela hesitação, selecionadas estrategicamente.

A atenuação discursiva pode ainda marcar-se pelo emprego de aspas no enunciado irónico, mais especificamente, em expressões de duplo sentido, o que já permite antever a existência de tal polissemia e, portanto, a existência de informação implícita, que o contexto decerto denuncia como sendo a ironia. Contudo, ainda que se reconheça a sua expressividade, tal estratégia não será explorada na análise do *corpus* textual, por não se verificarem exemplos específicos nesse sentido.

Por conseguinte, a pontuação evidencia o ponto de vista do enunciador relativamente ao conteúdo proposicional do seu enunciado, que utiliza estes elementos tipográficos, em contexto irónico, tanto para expor o absurdo da situação descrita, como para atenuar a asserção que faz dela, “deixando adivinhar a sua intencionalidade comunicativa” (Braz, 2017: 245).

É ainda possível concretizar-se a intensificação do valor irónico implícito através da múltipla pontuação, em conjugação dupla ou tripla dos sinais tipográficos acima enunciados, que reúne a funcionalidade e intencionalidade de todos, em conjugação estratégica de forças.

Para além dos mecanismos léxico-morfossintáticos elencados, que visam também incrementar a saliência discursiva e a dimensão crítica, a ironia surge muitas vezes combinada com outros recursos retórico-discursivos, adiante elencados, por forma a otimizar o seu próprio efeito, já que acentuam a sua expressividade e reforçam a intencionalidade comunicativa.

#### 4.4.2 Outros recursos retórico-expressivos

No que respeita a figuras do discurso, **os tropos** são recursos ornamentais da linguagem que “[servem]... para despertar... afetos... e...para a criação afetiva de imagens que ultrapassam a realidade”. (Lausberg, 1993: 158)

Podem surgir em uso combinado, multiplicando o seu efeito, como acontece nas conjugações com a metáfora, a hipérbole, a ironia, a antífrase, o eufemismo e ainda a perífrase, entre outros. Nesses casos, serão aqui assumidas designações como ironia metafórica, hipérbole metafórica, adiante apresentadas.

Refira-se que estes recursos têm funções duplas, ora de intensificação, ora de minimização, perceptível de acordo com o contexto e estrategicamente usadas em simultâneo, como acontece em sentido irónico, tanto para minimizar a agressividade como para intensificar a implicação irónica.

Dada a funcionalidade destes recursos, estender-se-á a sua descrição e aplicabilidade, sendo que os exemplos do *corpus* textual serão postos em evidência oportunamente, aquando da análise retórico-pragmática deste.

Relativamente à **metáfora**, de acordo com a etimologia da própria palavra, este recurso está relacionado com “transporte de sentido próprio em sentido figurado”.<sup>7</sup>

Pretende, portanto, alterar ou expandir o sentido das palavras, por relacionar referentes diferentes, através da associação de características intrínsecas que lhes são semelhantes, de forma que praticamente permite a substituição de um referente pelo outro.

“Distinguem-se commumente... dois tipos de metáforas [, a saber]:

- a) Metáfora pura, também designada por metáfora *in praesentia*, quando os termos presentes identificam elementos irrealis ou imaginados, substituindo os reais;
- b) Metáfora impura ou metáfora *in absentia*, quando o termo real é identificado com o termo metafórico.”<sup>7</sup>

Naturalmente, a interpretação da metáfora depende da competência comunicativa do interlocutor, além do contexto situacional. A metáfora devidamente utilizada e compreendida pode adquirir um sentido lógico tal que passa a integrar a realidade referencial, ultrapassando a sua simples utilização linguístico-expressiva. Nesses casos,

---

<sup>7</sup> MENDES, Paula. (2010) “Metáfora” in CEIA, Carlos (org.) *E-Dicionário de Termos Literários*, disponível em <http://edtl.fch.unl.pt/business-directory/7045/met%C3%A1fora/> [acedido em 30-06-2017]

torna-se metáfora morta, ou seja, que perde o seu sentido meramente transfigurado e integra o plano real.

No que aqui importa atentar, e em contexto comunicativo irónico, a transferência semântica ocorrida entre os dois conceitos aproximados na metáfora tem como objetivo reforçar a argumentação do locutor. Desta forma, o sentido figurado agudiza tanto a expressividade discursiva quanto a força ilocutória e, por conseguinte, o efeito irónico pretendido.

Quanto à **hipérbole**, no seu uso puro, esta corresponde a um exagero ou “sobrepajamento gradual da palavra, [fazendo uso] de sinónimos amplificantes... que ultrapassam os limites da credibilidade”. (Lausberg, 1993: 158) Mais ainda, de acordo com Braz, este recurso corresponde a um “exagero proposto pelo locutor em resposta ao estado de coisas a que se refere”. (2017: 313)

Refira-se, contudo, que tal exagero pode realizar-se tanto de forma aumentativa como diminutiva, causando o mesmo efeito enfático e impactante, numa escala gradativa que serve também a regulação da diferença entre dito e sugerido, significativa no discurso irónico, característico da crónica humorística, que se refletirá na intensidade crítica.

Em algumas situações, a hipóbole pode ser combinada com outros tropos, como acontece no caso da hipóbole metafórica. Veja-se o exemplo da expressão “ter fome de leão”, que significa ter imensa fome. Aqui o adjetivo é substituído pela imagem do leão, animal robusto e forte, por isso mesmo, de grande sustento alimentar. O leão metaforiza então o indivíduo esfomeado, ainda que tal imagem seja exagerada, pois esse nunca comeria a quantidade de alimento equivalente à de um leão.

Este recurso pode também ser combinado com a ironia, servindo a sua construção e sinalização, sendo que, em qualquer dos casos, sobre ou subvalorização, pretende-se dar saliência à asserção, agudizar a força crítica, por forma a rendibilizar o efeito irónico. Assim, nesta conjugação, a hipóbole é a base da construção do sentido irónico, na tentativa de intensificar a crítica, de tal modo que serve o efeito desejado de ridicularização.

Num sentido oposto, pelo menos aparentemente, o **eufemismo** é um recurso usado para atenuar a dureza da verdade, de forma a diminuir o seu impacto no alvo crítico, já que enunciados eufemísticos abrandam e aligeiram a carga negativa do conteúdo

comunicacional, nas palavras de Cícero, “encobrimo assim a fealdade do acto por uma expressão suavizada”<sup>8</sup>.

A sua aplicação em contexto irónico permite ao enunciador proteger a sua face, uma vez que dissimula a crítica, ao mesmo tempo que aprofunda a implicação da ironia. Assim, atenua a força ilocutória explícita da asserção crítica, aumenta o grau de implicação irónica e, portanto, a intensidade desta, conferindo-lhe até um carácter satírico, como se evidenciará em exemplo próprio do *corpus* textual desta dissertação.

Tal como acontece com o eufemismo, a **litote** pretende ser um recurso atenuante, que disfarça a força ilocutória ao nível linguístico, o que permite ao locutor proteger a sua própria face, já que reduz a repercussão negativa que o enunciado pode ter. Esse disfarce realiza-se através da negação sintática para transmitir uma asserção com um conteúdo proposicional afirmativo. Contudo, no que respeita à face do outro, o alvo, apenas aparenta ser uma estratégia de cortesia e de moderação da crítica, uma vez que obscurece o ataque que lhe é feito; torna-o mais implícito e profundo, sem o eliminar. Quando usado ao serviço da ironia, o seu efeito suavizante é simulado, já que funciona ao nível linguístico, através de estratégias como advérbios de dúvida, locuções adverbiais que expressam eventualidade, possibilidade, entre outras, mas não semântico-pragmático; na verdade, acaba por agudizar a crítica, por acentuar o grau de implicação irónico.

Em contraste, a **antífrase** consiste na utilização de um enunciado com sentido contrário ao expresso. Inversamente ao litote, usa termos positivos, otimistas, para demonstrar um sentido negativo, servindo-lhe de atenuador, à semelhança do eufemismo, mas de forma mais exagerada do que este último. Como já devidamente justificado, a antífrase estratégia-base de construção da ironia, por exemplo, quando se enuncia um ato ilocutório expressivo de elogio que se traduz no co-hipónimo que é seu oposto, a censura. Nestes casos, o efeito atenuador não se verifica. Pelo contrário, o paradoxo causa saliência ao segmento e a crítica acentua-se, à luz do contexto e das justificações argumentativas expressas no próprio discurso, que se veem, desta forma, reforçadas.

Em consonância com a antífrase, o **oximoro**, ao usar lexemas opostos no mesmo enunciado, cria um efeito antitético mais chamativo. O facto de usar termos linguísticos incompatíveis entre si e, desse modo, “[causar] diferença entre o sentido explícito do entendido”, não trai o seu valor semântico-pragmático. Antes, sendo perceptível através do contexto, reveste o enunciado de destaque ou saliência, “realça a sua expressividade”,

---

<sup>8</sup> CICERO. *in De Officiis*, Livro I, XII, citado por ULLMANN, Stephen (trad. MATEUS, José Alberto Osório. (1964) *in Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5.<sup>a</sup> Edição, p. 10.

dando mais peso à asserção. (Braz, 2017: 322) Desta feita, uma vez que aumenta a força ilocutória crítica, para servir os seus objetivos moralizadores, funciona favoravelmente na ironia, redimensionando o seu resultado expressivo. Nesse sentido, refere Braz que “a dimensão fática do oximoro permite aumentar a força expressiva da crítica e a posição discursiva do locutor.” (2017: 324)

Já a **perífrase** consiste num segmento linguístico composto que substitui um só lexema, sendo essa permutação admitida, mais uma vez, através do contexto situacional e devidamente interpretada graças à competência comunicacional dos falantes. Ao ser usada de modo combinado com a ironia, o objetivo é incrementar a sua expressividade crítica, ao mesmo tempo que estiliza o arranjo poético.

Mais ainda, é muitas vezes empregue num nível de língua desencontrado do contexto discursivo, seja pela sua utilização em registo superior, técnico ou poético, seja em registo inferior, familiar ou coloquial, como acontece, por exemplo, em algumas expressões idiomáticas. Desta forma, salienta a asserção e, assim, capta atenção, pela amplificação do efeito irónico provocada pelo registo de língua empregue.

A **interrogação retórica** é, como a sua própria designação indica, um enunciado transmitido através de uma frase interrogativa, porém, à qual não se pretende obter resposta. Este recurso torna uma composição linguístico-discursiva mais vívida, por estimular o raciocínio e a reflexão. Em circunstância discursiva irónica, o efeito de questionamento reduz, à primeira vista, a força ilocutória, ou seja, funciona como mecanismo atenuante do sentido explícito da ironia. Todavia, a dissimulação aprofunda a implicação irónica, de forma que a questão muitas vezes transporta uma acusação subentendida. Mais ainda, o absurdo de uma questão potencia o seu efeito irónico, já que torna o segmento discursivo mais saliente, de forma que este recurso consagra uma combinação privilegiada com a ironia.

Paralelamente à interrogação surge também a **exclamação retórica**, que visa o mesmo fim reflexivo, mas é transmitido através de frases exclamativas, com forte carga emotiva, com significativa intencionalidade satírica.

Ao elencar-se sobre potenciadores de efeito semântico do discurso, é digna de referência a **repetição**, já que acentua a força ilocutória de um enunciado e, portanto, enfatiza o próprio discurso, pela insistência no mesmo segmento linguístico, ou semelhantes no seu sentido, no caso da repetição anafórica. Enquanto estratégia persuasiva,

“impõe” a ideia, o argumento, a percepção discursiva do locutor, e o mesmo acontece quando aplicada em contexto irônico, isto é, “dá relevo à posição enunciativa do locutor e reforça a crítica... coloca em relevo a indignação do locutor”. (Braz, 2017: 312)

Tendo em conta o acima exposto, sustenta-se a conclusão de que a ironia pode ser expressa por uma panóplia de recursos linguístico-discursivos que se ensaia sistematizar e que conferem maior expressividade ao dito, agudizam a crítica, uma vez que intensificam o seu sentido implícito, assim como reforçam a sua argumentação, tal como se verificará posteriormente, na análise pragmático-discursiva que aqui se desenvolverá e cuja metodologia de seguida se apresenta.

**Parte II:**  
**Metodologia da análise do *corpus* textual**

## 1. Seleção e opção metodológica

Nesta dissertação, atentar-se-á ao género textual crónica, tendo como objeto de análise as crónicas humorísticas de dois autores específicos, de momentos histórico-literários distintos, a saber: da atualidade, atravessando os séculos XX e XXI, Ricardo Araújo Pereira, autor de “Crónicas da Boca do Inferno”, sobre temáticas diversas do quotidiano, publicadas na revista *Visão* (versão papel e *online*) e reconfiguradas em livros, a saber, *Boca do Inferno* (2007, Lisboa, Tinta da China), *Novas Crónicas da Boca do Inferno* (2009, Lisboa, Tinta-da-China), pelo qual recebeu o Grande Prémio da Crónica, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores e pela Câmara Municipal de Sintra, e *Novíssimas crónicas da Boca do Inferno* (2013, Lisboa, Tinta-da-China); do século XIX, Eça de Queirós, autor de *Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»* [1890], (1965), que reúne textos d’ *As Farpas*, escritas em parceria com Ramalho Ortigão, também elas, tal como o seu subtítulo indica, “*crónicas mensais da política, das letras e dos costumes*” e descritas, por Joana Duarte Bernardes, como “*macrotexto da crítica literária*” (2011: 35).

*As Farpas*, que compõem *Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, apresentam-se como um instrumento de investigação e observação factual da sociedade e, mais ainda, da sua crítica, para diagnosticar, analisar e avaliar “o progresso da decadência” de Portugal, assim como apresentar alternativas, revolucionar, ou no mínimo, permitir “ao leitor coevo o entendimento autorreflexivo que virá a possibilitar a superação do estado de decadência”. Do ponto de vista literário, estes textos distanciam-se do Romantismo, em especial pelo esforço crítico, aproximando-se do Realismo e procurando atribuir à arte, à literatura, uma “missão social”. (Bernardes, 2011: 23, 28, 33)

A seleção de cronistas prende-se com o facto de os dois autores arrogarem oportunidade e propriedade em se manifestarem interventiva e criticamente em relação ao panorama social vigente. Em primeiro lugar, tal justifica-se pela abertura e liberdade expressivas, que se celebra tanto no liberalismo, doutrina exaltada durante o século XIX e, portanto, contemporânea de Eça (que observou a proliferação desta por todo o mundo, uma vez que viajava com frequência), como na democracia, regime da vivência Ricardo Araújo Pereira, dado que, tendo nascido curiosamente em abril de 1974, ano histórico da mudança do regime ditatorial para a democracia, o cronista e a democracia portuguesa “cresceram juntos”.

Além disso, em ambos os momentos históricos, o país apresenta conjunturas político-sociais, entre outras, após algum crescimento económico aparente. No final do século XIX, esse progresso é fruto do Fontismo, período de governação de Fontes Pereira de Melo, que impulsionou a Revolução Industrial<sup>9</sup> e, ao mesmo tempo que aproximou Portugal do resto da Europa, despojou o país financeiramente, tanto pelo avultado investimento público como pelo endividamento externo, de forma que agravou a instabilidade político-financeira já sentida. Na atualidade, o mesmo crescimento é ainda fruto da intervenção na e da União Europeia, respetivamente, nos séculos XX e XXI.

Mais ainda, os dois cronistas chegaram a assumir papéis na carreira política e jornalística. Ricardo Araújo Pereira, que em termos políticos foi militante do Partido Comunista Português, depois do estágio na redação no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, foi repórter de informação da Televisão Independente TVI e, após exercer a função de guionista da Produções Fictícias, foi argumentista e ator no programa de televisão *Gato Fedorento*, membro do painel de debate no programa *Governo Sombra*, argumentista e ator no programa *Melhor que Falecer* e ainda cronista-radialista do programa *Mixórdia de Temáticas*, na Rádio Comercial. Eça de Queirós, tendo concluído a sua licenciatura em Direito, em Coimbra, desempenhou funções como advogado e jornalista. Foi diretor e redator do jornal *O Distrito de Évora*, tendo ainda colaborado em outros periódicos. Sem abdicar da escrita, nomeadamente como romancista, jornalista e cronista, ingressa na vida política, inicialmente, como governador de Leiria e, a partir de 1872, como diplomata, enquanto cônsul de Portugal em Havana (1872), em Newcastle (1874), em Bristol (1878) e em Paris (1888).

Ambos os cronistas revelaram especial genialidade na escrita, neste caso, da crónica, uma vez que neste género textual efetuam uma análise da realidade social em que vivem com pertinência e sagacidade, denunciando vícios e expondo defeitos, de forma engenhosa e mordaz, conforme se evidenciará.

A seleção temática do *corpus* atende ao encontro de similaridades no uso dos mecanismos apontados pelos autores indicados, pelo que se direciona esse objetivo desde logo pela seleção temática dos textos, que se orienta para os temas mais polémicos na sociedade, como sejam a política, a religião e a economia.

“Peço desculpa, contive-me” (*Visão*, 06-04-2017) e “Três dias de insultos no Parlamento” (*Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, 1965, pp. 165-168) são crónicas

---

<sup>9</sup> vide LOPES, Óscar. (2001) “7.ª Época (Época Contemporânea)” In SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. (2001) *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 17.ª edição, pp. 935- 992

alusivas à discussão parlamentar e política, nas quais os autores lamentam a ausência de vivacidade e excesso de falsa cortesia no insulto, denotados até pelo emprego léxico-morfossintático e pelo registo de língua.

Em “Fé por apenas 9 euros e 99” (*Visão*, 07-12-2016) e “Os missionários e o seu ramo de negócio” (*Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, 1965, pp. 223-228) expõe-se a infâmia imoral de usar a fé para proveito financeiro, em clara violação dos próprios preceitos fundamentais da religião que mantém tal prática.

“Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado]” (*Visão*, 28-11-2013) e “O Governo e a Emigração” (*Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, 1965, pp. 313-320) são textos que denunciam a condição socioeconómica do país, através da comparação com outro país em circunstâncias semelhantes, a saber, a Grécia, não obstante a distância secular na sua escrita.

Por sua vez, os mecanismos linguístico-discursivos usados pelos cronistas aproximam também os seus textos. A própria análise pragmático-discursiva traça o contexto situacional dos textos, apontando os mecanismos linguístico-discursivos que permitem construí-lo e interpretá-lo, que aqui são devidamente descritos, examinados e confrontados, entre autores, que exemplarmente os empregos, muito em especial, a ironia.

Será, portanto, elaborada uma análise, começando pelos textos do cronista mais atual, Ricardo Araújo Pereira, e dispendo-os em paralelo com Eça de Queirós, efetuando-se o levantamento dos mecanismos retórico-expressivos utilizados e a respetiva expressividade, assim como das sequências textuais presentes nas várias composições do género textual em estudo, entre outros recursos pertinentes para a sua intencionalidade comunicativa.

Salvagarde-se o facto de esta análise corresponder a uma interpretação que, por muito que se deseje objetiva, estará também condicionada pela competência comunicativa de um indivíduo, a aqui dissertante, que considera pertinente o sublinhado de alguns excertos textuais comentados.

**Parte III:**  
**Análise pragmático-discursiva do *corpus* textual**

## **1. Apresentação da análise**

A visão comparada entre os cronistas aqui em estudo, a saber, Eça de Queirós, do século XIX, e Ricardo Araújo Pereira, da atualidade, será orientada, em primeiro lugar, pela aproximação de temáticas que se repetem ou, pelo menos, se relacionam, enunciadas nos subtítulos seguintes e já oportunamente referidas ao longo desta dissertação.

Seguidamente será elaborada uma análise dos mecanismos retórico-linguístico-expressivos utilizados e a respetiva expressividade, assim como das sequências textuais presentes nas várias crónicas em estudo, entre outros recursos pertinentes para a sua intencionalidade comunicativa.

## **2. Crónicas sobre o insulto e a censura reativa no ambiente parlamentar**

Esta análise inicia pelas crónicas de temática política, alusivas à linguagem pejorativa utilizada em Assembleia Parlamentar, mais propriamente, às intervenções com o objetivo comunicativo de insulto, ocorridas entre deputados.

Conforme já aludido neste documento, os insultos constituem ataques à face positiva do interlocutor, socorrendo-se o respetivo enunciador de estratégias como atos ilocutórios expressivos que traduzem essa intencionalidade comunicativa, seja no seu uso regular, seja com sentido irónico, e bem assim com o auxílio de outros recursos linguístico-expressivos.

Acontece que é precisamente o esforço fútil de manutenção desse princípio que é criticada por ambos os cronistas, já que “atacantes” se suportam igualmente das estratégias acima mencionadas para disfarçar, ou melhor, atenuar, os seus insultos.

Exemplo desta situação é o enunciado de Mourinho Félix, enquanto Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, dirigida a Leitão Amaro, Deputado à Assembleia da República na XII Legislatura pelo Círculo Eleitoral de Viseu e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a saber, que esse sofreria de “uma disfuncionalidade cognitiva temporária”, e é esse o mote para a primeira das crónicas em análise.

## 2.1 “Peço desculpa, contive-me”

Veja-se o caso da crónica intitulada “Peço desculpa, contive-me”<sup>10</sup> (Cf. Anexo 1), de Ricardo Araújo Pereira, que critica uma tentativa de insulto do então secretário de Estado Mourinho Félix, quando este diz, num enunciado cortês, que o deputado Leitão Amaro revela “disfuncionalidade cognitiva temporária”. Como refere o cronista:

*“...a perífrase retira a agressividade da ideia... [é] paninho quente que contribui para embolar a injúria, de modo a que ela acabe por não injuriar.”*

Portanto, anula-se o efeito da ofensa e a sua própria razão de ser, logo, ridiculariza até a sua tentativa.

Atente-se que o cronista identifica o recurso utilizado pelo locutor como sendo a perífrase. No entanto, melhor se diria o eufemismo perifrástico, pois, para além de atenuar o sentido, expande o enunciado utilizado, sendo igualmente certa a capacidade sinfónica desta conjugação instrumental em descaracterizar o dito insulto, agindo como atenuante desse ato ilocutório expressivo.

De realçar que a crónica humorística em análise se inicia em tom de ironia, instrumento usado não só para criticar, mas também desmascarar. Ricardo Araújo Pereira refere a vivência de “*uma crise de valores*” e passa a explicar que tal situação se evidencia precisamente pela “*aflitiva pobreza dos insultos na política portuguesa contemporânea*”, sublinhando mesmo que o caso alvo do seu comentário representa “*um novo mínimo*” nessa crise:

*“...vivemos hoje uma profunda crise de valores. Depois de ter visto o incidente do debate entre Mourinho Félix e Leitão Amaro, sinto-me tentado a concordar. Já tive ocasião de lamentar aqui a aflitiva pobreza dos insultos na política portuguesa contemporânea, mas creio que esta semana teremos atingido um novo mínimo.”*

Ora, bem se entende que a ausência de valores como a cortesia e a educação, manifestada através do uso do ato expressivo “deplorar” ou “censurar”, seria ela mesma indicadora da crise de valores, e não o inverso. Porém, considera o cronista que a tentativa vã de ofender com cortesia é ainda mais ridícula e vergonhosa até, tendo efeito contraproducente. De facto, “*embolar a injúria*”, ou seja, atenuá-la “*com paninho*

---

<sup>10</sup>Disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2016-12-07-Peco-desculpa-contive-me> 78

*quente*”, através do emprego do eufemismo perifrástico, demonstra mesmo hipocrisia da parte do locutor, que, em proteção da sua própria face e, supostamente, da face do alvo da crítica, tenta ser politicamente correto e cortês no discurso, elaborando-o num nível cuidado. Porém, tem nele, em contradição, uma intencionalidade comunicativa realmente ofensiva.

De notar a aplicação da expressão idiomática suportada pela metáfora “*paninho quente*”, que associa o objeto ao insulto “*delicado*”, pela capacidade de ambos de amainar a dor, no caso, para que “*acabe por não injuriar*”. Tal expressão é aqui empregue como uso do diminutivo, qual recurso de implicação da ironia, o que alude à futilidade da estratégia de atenuação, já que, na verdade, não é suficiente para atenuar a intenção crítica, apenas desvirtua, descaracteriza o próprio insulto, tornando a situação descrita ridícula, cômica até.

Para evidenciar a sua perspetiva crítica, numa sequência narrativa, Ricardo Araújo Pereira relaciona a punição que os deputados do PSD, interlocutores do aqui “atacante”, aplicaram ao mesmo, a saber, o facto de o terem impedido de falar durante quatro minutos e quarenta e sete segundos, com o castigo de um progenitor ao seu filho, que o impediria de ver televisão pelo mesmo período, preciosamente contabilizado, sem motivo específico e consistente.

Nesta parte da sua crónica, introduzem-se recursos linguístico-expressivos, conjugados na ironia metafórica, latente na analogia que aproxima a atitude dos deputados para com o Secretário de Estado de um pai com o seu filho, bem como o mecanismo próprio do humor, patenteado no cômico de situação aí manifesto. O objetivo é demonstrar que, se a ação negativa é atenuada, a sua punição é igualmente despropositada; se houvesse lugar a punição, primeiro, deveria ser exigida a sua causa, para que aquela tivesse lugar.

*“Em vez disso, segundo a SIC Notícias, que cronometrou o castigo, os deputados do PSD impediram que o secretário de Estado falasse durante quatro minutos e 47 segundos. Nem o progenitor mais leniente alguma vez disse ao seu filho: “Como o menino se portou mal, vai ficar quatro minutos e 47 segundos sem ver televisão.” É uma pena ridícula que se ajusta a um delito patético isso é certo.”*

Refira-se, aliás, que o cômico de linguagem e o de situação vêm já sendo expressos nos enunciados interventivos que o cronista sugere, através de uma sequência

conversacional, que poderiam ter sido feitos, nos mesmos moldes, pelos referidos deputados, igualmente carregados de ironia, a saber:

*"Com que delicada flor pensa Vossa Excelência estar a debater?", deviam ter perguntado os sociais-democratas.*

*'Faça o favor de dirigir ao nosso companheiro uma afronta que vilipendie como deve ser', teriam acrescentado se ainda houvesse honra no parlamento.'*

Note-se ainda que o autor tanto emprega adjetivos valorativos como articula a anteposição destes relativamente ao nome a que se referem, a saber, na expressão "delicada flor" e, antes ainda, no enunciado "a aflitiva pobreza dos insultos". Não só a aplicação destes recursos léxico-morfossintáticos favorece a ironia, como também se coaduna com o registo de língua cuidado utilizado no texto e que, ao mesmo tempo, nele se critica. Na verdade, ao estilizar o seu discurso e elevar o seu nível desta forma, o cronista usa estratégias linguístico-discursivas similares às dos oradores em crítica, para demonstrar, na prática, o efeito que produzem. Isto é, ao invés de protegerem a face do interlocutor, ainda mais a atingem, já que, ao protegerem o locutor atrás de uma armadura de cortesia, isolam e expõem o interlocutor ao ridículo da situação, de forma que aprofundam a reprovação. Como já desenvolvido nesta dissertação, os mecanismos de atenuação da força ilocutória servem especialmente para intensificar o grau de implicação irónica e, portanto, a incidência crítica.

Além disso, com a interrogação retórica, o cronista atinge, mais do que os ouvidos, a consciência dos seus interlocutores, colocando em causa se a falta de determinação, seriedade e competência do insulto não será mesmo indicativa da ausência das mesmas qualidades no desempenho profissional dos indivíduos, neste, caso, os políticos, quando diz:

*"Mas que empenho pode o povo esperar dos seus representantes quando as legítimas divergências democráticas, em lugar de lhes fazerem ferver o sangue, lhes põem a circular nas veias uma cabidela morna e pastelona, incapaz de produzir uma irritação que se apresente?"*

Também nesta enunciação, o cronista mantém o mesmo mecanismo já usado, a ironia metafórica, ao partir da expressão idiomática "ferver o sangue", referente a um

estado físico e psicológico iminentemente ativo, para, por oposição, descrever uma atitude inerte, que associa a “*cabidela morna e pastelona*”, ou seja, sem o calor próprio da irritação que evidenciaria força de caráter.

Daí que, em conclusão, defenda a necessidade de utilização do ato ilocutório expressivo de pedir desculpa, não pelo ato que lhe daria origem, o insulto, mas precisamente pela atenuação deste, naturalmente sublinhando o tom satírico e crítico que lhe é apanágio, com recurso à combinação da ironia com o humor, de acordo com o enunciado, que na sua génese é construído em sentido antonímico (“exceder-se”/“conter-se”):

*“Normalmente, as pessoas desculpam-se dizendo: ‘Excedi-me.’ O Sr. Secretário de Estado devia ter a decência de nos dizer a todos: ‘Peço desculpa, contive-me.’”*

## 2.2 “Três dias de insultos no Parlamento”

Sob o mesmo tema e através de similares estratégias, Eça de Queirós, na crónica “Três dias de insultos no Parlamento” (Cf. Anexo 2), dirige também críticas direcionadas ao domínio linguístico-discursivo dos deputados.

Reitera a harmonia discursiva decorrente da conjugação da ironia com outros recursos, como por exemplo, a exclamação retórica, a metáfora, ou mesmo a hipérbole, para ridicularizar a aparente moralidade nos enunciados dos interlocutores, quer insultantes, quer insultados.

O cronista descreve a reação defensiva de “*apelo para o país*”, concretizada pelos deputados atacados na sua face positiva, como uma atitude de cortesia, manifestamente religiosa, até mesmo de contenção cristã, irónica e mesmo sarcasticamente apresentada como parte integrante da formação académica daqueles, conforme se depreende nas exclamações subsequentes:

*“Piedosa inocência! Cordura evangélica! É um parlamento educado por S. Francisco de Sales!”*

*“Quanta elevação cristã num diploma de deputado! Quando um homem leva em pleno peito, diante de duzentas pessoas que ouvem e de mil que lêem, este rude encontrão: É falso! – e diz com uma terna brandura: Pois bem, apelo para o País! – este homem é um santo!”*

A associação do conceito de educação, e do decoro que lhe é próprio, com a formação escolar relaciona o parlamento com a escola, enquanto modelo, doutrina, exemplo para os seus seguidores, nomeadamente de qualidades cristãs, como a humildade e a caridade, conforme expresso na sequência descritiva abaixo:

*“É uma escola de humildade este parlamento! Nunca em parte nenhuma, como ali, o insulto foi recebido com tão curvada paciência, o desmentido acolhido com tão sentida resignação! Sublime curso de caridade cristã.”*

Os sentidos crítico e satirizante acentuam-se na sequência narrativa seguinte, que se desenvolve ao som da ironia hiperbólica, em sintonia com o cómico de situação. Nessa, o cronista equaciona a hipótese de um deputado ser esbofetado no centro da cidade e

defender-se apenas e só com o mesmo apelo, sem retribuição, dando até permissão de continuidade do agressor.

Insistindo na conjugação da ironia com a exclamação retórica, Eça avalia os insultos como qualificações, por se tratarem de nomes de animais pouco considerados no âmbito da ofensa e até pouco agressivos, como camaleão, sapo, elefante, aqui numa aliada utilização do eufemismo com o cômico de linguagem. Sarcasticamente insinua que, pela forma como são expressos, evidenciam autoridade e superioridade de raciocínio, conforme se atesta nas expressões seguintes:

*“E depois que doçura de expressões! Não vimos ainda há pouco o Sr. Ávila designado no meio de uma questão financeira com estas benévolas qualificações – camaleão, sapo, elefante?! Que autoridade no dizer! Que elevação no pensar!”*

Certamente, este momento discursivo de forte carga irônica demonstra como o uso desse recurso altera, para o sentido completamente oposto, a intencionalidade comunicativa dos enunciados. Na verdade, o que se pretende é desvalorizar o insulto, através do uso pernicioso do ato ilocutório expressivo, aqui aparente elogio, mas com o sentido oposto de crítica.

Ainda ao serviço da ironia, o cronista aplica também tanto as estratégias léxico-morfossintáticas como sintático-tipográficas, nomeadamente o uso de adjetivos elogiosos e, por vezes, antepostos, numa sonoridade eloquente e aparentemente respeitosa. Tais estratégias verificam-se mesmo no suposto trato dos deputados entre si, quando se dirigem mutuamente utilizando o enunciado *“ilustre deputado”*. Se, por um lado, a cortesia discursiva deste adjetivo procura demonstrar deferência pelo interlocutor e respeitar os códigos de conduta e discurso no Parlamento, configurando praticamente exemplo de “cortesia normativa”, por outro lado, o seu emprego é “estratégico” serve, na verdade, a crítica, tendo em conta o contexto situacional e discursivo. (Marques, 2008: 288)

Em sintonia com esta cortesia oca, o cronista perpetua os mesmos mecanismos, em enunciados como *“Piedosa inocência!”*, *“Nunca em parte nenhuma, como ali, o insulto foi recebido com tão curvada paciência”*, *“Sublime curso de caridade cristã”*.

De certa forma, coloca em evidência a hipocrisia discursiva, uma vez que não se trata de proteger a face do interlocutor, mas, conforme já mencionado, de expô-lo ao ridículo e mesmo cômico da situação, especialmente quando tais estratégias de aparente

tentativa de manutenção da cortesia, por atenuação da força ilocutória, são empregues nos próprios insultos, a saber, “[...] *benévolas qualificações*[...] *camaleão, sapo, elefante*” ou “*Sua Excelência é uma verdadeira serpente.*”

Portanto, ao olhar do leitor atual, pode entender-se que ambos os cronistas consideram que o uso atenuado e eufemístico do insulto o descaracteriza, tornando-o “*infeliz palavra*” ou “*pobre palavra*”, tal como Ricardo acusa a sua “*aflitiva pobreza*”, para além de revelar um falso moralismo. Daí que reforce o seu rasgo irónico com a caracterização antitética da ofensa como instrutiva ou moral.

Contudo, tendo em conta o contexto histórico-social de Eça, século XIX, o insulto pode ser descrito como “*infeliz palavra*”, não necessariamente por se considerar atenuado, mas pelo facto de ser empregue em situação formal de debate parlamentar.

Em todo o caso, para além das estratégias retórico-discursivas já identificadas, bem como o objeto de crítica, tema central das crónicas acima analisadas, encontramos outras aproximações nas crónicas destes autores.

Ambos se manifestam criticamente, não só contra as enunciações expressivas falsamente atenuadas, mas também contra a falta de tenacidade nas reações a esses pretensos enunciados insultuosos.

Em acordo estão os dois autores quando referem que, em tal contexto situacional, os atos ilocutórios expressivos em observação são atenuados, “ *mascarados*”, “*não aviltantes*”, na tentativa de serem, por um lado, mais corteses e delicados, por outro lado, menos ofensivos e, logo, menos temidos.

Todavia, ao passo que Ricardo usa a ironia e outras estratégias mencionadas, de maneira a apontar a fragilidade da força ilocutória dos atos expressivos de insulto no contexto político como uma prova da “*crise de valores*” da sociedade, por serem admitidamente pobres ou “*pífios*”; já Eça de Queirós usa os mesmos mecanismos, partindo de outra perspetiva, por descrever a situação análoga da sua época como se fosse uma evidência positiva, afirmando com sentido irónico fortemente implícito:

*“O Parlamento vive na idade de ouro. Vive nas idades inocentes em que se colocam as lendas do Paraíso – quando o mal ainda não existia, quando Caim era um bom rapaz, quando os tigres passeavam docemente par a par com os cordeiros, quando ninguém tinha tido o cavalheirismo de inventar a palavra ‘calúnia!’ – e a palavra ‘mente!’ não atraía a bofetada! Crianças riem do papão. O diabo já não é temido.”*

É mais uma vez a ironia, também conjugada com o cômico de situação, em jeito de sátira, que aproxima os dois autores. Desta feita, se Ricardo sugere uma retratação pela contenção, Eça de Queirós sugere o agendamento prévio do tema insulto para as Assembleias Parlamentares, de maneira a que os deputados possam preparar “*uma útil e séria lista de argumentos*” antecipadamente. Para tal, poderiam consultar os dispositivos léxico-sintático-semânticos disponíveis e, assim, melhorar as suas enunciações ofensivas, ao ponto de se tornarem eventuais “*doutores em impropérios!*”, como se o foco de interesse de um deputado fosse expressar “*a sua coleção de injúrias*”, ao invés de “*zelar pelos [reais] interesses do país*”.

*“E assim, devidamente prevenido, cada deputado podia formar de véspera uma útil e séria lista de argumentos – consultando o dicionário, o seu aguadeiro, a porta da Alfândega e os fadistas da Praça da Figueira.”*

### 3. Crónicas sobre a materialização da religiosidade ou o comércio de artigos religiosos

#### 3.1 “Fé por apenas 9 euros e 99”

Analise-se agora a crónica “Fé por apenas 9 euros e 99”<sup>11</sup> (Cf. Anexo 3), de Ricardo Araújo Pereira.

Logo no seu título, identifica-se a ironia, em estilo de *slogan* publicitário.

O autor põe em paralelo duas manifestações religiosas diferentes, a muçulmana e a católica, assim como duas temáticas igualmente distintas, a religião e o futebol. Faz isso naturalmente com ironia, já que aproxima campos opostos e, quase que sarcasticamente, ainda lhes encontra um elo comum, a crença, que qualifica como “extravagante”.

*“Os muçulmanos acreditam que uma espécie de cavalo alado transportou o profeta Maomé de Meca até Jerusalém numa noite. Os cristãos acreditam que um homem, nascido de uma virgem, voltou à vida três dias depois de ter morrido. Eu próprio acreditei que uma equipa formada por Preud’Homme; El Hadrioui, Jorge Soares, Ronaldo e Edgar; Leónidas, Jordão, Bruno Caires e Seo Jung-Won; João Pinto e Nuno Gomes, poderia sagrar-se campeã nacional na época de 1997/98. Cada um tem direito às suas crenças extravagantes.”*

Centra depois a sua atenção na ideologia católica, mais propriamente, na aparição de Fátima e recorre aos Evangelhos, para argumentar, com forte sentido lógico e em tom irónico explícito, a improbabilidade de ocorrência desse acontecimento, tido como milagroso:

*“...não acredito que a mãe de Jesus tenha estado no concelho de Ourém em 1917. Em nenhum versículo dos evangelhos Nossa Senhora sugere, sequer, a intenção de algum dia visitar o Ribatejo. Não há uma referência elogiosa à lezíria, uma expressão de interesse pelas sonoridades do fandango, nada.”*

Repare-se que Ricardo Araújo Pereira dirige também a sua crítica aos peregrinos e seguidores católicos, e não apenas aos líderes sacerdotais, suportando-se, para tal, da

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2017-04-06-Fe-por-apenas-9-euros-e-99>

autoridade divina, por se reportar ao segundo dos Dez Mandamentos, respeitante à proibição da adoração de imagens ou ídolos, que claramente se viola nesta situação:

*“...impressionante número de pessoas que anualmente acorre à cidade para adorar a imagem da Virgem, aliás em clara transgressão do segundo mandamento.”*

A justificação para a sua descrença na aparição serve aqui de mote para o principal objetivo desta crónica: criticar a falta de religiosidade que é apanágio de alguns praticantes ditos religiosos, mais propriamente, a sua vertente comercial e materialista.

Com essa intencionalidade, ironicamente, o cronista enuncia alguns casos que atestam o progresso socioeconómico de empresários e da própria cidade de Fátima e avalia esse desenvolvimento como o melhor e mais difícil dos milagres:

*“Falo sobretudo do milagre económico – aquele que nós, em Portugal, sabemos ser o mais difícil de conseguir. O desenvolvimento da cidade não deixa dúvidas, e há certamente dois ou três produtores de cera em cuja vida Nossa Senhora operou maravilhas.”*

Para denunciar a sordidez do uso da religiosidade em proveito financeiro, o autor aponta os resultados obtidos, ironicamente, ao descrevê-los com vocábulos normalmente usados no contexto religioso, a saber, “...sou forçado a reconhecer que Fátima sofreu uma transformação prodigiosa... Falo sobretudo do milagre económico...”

Seguidamente, numa sequência expositiva-explicativa, o cronista lista os produtos comercializados e respetivos preços, tanto no próprio santuário, como na loja *online*, segundo a ordem de preferências dos compradores, determinada conforme o volume de vendas:

*“A partir de 2013, o Santuário passou a disponibilizar uma vasta gama de produtos, unindo finalmente o moderno merchandising e a antiga fé. De acordo com o Diário de Notícias, o artigo mais popular era o lenço do adeus (que custava, na altura, dois euros e meio), seguido de perto pelos crachás com a imagem da Virgem (um euro e meio), os guarda-chuvas de Nossa Senhora (9 euros), e as económicas t-shirts (15 euros o pacote de duas unidades).[...]Entre esses produtos conta-se um Terço de Nossa Senhora e um*

*Terço da Divina Misericórdia (ambos “Deluxe”), bem como os Autocolantes da Divina Misericórdia para Janelas, e o Porta-Chaves da Divina Misericórdia (em oliveira).”*

Note-se o elenco de produtos, pela enumeração, que demonstra a quantidade e a variedade e, mais ainda, evidencia o exagero, que intensifica o sentido irónico desta sequência.

Além disso, reproduz também na íntegra o texto argumentativo presente na publicidade da loja *online*, onde se destacam a confiança e a misericórdia divinas como justificativos argumentos de compra e venda, concluindo com um ato ilocutório diretivo, próprio da injunção:

*“A devoção à Divina Misericórdia implica um compromisso completo com Deus enquanto Misericórdia. É a decisão de confiar completamente n’Ele, aceitar a Sua Misericórdia, e ser misericordioso como Ele é misericordioso. Veja a nossa completa gama de merchandise Divina Misericórdia.”*

Curiosamente, tanto no elenco expositivo dos artigos como na reprodução do mencionado texto argumentativo pouco se acrescenta em termos de comentário pessoal do cronista, apenas a leve expressão irónica “...*unindo finalmente o moderno merchandising e a antiga fé...*”, denunciada pela anteposição dos adjetivos, assim como a estrutura sintática formada por verbo + advérbio, que reforça o sentido desse, quando decerto se esperaria alguma acutilante expressão sarcástica. Há na verdade um tom mais objetivo, factual, próprio do discurso jornalístico.

Acontece que a omissão de comentário, ou o silêncio, será ele mesmo crítico, já que fica aqui em completo destaque, a solo, o cómico de situação, na certeza de que este será suficiente para deter os alocutários e atingi-los na sua consciência reflexiva, deprendendo-se daí a completa implicação e, como tal, profundidade, do sentido irónico.

A subjetividade recomeça a entrosar-se nesta crónica, ténue e subtilmente, aquando da última menção de comercialização, em que o autor aparenta ironicamente admitir que a validade da lata de “Ar Abençoado de Fátima” justifica o seu custo:

*“Mais recentemente, em 2016, o mesmo Diário de Notícias informava que um russo estava a comercializar “Ar Abençoado de Fátima” por três euros a lata, o que parece*

*exagerado apenas se não tivermos em conta que, segundo o empresário Sergey Pankovets, o produto tem uma validade de 99 anos.”*

Nas reflexões conclusivas, o enunciador utiliza, mais uma vez, a soberania da autoridade bíblica, para, em jeito quase alegórico, relacionar os vendilhões de templo com os atuais comerciantes religiosos. Tais vendilhões foram expulsos do templo pelo próprio Jesus, precisamente por o usarem com fundamento comercial e, agora, os empresários de Fátima e a própria religião católica voltam a fazê-lo, gozando de uma “nova oportunidade”. O tropo conjunto de ironia metafórica destaca-se na constatação final:

*“Cerca de 2000 anos depois de terem sido expulsos, os vendilhões têm uma nova oportunidade.”*

Aplica um enunciado usado normalmente para demonstrar esperança ou mesmo fé, com ironia evidente, já que o faz em defesa da insistência num erro biblicamente condenado.

O cronista atinge aqui um epítome desse sentido irónico, visto que insinua que Jesus estaria errado ao condenar e expulsar aqueles vendilhões e a história bíblica teria, assim, a possibilidade de ser corrigida ou reparada, pela repetição do erro, agora cometido e protegido pela própria religião que alega seguir a Cristo.

*“Nunca é tarde para uma reparação.”*

### 3.2. “Os missionários e o seu ramo de negócio”

Voltando agora a atenção para Eça de Queirós, na crónica “Os missionários e o seu ramo de negócio” (Cf. Anexo 4) encontra-se também uma crítica incisiva à mesma situação, isto é, à adulteração da espiritualidade religiosa pelo lucro e pela usurpação materialistas.

Nesta crónica, o ponto de partida é a referência a uma manifestação de indignação, publicada em jornal da época, relativamente ao comércio impulsionado pelos missionários e sacerdotes, nomeadamente de artigos relacionados, uma vez mais, com Maria, pretensamente representada por Fátima na religião católica.

Todavia, ao passo que Ricardo Araújo Pereira comprova bíblicamente a ausência de referência à aparição e atesta, assim, a improbabilidade de ocorrência de tal milagre, já Eça não contesta abertamente o milagre a que se reporta, a saber, o facto de Maria escrever cartas a cidadãos de Braga, acusando mesmo a indignação noticiada de “ingénua”, ainda que se refira a esta epistolografia de “inesperada”, naturalmente em tom irónico, conforme adiante se reforçará:

*“Alguns jornais contaram este mês, com uma indignação ingénua, que na devota cidade de Braga alguns missionários vendiam aos fiéis cartas inéditas da Virgem Maria. Estas cartas, segundo parece, eram dirigidas, umas a personagens dos tempos evangélicos – outras, mais particularmente, a cidadãos de Braga. Corre que os editores desta correspondência inesperada da Mãe de Jesus tiveram um ganho excelente.”*

Partindo de uma enunciação factual, o cronista sequencia uma narrativa, na qual surgem entrecruzamentos de sequências dialogal e injuntiva, em tom jornalístico. Salienta, assim, a sagacidade ou “*singular agudeza*” que um missionário revelou ter, para conseguir controlar a venda dos seus artigos, devidamente enumerados, ao mesmo tempo que pregava o seu sermão no púlpito. Habilmente utilizou a “*bênção*”, gesto solene, não pelo seu regular sentido religioso, mas puramente contabilístico:

*“Um missionário chegou ali com grande bagagem de rosários, contas, sudários, pedaços do santo lenho, fragmentos da túnica, etc. Mas o desleixado, o imprudente, não trazia caixeiro! De tal sorte que teve de se contentar com dois que lhe forneceu um negociante de panos. Estes dois hábeis vendedores a retalho, colocados à porta da igreja nas tardes*

*de sermão, diante de tabuleiros de feira, enfeitados de toalhas bordadas e cheios de relíquias, dirigiam activamente o seu negócio pio. Quem entrava na igreja comprava com devoção. E no entretanto o missionário no púlpito trovejava. – Contar aqui o que ele declamava no seu vozeirão labrego não o podemos – para que estas páginas não venham a ser consideradas tão picantes como as das memórias de Faublas.*

*No entanto uma inquietação atormentava este varão pio. Não sabia a conta exacta das relíquias que dera aos caixeiros, e punha neles uma confiança pouco evangélica! De modo que tomou este expediente triunfante. Ao fim de cada sermão, clamava:*

*– Agora vão-se benzer as relíquias! Quem tiver rosários de Nossa Senhora, erga-os ao ar!*

*Os fiéis que se tinham provido daquela espécie levantavam-na com fervor. O missionário então, como absorto em êxtase, contava com os olhos, rapidamente, a voo de pregador, os rosários. Depois abençoava-os. Passava em seguida, pelo mesmo processo extático, à contagem das outras relíquias. E quando saía da igreja conferia os seus apontamentos mentais do púlpito com os resultados monetários da porta. Os caixeiros eram honrados, e este homem fez um bom lucro.*

Atente-se na referência aos “vendedores a retalho”, por si só elementos de sentido cómico, por serem personagens desenquadradas da situação, no caso, a igreja, ainda descritos como “hábeis vendedores”, com adjetivo em posição anteposta, que, conforme narrado, “dirigiam ativamente o seu negócio pio”, com a sequência sintática verbo + advérbio, em reforço da ação. Sem dúvida, tais estratégias adequam-se ao contexto situacional apresentado, já que delatam não só o sentido irónico que lhe está implícito, como a verdadeira intencionalidade do texto, que é efetivamente expor e criticar os factos denunciados.

Conclui então este relato verídico, bem representativo do cómico de situação, de personagem e até de carácter, com uma exclamação retórica irónica:

*“Que Deus o proteja, e a polícia o não incomode!”*

O cronista aplica a saudação de despedida da época (que perdura durante o Estado Novo) e, gracejando, joga com a autoridade na terra, o polícia. Há no fundo uma construção paralelística entre Deus, a autoridade divina, e o polícia, a autoridade terrena. Mais ainda, proteger é, em certa medida, antónimo de incomodar, no sentido de proteção física e anímica.

De seguida, utiliza um enunciado aparentemente concordante, em antífrase irónica, para introduzir o seu raciocínio argumentativo.

*“Nós achamos tudo isto extremamente regular.”*

Diferentemente da exposição mais objetiva de Ricardo, Eça faz uma incursão pelo texto argumentativo, suportando-se de recursos retórico-expressivos, como a ironia, evidentemente, e, em especial, a interrogação retórica, no intuito de estimular o raciocínio lógico dos seus alocutários.

Esta sequência argumentativa desenvolve-se em torno de duas premissas, que são:

*“Se os Srs. missionários são exclusivamente negociantes, que, de passagem e por demais, também pregam sermões; Ou se são sacerdotes, que, para se ocuparem em mais alguma coisa, também fazem negócio.”*

Quanto à primeira premissa, o autor contesta a pregação do sermão pela falta de credibilidade dos indivíduos, já que reveem como negociantes, e não guias religiosos, nem têm o direito de usurpar tal função:

*“No primeiro caso, sendo negociantes que por demais pregam sermões, achamos perfeitamente inútil que, depois de terem feito o seu comércio, queiram mostrar a sua eloquência. Um negociante que, depois de nos vender uma peça de linho, nos recitasse uma ode da sua lavra, seria aleivosamente impertinente. Julgamos pois dispensável que os Srs. missionários, tendo recolhido na praça o seu ganho, subam ao púlpito a exalar a sua retórica.”*

Aliás, supostamente, a própria obtenção de artigos por parte dos fiéis tornaria desnecessária a pregação, uma vez que esses providenciariam aos seus proprietários a ajuda divina que buscam na eucaristia.

Refira-se, porém, o facto de o cronista ainda que elencando argumentos lógicos que expõem a sua perspetiva crítica sobre a situação, aplique estratégias de atenuação da força ilocutória dessa censura, pelo facto de, ao invés de aplicar uma estrutura enunciativa como verbo ser + adjetivo, utilizar verbos predicativos em expressões como “[...] achamos

*perfeitamente inútil que [...]”, “[...]julgamos pois dispensável que [...]”, “[...]parece-nos pois inútil que [...]”.* Estas formas verbais revestem os enunciados com valor modalizante de possibilidade. No entanto, ao mesmo tempo, equilibra a atenuação da asserção com o seu reforço ao aplicar o advérbio “*perfeitamente*” ou mesmo a conjunção “*pois*”. Desse modo, num jogo estratégico de “*toca e foge*”, ou melhor, “*tapa e destapa*”, simultaneamente, mitiga e denuncia a sua censura.

É a partir da rejeição da primeira premissa que o cronista enuncia uma série de questões retóricas, que visam fazer refletir sobre a incumbência dos missionários, que nada tem que ver com pregar naquela situação:

*“Que andam eles fazendo? Andam espalhando a palavra de Deus? – Mas então, se existem em Portugal vilas ou aldeias não convertidas ao cristianismo, em que pensa o Governo que não manda as suas hostes rechaçar o infiel? Bajoica de Riba é moura? Expulse-se de lá o adorador de Mafoma! Mas se Bajoica já é cristã e católica, que têm que fazer lá os missionários?”*

Nesta sequência argumentativa, o cronista estabelece o paralelo entre os antigos missionários e os seus contemporâneos, por apontar que os anteriores emigravam em missão, muitas vezes, sofrendo “*tormentos*” e mesmo a morte, ao passo que os hodiernos, não só fazem percursos curtos dentro do seu próprio país, como viajam com luxo e conforto:

*“Os antigos padres das missões, educados na tradição apostólica, iam à China, ao Japão e à Índia, em viagens maravilhosas, ensinavam o Deus novo, e morriam nos tormentos. Estes senhores que vão fazer agora em diligência a Tondela, ou em ónibus a Mafra?”*

Chega mesmo a descredibilizar a própria religião pela ordenação de tais missões, uma vez que já se encontra representada por todo o país e a presença de missionários denunciaria alguma incompetência da parte dos sacerdotes locais:

*“Não possui cada freguesia o seu pároco, as suas prédicas, as suas missas, o seu culto? Se os missionários não vão lá senão ensinar a religião que lá se prega, são evidentemente inúteis; se vão ensinar uma religião nova, que a polícia e o Estado os condene, porque não é permitido alterar a religião do reino.*

*Fugi a isto, doutores de teologia! E se os senhores bispos entendem que é necessário que os missionários fortaleçam a fé enfraquecida das freguesias – então que se dirá de SS. Ex.as Reverendíssimas? Por que consentem SS. Ex.as nas suas dioceses um clero colado tão incompetente que assim deixa enfraquecer a religião, e que torna necessário que, para a restabelecer, ande constantemente percorrendo o País um clero errante? – Parece-nos pois inútil que os srs. missionários, depois de terem feito o seu negócio, preguem os seus sermões.”*

Os missionários designados em freguesias já com “o seu pároco”, são agressivamente rotulados de “evidentemente inúteis”, um insulto despojado de qualquer cortesia, até mesmo reforçado pelo emprego do advérbio, em confirmação.

A sua inutilidade é de tal forma exposta que o cronista, mais do que aconselhar, exorta, ordena que se fuja de tais indivíduos, com o ato diretivo “*Fugi a isto, doutores de teologia!*”.

Referindo-se à segunda premissa, inicia outra sequência argumentativa para comprovar como a relação de sacerdotes com o negócio incorre tanto em incompatibilidade espiritual ou religiosa, como, mais do que isso, numa fraude judicialmente condenável:

*“Se porém, na hipótese do segundo caso, eles são sacerdotes que acumulam um pequeno negócio de relíquias, então uma coisa grave se apresenta:  
Todo o negociante que atribui ao objecto que vende uma qualidade superior, para o fazer valer, usa de fraude, e está incurso nas penalidades da lei.”*

Usando o caso de um vendedor de camisolas com falsos poderes curativos, que relata numa curta sequência narrativa, o cronista segue argumentando que o missionário que usa a invocação e bênção divinas como estratégias de venda e valorização dos produtos é fraudulento.

*“Ainda há pouco um homem que vendia camisolas de malha vermelhas, declarando que elas tinham o privilégio de curar repentinamente o reumatismo mais rebelde, foi devidamente autuado e multado.  
Por consequência todo o missionário pode descer do púlpito, e vir para a praça vender rosários, imagens, litografias de santos, etc. Está no seu pleno direito civil. Mas se, servindo-se da sua autoridade sacerdotal, esse homem afiança do púlpito, invocando*

*Deus e sob a garantia da sua missão religiosa, que essas relíquias lhe foram entregues por um anjo, e curam as doenças, fazem voltar ao amor os maridos distraídos, saram a esterilidade, livram de tentações, e que recai um castigo sobre quem as não compra – esse homem atribui ao seu ramo de comércio um valor sobrenatural, e vende como relíquia vinda do Céu uma quinquilharia de Braga.*”

O cronista, de forma assumidamente subjetiva, instrumentalizada pela exclamação retórica, assim como pelo ato ilocutório assertivo, certifica a sua condenação explicitamente:

*“Cai pois, como negociante fraudulento, sob os rigores da polícia!”*

De seguida, elenca os motivos lógicos pelos quais considera que os meios noticiosos poderiam condenar tais sacerdotes:

*“Os jornais liberais dirão que esse homem lança a multidão num fanatismo animal; substitui o respeito de Deus pela adoração imbecil de emblemas; faz da absolvição divina uma especulação própria; conduz os homens à idolatria!”*

Note-se a relevância do adjetivo, pois o fanatismo é “*animal*”, na medida em que não tem inteligência, é primário, o que configura uma severa crítica.

Se dúvidas houvesse relativamente ao sentido irónico com que o autor qualifica como “*ingénua*” a indignação noticiada na época e que impulsiona a escrita desta crónica, é perfeitamente possível perceber aqui qual é a sua posição, já que explícita a sua crítica, desvelando o sentido irónico. Certamente, o adjetivo “*ingénuo*” não tem sentido literal, mas inverso. Quando muito, aplica-se aos fiéis defraudados neste negócio religioso ilegítimo, e não à crítica que o mesmo levanta e valida.

À semelhança de Ricardo, também Eça lembra que o dito negócio, que supostamente melhora a relação dos fiéis com Deus, na verdade, fá-los perder o favor divino, por incorrerem em idolatria, conforme a denúncia “*conduz os homens à idolatria!*”, pecado fortemente condenado. Contudo, ao passo que o primeiro se suporta nos preceitos bíblicos, sob os quais a religião deveria orientar-se, para fundamentar a sua crítica, já o segundo o faz à luz da lei:

*“Nós colocamo-nos no ponto puramente legal:  
– Esse homem, diremos, é um negociante fraudulento.”*

Essa perspectiva fica também expressa no seu argumento final, que se refere ao facto de as relíquias proporcionarem perdão antecipado de pecados:

*“Todos aqueles que têm observado as missões e a venda de relíquias, sabem, além disso, que a certeza principal que se dá aos devotos – é que a relíquia comprada os absolve de antemão de todo o pecado.”*

A apresentação deste argumento encontra-se fortemente dimensionada pelo uso conjugado quer da enumeração hiperbólica, na qual se elenca uma sequência de pecados, quer da interrogação retórica ironizada:

*“De modo que o cidadão, depois de pagar e meter na algibeira a sua relíquia (rosário, lasca de lenho santo, pedaço de sudário, bocado da túnica da Virgem) julga-se na graça de Deus e na permissão de toda a fantasia! Daí por diante pode alterar na taberna, espancar o vizinho, maltratar a mulher, roubar quem passa: não tem ele bem guardada no peito a relíquia que o absolve, que lhe salva a alma?”*

Com efeito, intensifica-se a sonoridade discursiva irónica para o impacto final. O autor conclui então com a constatação de que um mesmo ato viola, ao mesmo tempo, diferentes vertentes legais judicialmente condenáveis, como sejam a lei comercial e a lei civil, nas quais suporta os seus argumentos. Admite, porém, que a gravidade pela violação da lei moral seja maior, sendo que esta, juntamente com a lei bíblica, como já mencionado, corresponde aos alicerces argumentativos de Ricardo Araújo Pereira:

*“Assim, com um mesmo acto, o missionário que prega e vende – infringe a lei comercial e contraria a lei civil. E estes males são ainda bem menores que os que ele faz à lei moral!”*

Note-se, portanto, que a mesma temática e igual intencionalidade comunicativa são servidas por recursos retórico- expressivos diferentes, em ritmos ou sequências distintos. O cronista contemporâneo, Ricardo Araújo Pereira, num tom mais objetivo e jornalístico, serve-se quase exclusivamente da ironia, em grau mais implícito, e do cómico de situação,

em termos de recursos, até mesmo com momentos a solo, e de sequências narrativa e expositivo-explicativa, para atingir os objetivos do seu texto. Já Eça expressa-se num tom mais subjetivo, com maior “arranjo poético-literário”, apoiando-se em diversos instrumentos, desde a ironia, a metáfora, entre outros, tanto isolados como conjugados, e ainda às interrogações e exclamações retóricas, assim como cómicos de situação e de carácter, apresentados em sequências narrativas e argumentativas, com pequenas inclusões de tipos dialogais e injuntivos, servindo, contudo, objetivos similares.

## 4. Crónicas sobre Portugal e Grécia – fragilidades em evidência comparativa

### 4.1. “Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado]”

Atente-se agora na crónica “Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado]”<sup>12</sup> (Cf. Anexo 5), de Ricardo Araújo Pereira.

De referir que, uma vez mais, o autor inicia a sua crónica humorística com a instrumentalização da ironia, já no título, pelo facto de sugerir nele uma comparação, em estrutura frásica de forma negativa, entre Portugal e um outro país, que, embora não seja identificado, será por certo mais debilitado financeiramente. Neste título, a sonoridade simultaneamente irónica e humorística é destacada também através da pontuação, com a presença dos parenteses retos, que comportam uma sequência injuntiva, própria da enunciação linguística instrucional das novas tecnologias, na expectativa de que o alocutário identifique claramente o procedimento, assim como o seu sentido:

*“[inserir nome de país ainda mais desgraçado]”*

Na composição textual propriamente dita, a ironia, instrumento mais significativo neste género textual e, bem assim, na obra deste autor, surge aliada a outros instrumentos que a enriquecem.

No primeiro parágrafo, numa sequência argumentativa, estruturada em frases declarativas na forma negativa, o cronista estabelece um paralelo comparativo de Portugal, ora com a Grécia, que se considera estar em pior condição económico-financeira, ora com a Irlanda, por se encontrar melhor nesse contexto:

*“Portugal não é a Grécia. Já estive mais longe de ser, mas dizem que ainda não é. Portugal também não é a Irlanda. Durante um tempo parecia mesmo que era, mas afinal a Irlanda está bastante melhor do que nós.”*

Concluídos os paralelismos em negação, devidamente justificados, apresenta uma constatação mordaz:

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/portugal-nao-e-inserir-nome-de-pais-ainda-mais-desgracado=f759235>

*“Neste momento, ninguém sabe o que Portugal é. Nem o que Portugal não é, o que também acaba por ser inquietante. Já não podemos identificar-nos com os países que estão no bom caminho e começam a faltar países desgraçados dos quais nos podemos destacar.”*

Novamente através da comparação, aproxima Portugal das crianças, no sentido de manifestar desejo de desenvolvimento, crescimento, o que de imediato condena, já que Portugal tem um largo histórico de existência enquanto nação.

*“Compreende-se que Portugal aspire a ser outro país. É o equivalente, para as nações, à formulação infantil ‘quando for grande quero ser’. O problema é que Portugal tem quase 900 anos.”*

Nesse sentido, introduz, ao longo de uma sequência argumentativa, uma série de motivos pelos quais tal desenvolvimento está vedado, nomeadamente, em termos profissionais e académicos:

*“É um pouco tarde para estar a escolher saídas profissionais e modelos a seguir. É possível que o nosso tempo tenha passado e Portugal seja agora um país da geração nem-nem: nem trabalha, nem estuda. Não trabalha porque o desemprego continua elevadíssimo; não estuda porque não vale a pena. Não trabalha porque ninguém tem dinheiro para comprar o que as empresas produziriam; não estuda porque já não há fundos europeus para Passos Coelho e Miguel Relvas criarem empresas de formação que ministram cursos para cargos que nunca existiram.”*

Digno de nota é o facto de o elenco probatório ser apresentado de forma mormente objetiva e taxativa, em tom jornalístico, ainda que se entrecruzem alguns recursos linguístico-expressivos, próprios do texto literário, como sejam: a anáfora, pela repetição em início das orações subordinadas causais, a saber, “*não trabalha porque...; não estuda porque*”; e a ironia, que o autor deixa transparecer na finalização deste parágrafo, ao referir-se à polémica que envolveu o ex-ministro Miguel Relvas<sup>13</sup> e a obtenção da sua graduação académica.

Logo, redireciona o discurso, marcando o ritmo com a subjetividade, ao sugerir o percurso evolutivo que Portugal deveria tomar em termos económicos:

<sup>13</sup> Miguel Relvas foi ministro do governo de Passos Coelho, de 2011 a 2013, e demitiu-se, alegando falta de força anímica, após ter sido instaurado processo, pelo Tribunal Administrativo de Lisboa, por ilegalidade na obtenção do grau de licenciatura, tendo vindo a decretar-se, em cerca de dois meses, a respetiva anulação.

*“Aspirar a ser um pequeno país europeu talvez seja sonhar acima das nossas possibilidades. O melhor seria, provavelmente, que Portugal começasse por querer ser um país médio de África, e depois então tentar dar o salto e procurar estar à altura de ser um pequeno país europeu. Ou então apontar realmente para cima e tentar ser, por exemplo, a China. Em termos de direitos laborais e nível salarial já está ela por ela, portanto só falta o crescimento económico, que é o mais fácil.”*

Sublinhe-se que o ato ilocutório assertivo final “*que é o mais fácil*”, proferido ironicamente, em abono do que já foi fundamentado nesta dissertação, ganha o sentido absolutamente contrário. Se o contexto aponta as fragilidades do nosso país, nomeadamente a nível económico, o adjetivo “*fácil*”, usado em grau superlativo relativo de superioridade, tem certamente o sentido completamente oposto ao que pretende afirmar.

O mesmo ritmo prossegue na conclusão, com maior grau de implicação irónica, pelo facto de o autor utilizar alguns recursos léxico-morfossintáticos, como sejam o emprego do advérbio “*Talvez*” e da sequência verbal “*Creio que deve [...]*”, ambos com sentido de incerteza, dúvida; assim como a oscilação temporal indicativa de distanciamento, do presente para o imperfeito, seja do indicativo, seja do conjuntivo, como acontece na expressão “*[...] deve consolar-nos que [...] possamos continuar [...] o ideal era que [...] pudéssemos dizer [...]*”. Tais recursos mitigam a força ilocutória e dissimulam a crítica, aprofundando-lhe o sentido irónico. Mais ainda, a sonoridade dessa ironia cresce, servindo-se do sarcasmo, quando somada com o ato ilocutório expressivo de desejo:

*“Talvez esta perspectiva seja demasiado pessimista. Creio que deve consolar-nos que, por enquanto, possamos continuar a dizer que Portugal não é a Grécia. Mas, como todos sabemos, o ideal era que um dia pudéssemos dizer, finalmente e com propriedade: ‘Portugal não é Portugal.’”*

## 4.2. “O Governo e a Emigração”

A temática da frágil condição económica de Portugal surge também num excerto na crónica “O Governo e a Emigração” (Cf. Anexo 6), analisada aqui parcialmente.

Nesta, o autor realista dedica a maior parte das suas enunciações, ora objetivas e factuais, em tom jornalístico, ora subjetivas e irónicas, numa “roupagem” literária, à emigração, enquanto indicador da fragilidade acima indicada, razão pela qual, tal como Ricardo Araújo Pereira, compara Portugal à Grécia, desta feita, por serem ambos espaços de origem no fenómeno migratório.

Para corroborar a lógica da sua comparação, enumera semelhanças entre os dois países, a nível político, social, económico e moral, também numa sequência argumentativa:

*“Nós estamos num estado comparável somente à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma decadência de espírito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se, a par, a Grécia e Portugal.”*

Na sequência descritiva contida no excerto acima, é evidente o jogo linguístico-discursivo, feito pela inversão das classes de palavras, sendo que o vocábulo qualificativo é o nome, em vez do adjetivo, a saber, *“indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres”*.

Todavia, ao passo que Ricardo ironiza com o facto de se considerar que *“Portugal não é a Grécia”*, na expectativa de que tal comentário seja reconfortante, por alegar que, ainda assim, o caso português apresenta, aparentemente, uma condição melhor, já Eça manifesta precisamente o inverso, priorizando a Grécia na dita comparação, por alusão aos valores culturais e históricos, que sobrepõe aos valores económico-financeiros:

*“Nós, porém, não possuímos como a Grécia, além de uma história gloriosa, a honra de ter criado uma religião, uma literatura de modelo universal, e o museu humano da beleza da Arte.”*

Segue-se então uma sequência narrativa, em que relata um momento de leitura, com tomada de notas, de um livro sobre a Grécia por El-Rei D. Pedro V, o qual, num claro

cómico de situação, equipara Portugal com a Grécia, confortando-se com o facto de que tal livro descreve verdadeiramente o estado do seu país:

*“El-Rei D. Pedro V tinha lido o livro de E. About, ‘A Grécia contemporânea’; e aquele rei que era um grave e fino espírito, e por vezes um subtil humorista – entretera-se anotando à margem o precioso livro de About. Onde estavam nomes dos estadistas da Grécia, o rei punha os nomes correspondentes dos homens públicos de Portugal; onde vinham as narrações das indignidades políticas de Atenas, ele lançava à margem as correlativas indignidades políticas de Lisboa; onde About desenhava com a sua pena maliciosa, cáustica e tão profundamente francesa, um certo ministro da Fazenda que era ladrão – D. Pedro V escrevera ao lado: «Cá chama-se o senhor...». Figura no livro, como torpe, segundo o julgamento do excelente rei, muito homem hoje célebre na vida pública, com bons ordenados e autoridade. O livro assim anotado, mudados os nomes – é a descrição mais exacta do estado de Portugal.”*

Importa mencionar que a descrição do rei exhibe sentido irónico implícito, através da anteposição dos adjetivos qualificativos, quando se refere a esse como “*aquele rei que era um grave e fino espírito, e por vezes um subtil humorista[...]*”, o que combina o sentido cómico da personagem apresentada com o da situação relatada.

Enuncia daí uma exclamação retórica, utilizando a função emotiva da linguagem, em jeito literário:

*“Como deve ser infeliz um rei inteligente, quando, caído em cepticismo e misantropia pela certeza que adquiriu de que está no meio de uma pocilga política, não pode todavia entregar a Nação à experiência republicana, nem chamar a si o poder absoluto! Um tal rei, se não se converte por fastio num bom rei de Yvetot – termina sempre por morrer cedo.”*

Com efeito, conclui a comparação entre Portugal e a Grécia por elencar, numa sequência argumentativa, motivos válidos para a emigração, primeiro, na Grécia e, de seguida, em Portugal, relacionados naturalmente com a procura de melhores condições de vida:

*“Ora, na Grécia, o facto permanente é a emigração. E nós emigramos, pelo mesmo motivo que o Grego emigra – a necessidade de procurar longe o pão que a Pátria não dá.”*

*O Grego que não tem indústria, nem agricultura, nem comércio, encontra-se ao entrar na vida sem colocação: – toma então a sua carabina e vai para as montanhas que Teócritos cantou, roubar viajantes ingleses, ou embarca no Pireu e emigra para Alexandria, para Trípolis, para as escalas do Levante, para os estados barbarescos, para Marselha, para qualquer ponto onde haja algum pão a roer ou alguma piastra a ganhar.  
Nós, que (bem a nosso pesar) não podemos ir roubar para as montanhas porque não temos a quem roubar – vamos procurar o Sr. Nathan.”*

Como solução do “êxodo”, Eça sugere sarcasticamente que o Governo, o “*Bom e querido Governo!*”, emita uma lei que feche os indivíduos em Portugal, como se isso fosse evidência de sagacidade ou efetivamente resolvesse as necessidades do país.

A carga irónica adensa-se, ao tornar-se cada vez mais implícita, pelo uso de adjetivos bajulatórios, ou seja, falsos elogios, que se intensificam, tanto com a alteração do grau dos adjetivos do normal para o superlativo, “*Como sois grandes!... Ah! Sois imensos!*”, como com a expressividade da pontuação dupla, isto é, do ponto de exclamação com as reticências.

Esse sentido implícito é denunciado precisamente pelo uso das reticências, que deixam perceber algum conteúdo não expresso “nas entrelinhas”, ao mesmo tempo que a ironia é desvelada na referência à figura cômica de Sancho Pança, que finaliza o texto com um tom humorístico:

*“Mas Sancho Pança – era maior”.*

Assim termina este momento de aproximação dos dois países, reforçando-se a posição assumidamente diferente nos textos dos dois cronistas, a saber, se na crónica Ricardo Araújo Pereira se apresenta a ideia ironizada de que a condição de Portugal é eventualmente superior à da Grécia do ponto de vista económico-financeiro, Eça de Queirós admite ter uma visão inversa, mais especialmente sob a perspectiva da valorização cultural.

Mesmo que as premissas desta comparação sejam distintas, é digno de reparo o facto de se suportarem ironicamente na contraposição de Portugal com outro país, em ambos os casos, a Grécia, como se isso dignificasse a sua própria condição.

Os dois cronistas usam especialmente sequências argumentativas, por um lado, em tom objetivo e jornalístico, por elencarem factos comprovativos, assim como apresentam

as suas opiniões avaliativas sobre a condição dos países comparados, de forma subjetiva e com “arranjo” literário, especialmente marcado por instrumentos retórico-discursivos, dos quais se destaca a ironia e, ainda, o humor e as suas formas de cômico, mais propriamente, o cômico de situação.

## 5. Reflexões conclusivas da análise pragmático-discursiva

Em síntese conclusiva, nesta análise apresentam-se os elementos quer de aproximação quer distanciamento das crônicas humorísticas redigidas por diferentes cronistas, separados por mais de um século de distância temporal.

Pode dizer-se que as mesmas temáticas e intencionalidade comunicativa, como sejam a denúncia, a crítica, “o espicaçar consciências”, assim como o mesmo género textual, a crônica humorística, recorrem a estratégias retórico-expressivas similares, como os tropos, a saber, a ironia, a metáfora, a hipérbole, o eufemismo, a perífrase, assim como a interrogação e exclamação retóricas, seja a solo, seja em inúmeras conjugações.

Marcadamente representada, a ironia domina os textos de ambos os autores, nas suas diversas categorias e com várias estratégias, que intensificam o seu grau de implicação, atenuando aparentemente a força ilocutória do ato comunicativo, para lhe atribuir uma carga irónica mais potente.

As estratégias de concretização de implicação da ironia aplicadas por estes cronistas são semelhantes, destacando-se, em especial, o uso de adjetivos valorativos, muito comumente em posição anteposta. Estas são apresentadas supostamente em salvaguarda do princípio comunicativo da cortesia e, bem assim, como proteção da face de ambos os intervenientes, locutor e alocutário, ou pelo menos objeto da comunicação, aparentemente elogiado.

Contudo, sendo o contexto diametralmente inverso e, portanto, a intencionalidade comunicativa de crítica ou censura, acentua-se-lhe significativamente a carga irónica. Esta é ainda mais aprofundada pelo recurso a pontuação específica, a saber, elementos sintático-tipográficos de evidente expressividade e mesmo denunciada insinuação, como sejam o ponto de exclamação, de interrogação, muitas vezes conjugadas com as reticências.

Portanto, a ironia, que perpassa os textos analisados, cuja similitude temática já foi anteriormente apontada, articula os atos ilocutórios, em especial, os expressivos, mormente em sentido invertido, através da antonímia de sentido, isto é, a censura ou crítica surge sob a aparência do elogio, muitas vezes exagerado, o que se revela proporcional à intencionalidade injuriosa.

A atenuação discursiva da intencionalidade crítica é ainda concretizada através do eufemismo e da perífrase. É também comum a presença de recursos de finalidade retórica, seja a interrogação, seja a exclamação.

Por seu turno, tanto a acentuação da reprovação e o desvelo da carga irónica, como a atribuição do sentido humorístico que caracteriza estas crónicas, apoiam-se ainda em estratégias próprias do cómico, como o de situação, de carácter e de linguagem.

A “sonoridade” desses recursos desenvolve-se a variados “ritmos”, ora mais jornalístico, ora mais literário, e em várias sequências, sejam elas narrativas, descritivas, expositivo-explicativas, argumentativas, e ainda injuntivo-instrucionais, seja de forma indireta, com a força ilocutória do ato diretivo atenuado, como acontece no enunciado *“Faça o favor de dirigir ao nosso companheiro uma afronta que vilipendie como deve ser”*, por Ricardo Araújo Pereira, através do emprego tanto do presente do conjuntivo *“faça”*, por exemplo, em vez do imperativo, como da fórmula de rotina de pedido *“favor”*, ou mesmo de forma direta, de que é exemplo o enunciado *“– O ilustre deputado não me insulte!”*, por Eça de Queirós.

Deste modo, ambos os cronistas produzem textos que aqui se consideram de valor maior, quer do ponto de vista linguístico-discursivo, quer em termos moralizantes e socializantes, ainda que, para tal, violem intencional e justificadamente princípios e máximas conversacionais, a saber, o princípio da cortesia e a máxima da qualidade, ou ainda os usem perniciosamente.

## Considerações finais

Esta dissertação teve como objetivo perscrutar a produção textual em crónicas humorísticas de dois cronistas de reconhecido valor na sua época, sendo estes: Eça de Queirós, no século XIX, e Ricardo Araújo Pereira, na atualidade, perpassando os séculos XX e XXI.

Antes, porém, foi necessário circunscrever as características discursivas principais deste género breve, a crónica e, mais propriamente, da crónica humorística, assim como recensear os recursos retórico-discursivos predominantes neste subgénero textual.

A crónica, género breve e fragmentário, atenta qualquer temática do quotidiano para a partir dele, para além de relatar, em jeito jornalístico, comentar, refletir, assumindo, por vezes, uma dimensão inequivocamente literária. Tão atual quanto efémera, observa a atualidade com carácter opinativo franco, de acordo com a visão do próprio cronista.

A crónica humorística perpetua o objetivo crítico e serve-se, em especial, quer da ironia, quer do humor, articulando a ridicularização do outro ou da situação-alvo com o efeito paradoxal discurso-contexto para motivar o leitor a refletir, mais do que a rir. Revela-se, por isso, essencial o uso engenhoso dos mecanismos linguístico-discursivos do ato comunicativo.

No enquadramento teórico desta dissertação, foram explorados os atos do discurso, em geral, e os expressivos, em particular, com diversos objetivos e forças ilocutórias. Foi possível expor a dualidade de sentido que tais atos podem ter, seja no seu uso regular, no caso da crítica explícita, de forma direta, seja na inversão do seu sentido, no caso do elogio empregue em contexto irónico implícito, apresentando-se, em ambos os casos, como atos ameaçadores da face ou imagem dos indivíduos.

Refira-se que a atenuação ilocutória que favorece a implicação irónica é expressa por diversos recursos, descritos e demonstrados nesta dissertação, tanto léxico-morfossintáticos, como retórico-expressivos.

Relativamente aos mecanismos léxico-morfossintáticos, são exemplo o emprego de adjetivos elogiosos e valorativos em posição anteposta, com sentido antonímico; o uso de diminutivos; a aplicação de advérbios e conjugações que imprimem dúvida; bem como as estruturas sintáticas constituídas por forma verbal predicativa com valor modal de possibilidade ou dúvida, como “achar”, julgar”, parecer”, seguida de adjetivo. Ainda nestes

casos, muitas vezes, o seu sentido irónico é denunciado pela seleção e emprego de advérbios e conjunções que conferem certeza, sendo que estes, por seu turno, reforçam a crítica, contrariando o carácter atenuante das estruturas morfossintáticas em que se inserem.

Sublinha-se ainda o uso de pontuação marcadamente expressiva, tal como o ponto de exclamação; tanto de estimulação racional ou reflexiva como de alusão à dúvida, o ponto de interrogação, ainda que, nos casos em apreço, essa incerteza seja decerto mais dissimulada do que real; e ainda pontuação denunciadora de sentido implícito, mais do que de hesitação, as reticências. A ocorrência comum de pontuação múltipla reforça ainda mais a expressividade do discurso e o seu efeito irónico, por aprofundar o seu grau de implicação.

Apresentaram-se detalhadamente os mecanismos ou recursos retórico-discursivos mais usuais, como a ironia, a metáfora, o eufemismo, a perífrase, a hipérbole, a antítese, a interrogação e exclamação retóricas, assim como as variadas possibilidades conjugativas destes.

Como oportunamente se demonstrou, este dispositivo de recursos discursivos serve muitas vezes a própria ironia, seja enquanto estratégias atenuantes da força ilocutória, sendo assim estratégias de aumento do grau de implicação irónica e, portanto, reforço da carga crítica, que se torna mais incisiva e intensa; seja como incremento da asserção, revestindo o ato comunicativo de certeza, tornando-se deste modo mecanismos de denúncia do sentido irónico, que se manifesta tão explícito quanto agressivo. Isto é, o discurso irónico pode ser mais agressivo, quando o seu sentido irónico é mais explícito ou exposto, contudo, torna-se mais incisivo, mordaz, quando esse sentido é mais implícito, já que é também mais e melhor “calculado”, engendrado.

Através do equilíbrio de forças, ora supostamente atenuantes e implicantes da ironia, ora reveladoras e deladoras da crítica, os cronistas engenam estrategicamente os princípios e máximas conversacionais, nomeadamente o princípio da cortesia. Este é, por um lado, aparentemente respeitado, até mesmo de forma exagerada, em dissimulada proteção da face do recetor ou alvo da crítica. Por outro lado, e na verdade, é intencionalmente violado, por força do sentido irónico implícito, de forma que o emprego de estruturas cortesias protege apenas a face do enunciador. Portanto, inversamente, há ofensa ao outro, que fica exposto ao ridículo, à censura, a crítica, agudizada por elementos

humorísticos, como sejam os tipos de cómico, de situação, carácter e linguagem, várias vezes aqui demonstrados.

Tendo em conta o valor polissémico e multifuncional dos mecanismos analisados, inclusive da ironia, o contexto situacional e discursivo é fundamental para revelar o seu sentido, assim como a sua intencionalidade comunicativa.

A expressividade crítica destes recursos assiste o carácter moralizante da própria crónica humorística, já que despertam a atenção do leitor, muito em especial através do sentido irónico e humorístico, tanto pelo efeito paradoxal criado entre lido e expresso, como pela ridicularização do outro. Deste modo, é possível “espicaçar” a mente do leitor, estimular o seu próprio sentido crítico para a reflexão sobre si, o outro e o mundo, que será essencial para incitar a alguma mudança comportamental ou social.

O enunciado de pendor humorístico, estrategicamente articulado com a ironia, como é próprio do género em estudo, procura causar impacto forte, por forma a atingir o seu fim moralizante e socialmente pedagógico. O objetivo não é apenas fazer rir e divertir. Trata-se de facto de “agitar ou despertar consciências” através do humor. Afinal, se um indivíduo se identificar com o tipo de comportamento e linguagem criticados, ironizados e mesmo satirizados em crónica humorística, possivelmente procurará modificar-se, para se afastar do centro da ridicularização. E, se assim for, o humor demonstra o seu poder, concretiza a sua finalidade social.

Por isso mesmo, em nome da intencionalidade comunicativa e da função moralizadora, legitima-se que o princípio da relevância, com o intuito de chamar a atenção do recetor, se sobreponha ao princípio da cortesia e até mesmo o viole. É precisamente para que o efeito satirizante seja maior e mais significativo que as ameaças à face do outro não são, na verdade, atenuadas nem aliviadas, embora o aparentem, mas antes, reforçadas, por implicação.

Ainda assim, a presença de algumas estruturas cortesias nos textos, que expressam “trabalho de figuração”, ora “mascaram” a intenção crítica, decerto na expectativa de serem desveladas pelo leitor, ora evidenciam um facto essencial, a saber: de que o emprego quer do humor quer da ironia nas crónicas humorísticas não intenta causar conflituosidade, em termos físicos ou psicológicos. (Rodrigues 2014: 257, *apud* Fonseca 1996: 94) O uso destes recursos retórico-expressivos, mesmo que pernicioso, visa, superlativamente,

originar conflito mental, no sentido de causar provocação, agitação racional e, melhor ainda, alteração de comportamento.

A liberdade de expressão reconhece o uso autónomo do discurso, de forma responsável e respeitosa, com limites que são próprios do bom senso, da educação social e da própria cultura. Todavia, admite-se que esta faça incursão além desses limites, num rasgo arriscado e desafiador, que desperte consciências individuais, como acontece na crónica humorística, com a intenção de levar a efeito alguma transformação cultural e social.

A seleção do *corpus* textual propriamente dito teve por condicionante a similaridade temática que atravessa os textos, tendo em conta, para a sua análise, as épocas ou momentos histórico-sociais destes cronistas.

Eça de Queirós, membro representativo e ativo da Geração 70, foi um escritor de grande consciência crítica e espírito interventivo, que fez uso da sua capacidade criativa literária, da sua competência comunicativa e ainda da sua liberdade de expressão para agitar a sociedade do seu tempo.

Por seu turno, Ricardo Araújo Pereira, humorista, cronista, argumentista, radialista, assim como ator e comentador televisivo, dinamiza também as capacidades, competências e liberdades indicadas com similar intencionalidade.

Além da confluência de intencionalidade, através desta análise, ficou ainda evidente que estes autores aplicam os mesmos recursos retórico-discursivos, de modo mais ou menos elaborado, conforme o seu discurso se manifesta mais literário ou mais jornalístico, respetivamente, sendo evidente que Eça de Queirós apresenta uma composição literária mais enriquecida neste aspeto, pela abundância de figuras de linguagem, e bem assim, da interrogação retórica incisiva e da exclamação retórica em antífrase.

Já Ricardo Araújo Pereira, nos textos analisados, manifesta-se de modo mais contido e menos efusivo, no que respeita ao uso de figuras de linguagem, aliás tal como lhe é comum também em intervenções orais, sendo tal atitude a representação própria da acentuada implicação irónica que o caracteriza.

Todavia, relativamente a mecanismos como o humor e a ironia, quer em uso individual, quer em conjugação com outros recursos, ambos os cronistas os empregam profusamente, por forma a produzirem enunciados, muitos deles, atos ilocutórios expressivos, que atinjam perniciosamente os recetores, alvos da sua crítica, na sua face.

Muito embora Ricardo Araújo Pereira pareça negar o poder do humor, por afirmar, ironicamente, que este *“faz parte daquele grupo de coisas muito importantes que não servem para nada”*, Eça de Queirós reconhece abertamente o seu valor, em especial, quando estrategicamente usado: *“O riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. ... pelo menos, o riso é uma opinião”*.

Assim sendo, no limite do género e seus mecanismos retórico-discursivos, e no “ilimite” da sua temática, a crónica humorística concretiza a sua função moralizante e pedagógica, em desafio quer da competência comunicativa dos interlocutores, quer da sua participação social, atestando que a pragmática deste género é intemporal.

Para além das conclusões obtidas a partir desta análise, reconhece-se alguma limitação no trabalho desenvolvido, já que, para a sustentação de tais conclusões, bem como outras que pudessem aferir-se, teria sido importante analisar mais crónicas dos cronistas em estudo, ou mesmo de outros seus contemporâneos.

Assim, considera-se que este campo de investigação, em que se alia os estudos linguístico-discursivos à análise interna dos textos, carece de maior reflexão e, por essa razão, será pertinente prosseguir, com novo fôlego, este percurso.

## Referências Bibliográficas

### 1. *Corpus* Textual

- PEREIRA, Ricardo Araújo. “Boca do Inferno” *In Visão (versão online)*, disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira> [acedido em 30-03-2017]
- PEREIRA, Ricardo Araújo. (2006) *Boca do Inferno – Um ano de crónicas na VISÃO*. Lisboa: Tinta da China.
- PEREIRA, Ricardo Araújo. (2009) *Novas Crónicas da Boca do Inferno*. Lisboa: Tinta da China.
- PEREIRA, Ricardo Araújo. (2013) *Novíssimas Crónicas da Boca do Inferno*. Lisboa: Tinta da China [acedido em 30-03-2017]
- QUEIRÓS, Eça de. (1867). “Páginas de Jornalismo”, *In O Distrito de Évora*. Porto: Lello & Irmão, vol. II.
- QUEIRÓS, Eça de. (1965) *Uma Campanha Alegre – De «As Farpas»*. Porto: Lello & Irmão - Editores, I Volume

### 2. Bibliografia

- A.A.V.V. (1980). *Le discours polémique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon
- ADAM, Jean-Michel. (1992) *Les texts. Types et prototypes*. Paris: Editions Nathan.
- ADAM, Jean-Michel. (1996) “L’ argumentation dans le dialogue”. *In Langue Française*, n.º 112, pp. 31-49, disponível em [http://www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1996\\_num\\_112\\_1\\_5359](http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1996_num_112_1_5359) [acedido em 20-06-2017]
- Adam Jean-Michel. (1997) “Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre.” *In Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 75, fasc. 3. Langues et littératures modernes, pp. 665-681
- Adam Jean-Michel. (1997) *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan
- ADAM, Jean-Michel. (2008) (Trad. de RODRIGUES, Maria das Graças Soares *et alii*) *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.

- ADAM, Jean-Michel; REVAZ, Françoise. (1997) *A análise da narrativa*. Lisboa: Gradiva.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. (1983) *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 5ª ed.
- ALBA JUEZ, L. (1995) "Irony and politeness". *In Revista Española de Lingüística Aplicada*, 10, pp.9-16.
- ALMEIDA, Fernando. (1939) *Linguagem e humor: comicidade em Les Frustrés, de Claire Bretécher*. Niterói: EdUFF.
- ALVES, Ana Luísa Pimentel (2012). *Os marcadores conversacionais no ensino de Português Língua Estrangeira: um estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66474/2/28287.pdf> [acedido em 12-09-2017]
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. (1976) "L'Argumentation dans la langue". *In Langages. L'Argumentation et discours scientifiques.*, 10.º annee, n.º 42, pp. 5-27, disponível em [http://www.persee.fr/doc/lege\\_0458\\_726x\\_1976\\_num\\_10\\_42\\_2306](http://www.persee.fr/doc/lege_0458_726x_1976_num_10_42_2306) [acedido em 07-07-2017]
- ARAGÃO, Hudson Oliveira Fontes. (2013) "Ironia e Literatura: Interseções" *In Anais do SILEL*, volume 3, n.º 1, Uberlândia: EDUFU, pp. 1-14, disponível em [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013\\_1467.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1467.pdf) [acedido em 20-06-2017]
- AUSTIN, J. (1962) *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- BARTHES, Roland. (1984) "O efeito de real", in Tzvetan Todorov (Org.). *Literatura e realidade*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 87-97.
- BAKHTIN, Mikhail. (2003) *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BERGSON, H. (1899) *O Riso*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BERNARDES, Joana Duarte (2012) *Eça de Queirós - Riso, memória, morte*. Coimbra: Imprensa Nacional, 2.ª edição, pp. 19-36
- BRAZ, Ana Cristina Pereira. (2017) *L'ironie dans le discours parlementaire portugais: Degrés d'implicitation, indices linguistiques et stratégies discursives*. Thèse de doctorat: Études portugaises, brésiliennes et de l'Afrique lusophone. Universidade do Minho, disponível em

<http://www.sudoc.abes.fr/xslt/DB=2.1//SRCH?IKT=12&TRM=226844218&COOKIE=U10178,Klecteurweb,I250,B341720009+,SY,NLECTEUR+WEBOPC,D2.1,Ecd4b3450-10,A,H,R188.80.43.127,FY> [acedido em 10-05-2018]

- BREZOLIN, Aduari (1995) “Elogios/Respostas a Elogios e as Fórmulas de Rotina”. In *Crop*, n.º 2, junho, disponível em <http://200.144.182.130/revistacrop/images/stories/edicao02/v02a12.pdf> [acedido em 10-09-2017]
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1987) *Politeness: Some Universals in Language Usages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CABRAL, Mónica Serpa (2010) “Entre o conto e a crónica: estudo de narrativas e autores açorianos” In *Forma Breve*, n.º 8, pp. 91-108, disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/2313/2173> [acedido em 23-02-2018]
- CARREIRA, Maria Helena Araújo. (2004) “Plus ou moins?! Atténuation, intensification et politesse en portugais” In CARREIRA, Maria Helena Araújo (dir.) *Travaux et Documents: Plus ou moins?! L’atténuation et l’intensification dans les langues romanes*. Paris: Université Paris 8 Vincennes Saint Denis, pp. 373-382.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (2002) *Dictionnaire d’analyse du Discours*. Paris: Éditions du Seuil.
- COUTINHO, Maria Antónia. (2003) *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.
- COUTINHO, Antónia. (2007) “Descrever géneros de texto: Resistências e estratégias” In *Los Anales del*, volume 4, pp. 639-647. Lisboa: Universidade Nova, disponível em <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/20.pdf> [acedido em 30-10-2017]
- DANBLON, Emmanuelle. (2005) *La fonction persuasive. Anthropologie du discours rhétorique*. Paris: Armand Colin.
- DANBLON, Emmanuelle. (2013) *L’Homme rhétorique. Culture, raison, action*. Paris: Éditions du CERF.
- DE CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Pequena Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, disponível em

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2969362/mod\\_resource/content/2/Castilho.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2969362/mod_resource/content/2/Castilho.pdf) [acedido em 12-10-2017]

- DUARTE, Lélia Parreira. (1994) “Ironia, humor e fingimento literário”. In DUARTE, L. P. (org.) *Resultados da Pesquisa Ironia e Humor na Literatura*. Belo Horizonte: Núcleo de Assessoramento à Pesquisa / Faculdade de Letras – UFMG. Cadernos de Pesquisa, n.º 15, fevereiro, pp. 54-78, disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/Resultados%20da%20Pesquisa%20Ironia%20e%20Humor%20na%20Literatura.pdf> [acedido em 08-07-2017]
- DUCROT, Oswald (198) *Stratégies Discursives*. Paris: Minuit
- ERMIDA, Isabel (2002) *Humor, Linguagem e Narrativa. Para uma Análise do Discurso Literário Cômico*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
- FERNÁNDEZ GARCÍA, F. (2001): "Ironía y (des)cortesía". In *Oralia*, 4, pp. 103-127.
- FONSECA, Fernanda Irene (1994). *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora (Coleção Linguística).
- FONSECA, Fernanda Irene (2004) "Fragmentação e unidade: contributos para a análise de formas textuais intencionalmente fragmentárias". In *Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida (orgs.). Da Língua e do Discurso*. Porto, Campo das Letras, pp. 345-362.
- FREUD [1905]. MATOS, Fernando Costa; SOUZA, Paulo César (Trad.) (2017) *Os chistes e sua relação com o inconsciente. Obras Completas de Sigmund Freud Vol. 7*. São Paulo: Companhia das Letras
- FRANCISCHINI, Juliana Bernardini (2008) “A crônica jornalística em uma perspectiva socio-retórica: organização textual e processo de produção.” In *Anais do CELSUL*, disponível em [http://www.celsul.org.br/Encontros/08/cronica\\_jornalistica.pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/08/cronica_jornalistica.pdf) [acedido em 02-11-2017]
- GOUVEIA, Carlos A. M. (1996) “Pragmática.” In FARIA, I. H; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. (Orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa, Caminho, pp. 383-419.

- GOUVEIA, Carlos (2008), “Actos de Fala”. In MATEUS, Maria Helena Mira, Dulce Pereira e Glória Fischer (eds.), *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 207-212.
- GRICE, H.P. (1957) “Meaning”, In *Philosophical Review*, vol. 66, N.º 3, pp. 377-388, disponível em <http://semantics.uchicago.edu/kennedy/classes/f09/semprag1/grice57.pdf> [acedido em 25-10-2017]
- GRICE, H.P. (1975), “Logic and conversation”, In P. Cole and J. Morgan (orgs), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, pp. 41–58.
- GOFFMAN, E. (1967) *Interaction Ritual. Essays on face-to-face behavior*. New York: NY Doubleday Anchor.
- GUIMARÃES, Maria Joana. (2001) “Ironia: uma primeira abordagem”. In *Língua e Literaturas, Revista da Faculdade de Letras*. Porto: XVIII, pp. 411-422, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3047.pdf> [acedido em 25-06-2017]
- ISOLA, Regina L.Péret Dell'.(2007) “Intergenericidade e agência: quando um gênero é mais do que um gênero”. In *Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, 4, Tubarão, Anais. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/index1.htm> [acedido em 02-05-2017]
- HAVERKATE, Henk. (1990) “A speech act analysis of irony”. In *Journal of Pragmatics, North-Holland*, v. 14, p. 77.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986) *L'implicite*. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1992) *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1994) "Rhétorique et Pragmatique: les figures revisitées", In *Langue Française*. Vol. 101, pp. 57-71, disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr\\_0023-8368\\_1994\\_num\\_101\\_1\\_5843](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1994_num_101_1_5843) [acedido em 17-01-2018]
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2001) *Les actes de langage dans le discours*. Paris Nathan
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2002) “Adoucisseur”. In CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENUEAU, Dominique (dir.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, pp. 28-30.

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2004) “¿Es universal la cortesía?” In BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio (Orgs). *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, pp.39-54.
- LAKOFF, Robin T. (1973) *The logic of politeness; or minding your p's and q's. Papers from the seventh regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago University Press, pp. 292-305.
- LAUSBERG, Heinrich. (1993) *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4.ª edição
- LEECH, Geoffrey. (1983) *Principles of Pragmatics*. London: Longman.
- LEECH, Geoffrey. (2003) “Towards an anatomy of politeness in communication” In *International Journal of Pragmatics*, 14, pp. 101-123.
- LEVINSON, Stephen C. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOPES, Ana Cristina Macário. (1997) “Contribuição para o estudo dos valores discursivos de sempre”, *Actas – XIII Encontro APL*, vol. 2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 3-14.
- LOPES, Ana Macário; FONSECA, Fernanda Irene. (s/d) “Protótipos textuais”. In *Dicionário de Terminologia Linguística*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/55743996/10-1-Prototipos-textuais> [acedido em 13-05-2017]
- LOPES, M. Carmo Azeredo; PINTO, M. Isabel Freitas M. Pinto; AZEREDO, M. Olga. (2006) “Pragmática e Linguística Textual”. In *Gramática Prática de Português – da Comunicação à Expressão*. Lisboa: Lisboa Editora, pp. 298-345.
- MAINGUENEAU, D. (1993) *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris: Dunod.
- MANCELOS, João de. (2010) “O poeta é um artesão: a arte da escrita nas crónicas de Eugénio de Andrade”. In *Forma Breve*, n.º 8, pp.109-121, disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/2314/2174> [acedido em 23-02-2018]
- MATEUS, Maria Helena Mira; et alii. (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. 3.ª edição: Lisboa: Editorial Caminho.
- MATEUS, Mª Helena, XAVIER, Mª Francisca (orgs.) (1992), *Dicionário de Termos Linguísticos*. Associação Portuguesa de Linguística, 2 vols.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1989). “Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções.” In CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (2002) “Gêneros textuais: definição e funcionalidade” In DIONÍSIO, A.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (2002) *Gêneros Textuais & Ensino*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 19-36, disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod\\_resource/content/3/Art\\_Marcuschi\\_G%C3%AAneros\\_textuais\\_defini%C3%A7%C3%B5es\\_funcionalidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf) [acedido em 23-05-2017]
- MARQUES, Maria Aldina. (2008) “Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro” In *O fascínio da linguagem: actas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 277-296, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6710.pdf> [acedido em 29-04-2018]
- MASSAUD, Moisés. (2004) *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix.
- MENDES, Paula. (2009) “Metáfora” In CEIA, Carlos (org.) *E-Dicionário de Termos Literários*, disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/7045/met%C3%A1fora/> [acedido em 30-06-2017]
- MIRANDA, Florencia. (2010) *Textos e géneros em diálogo. Uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.
- MOIRAND; Sophie (2004) “Quelles catégories descriptives pour la mise au jour des genres du discours”, disponível em <https://hal-univ-paris3.archives-ouvertes.fr/hal-01507281/document> [acedido em 28-04-2017]
- NAVAS, Ruth. (2010). “Estudo para uma antologia crítica de crónicas jornalísticas de autores portugueses do século XX” In *Forma Breve*, n.º 8, pp.57-61, disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/2310/2170> [acedido em 22-02-2018]
- OLIVEIRA, Guilherme Delgado (2014). *A Crónica no Panorama Literário Cultural Cabo-verdiano: da Crítica Social a uma Preocupação Humanitária. Salústio e Medina: dois casos paradigmáticos*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino. Lisboa: Universidade Aberta, disponível em

[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3383/1/TMELP\\_GuilhermeOliveira.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3383/1/TMELP_GuilhermeOliveira.pdf) [acedido em 14-10-2017]

- PALRILHA, Silvéria Maria Ramos (2009). *Contributos para a análise dos atos ilocutórios expressivos em português. Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino*. Coimbra: Faculdade de Letras, pp. 27-5, disponível em <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/silveriamariaramospalrilha> [acedido em 15-09-2017]
- PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. (2014) “Retórica, Argumentação e Discurso em Retrospectiva”. In *Linguagem e (Dis)curso*. Minas Gerais:LEM-D Tubarão, SC,v. 14, n.º 2, maio/agosto, pp. 391-409, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ld/v14n2/1518-7632-ld-14-02-00381.pdf> [acedido em 15-07-2017]
- PERRIN, Laurent. (1996) *L’ironie mise en trope. Du sens des énoncés hyperboliques et ironiques*. Paris: Éditions Kimé.
- PINTO, Fabiana dos Anjos. (2013) *Do humor da crônica à crônica de humor*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Letras.
- PRETI, Dino. (2006) *Estudos da Língua Falada – Variações e Confrontos*. São Paulo: Projetos Paralelo, NURC/SP (Núcleo USP), 3.ª edição.
- PROPP, Vladimir (1976) (Trad. Debbèche, Jean-Patric; Perron, Paul. *On the Comic and Laughter*. Toronto: Universidade de Toronto.
- RASKIN, V. (1984) “Semantic Mechanisms of Humor”. In *Proceedings of the Fifth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics*. pp. 325-335.
- REIS, Carlos. (2005) “O tempo da crónica”, In *Jornal de Letras*, Outubro, p. 18.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macário. (1994) “Crónica”. In *Dicionário de Narratologia*, 4.ª ed. revista e aumentada. Coimbra: Almedina
- RITA, Annabela, “Crónica”, In CEIA, Carlos (org.) *E-Dicionário de Termos Literários*, <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/5966/cronica/> [acedido em 17-10-2017]
- RITA, Annabela, “Crónica”, In MATOS, A. Campos, (org. e coord.), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, p. 129
- ROCHA, Carlos. (2010) “A expressão latina ‘ridendo castigat mores’ = ‘corrige os costumes sorrindo’” In *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível em

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-expressao-latina-ridendo-castigat-mores--corrige-os-costumes-sorrindo/29257> [acedido em 15-11-2017]

- RODRIGUES, Ana Paula Fernandes. (2008) *Eça de Queirós e as Páginas Desconhecidas do Distrito de Évora* – Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/611/1/LC457.pdf> [acedido em 12-09-2017]
- RODRIGUES, David Fernandes. (2003) *Cortesia Linguística uma competência discursivo-textual*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento.
- RODRIGUES, Sónia Valente (2014) "Aspetos de cortesia na polémica escrita". In SEARA, Isabel Roboredo (Coord.) *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado Editora, pp. 245-260
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. (2001) *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 17.<sup>a</sup> edição, pp. 935-992
- SEARA, Isabel Roboredo (2014) (coord. e org). *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa: Chiado Editora.
- SEARA, Isabel Roboredo (2017). "A atenuação como estratégia verbal de aproximação e de cortesia". In Oana-Dana BALAS, Adriana CIAMA, Mihai ENACHESCU, Anamaria GEBAILA, Roxana VOICU (eds). *L'expression de l'imprécision dans les langues romanes*. Bucarese: Ars Docendi, Universitatea Din Bucuresti, pp. 306-318.
- SEARA, Isabel Roboredo. (2017) "Contributo para o estudo da (des)cortesia verbal: estratégias de atenuação e de intensificação nas interações". In SEARA, Isabel Roboredo (2017) CABRAL, Ana Lúcia Tinoco e GUARANHA, Manoel Francisco (org.s). *Descortesia e Cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 233-265.
- SEARA, Isabel Roboredo CABRAL, Ana Lúcia Tinoco e GUARANHA, Manoel Francisco (orgs). (2017) *Descortesia e Cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez Editora.
- SEARLE, John R. (1969) *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

- SEARLE, John R. (1975) "Indirect Speech Acts", In P. Cole and J. Morgan (eds), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, pp. 59–82.
- SEARLE, John R., [1979] (2002), “Uma Taxinomia dos Atos Ilocucionários” (cap. 1) e “Os Atos de Fala Indiretos” (cap. 2), In *Expressão e Significado*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 1-94; tradução para o Português de *Expressing and meaning, studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SENA, Jorge de. (1988) *Estudos de Literatura Portuguesa III*. Lisboa: Edições 70.
- SILVA, José Manuel. (2006) *Prática na Didáctica do Português*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-jose-manuel-pragmatica-didactica-portugues.pdf> [acedido em 21-11-2017]
- SILVA, Paulo Nunes da. (2012) *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*, Coimbra: Almedina
- SILVA, Violante. (2014) '*Comunidades de práticas' nas redes sociais: atos de discurso em interação e estratégias discursivas principais*. Lisboa: Universidade Aberta, Tese de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares.
- SPERBER, D.; WILSON, D.(1986) *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, p. 50
- TRANCAS, Dilar. (2013) *A figuração da personagem nas crónicas de Eça de Queirós: textos de imprensa da Revista Moderna*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 1-125, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35800/1/Figuras%20da%20Personagem%20nas%20Cronicas%20de%20Eca%20de%20Queiros.pdf> [acedido em 27-10-2017]
- TORRES, Pedro Henrique Couto. (2015) “Efeitos do Real: Realidade e escritura em Roland Barthes”. In *Criação & Crítica especial*. São Paulo: Colóquio Internacional Roland Barthes Plural, pp. 111-114, disponível em <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/109029/107506> [acedido em 17-07-2017]
- ULLMANN, Stephen.(1964) (Trad. MATEUS, José Alberto Osório) *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5.<sup>a</sup> edição.
- VILHENA, Kelly Christine Lisboa Diniz Leite de. (2011) “Polidez linguística em ambiente virtual: análise do gênero recado em sites de relacionamento” In *PERcursos*

*Linguísticos*, Vitória (ES), v. 2, nº. 1, p. 75-88, disponível em <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/viewFile/1704/1293> [acedido em 25-10-2017]

- WELLEK, René; WARREN, Austin (Trad. BORGES, Luís Carlos). (2003). *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 1.<sup>a</sup> edição.
- XAVIER, Rodrigo Alexandre de Carvalho. (2009) “A ironia como instrumento de construção do realismo d’*As Farpas* à *Decadência do Riso*”. In *Eça de Queirós Intelectual. A Literatura e o projeto de “regeneração” de Portugal no século XIX*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pp. 41 – 69, Tese de Doutorado, disponível em [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0521277\\_09\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0521277_09_cap_03.pdf) [acedido em 20-11-2017]
- ZAVALA, Lauro. (1996) “Glosário de términos de ironia narrativa”. In *Sincronía*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, pp. 1-5, disponível em <http://sincronia.cucsh.udg.mx/zavalo.html> [acedido em 07-12-2017]

**ANEXOS**

## ANEXO 1

### Peço desculpa, contive-me

#### BOCA DO INFERNO

**07.12.2016 às 8h30**

Portugal merece que os seus deputados encontrem um meio-termo entre o que volta e meia acontece no parlamento de Taiwan e o que esta semana sucedeu no nosso: um modelo de discussão rija sem ser selvagem e cordata sem ser mariconça.



João Fazenda

Segundo diz aquele grupo de nostálgicos para os quais antigamente é que era bom, vivemos hoje uma profunda crise de valores. Depois de ter visto o incidente do debate entre Mourinho Félix e Leitão Amaro, sinto-me tentado a concordar. Já tive ocasião de lamentar aqui a aflitiva pobreza dos insultos na política portuguesa contemporânea, mas creio que esta semana teremos atingido um novo mínimo. O melhor que o secretário de Estado conseguiu foi dizer que o deputado do PSD revelava, e cito, "uma disfuncionalidade cognitiva temporária". Trata-se, possivelmente, do insulto mais pífio da história dos vitupérios.

É uma ofensa vergonhosa, que faz os possíveis para não magoar. "Disfuncionalidade cognitiva" é uma construção que significa burro, mas já se sabe como as perífrases retiram agressividade a uma ideia. Esta, além do mais, através da palavra "disfuncionalidade", sugere a existência de uma patologia, da qual o insultado não tem culpa. E a necessidade de salientar que se trata de uma condição "temporária" é mais um

paninho quente que contribui para embolar a injúria, de modo a que ela acabe por não injuriar. No máximo, o que Mourinho Félix conseguiu foi insinuar que Leitão Amaro estava armado em parvo. É pouco.

O PSD, por outro lado, esteve bem quando reagiu com indignação, mas mal quando dirigiu a indignação para o sítio errado. A bancada social-democrata exigiu que o secretário de Estado se retractasse, mas devia ter exigido que o governante formulasse um insulto sério e competente.

"Com que delicada flor pensa Vossa Excelência estar a debater?", deviam ter perguntado os sociais-democratas.

"Faça o favor de dirigir ao nosso companheiro uma afronta que vilipendie como deve ser", teriam acrescentado se ainda houvesse honra no parlamento. Em vez disso, segundo a SIC Notícias, que cronometrou o castigo, os deputados do PSD impediram que o secretário de Estado falasse durante quatro minutos e 47 segundos. Nem o progenitor mais leniente alguma vez disse ao seu filho: "Como o menino se portou mal, vai ficar quatro minutos e 47 segundos sem ver televisão." É uma pena ridícula que se ajusta a um delito patético isso é certo. Mas que empenho pode o povo esperar dos seus representantes quando as legítimas divergências democráticas, em lugar de lhes fazerem ferver o sangue, lhes põem a circular nas veias uma cabidela morna e pastelona, incapaz de produzir uma irritação que se apresente? Portugal merece que os seus deputados encontrem um meio-termo entre o que volta e meia acontece no parlamento de Taiwan e o que esta semana sucedeu no nosso: um modelo de discussão rija sem ser selvagem e cordata sem ser mariconça. Normalmente, as pessoas desculpam-se dizendo: "Excedi-me." O Sr. secretário de Estado devia ter a decência de nos dizer a todos: "Peço desculpa, contive-me."

**PEREIRA, Ricardo Araújo.** (2017) *Visão*, 6 de abril, disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2016-12-07-Peco-desculpa-contive-me>

## ANEXO 2

### “Três dias de insultos no Parlamento”

XXIV

Agosto 1871

(...)

Senão vejam! Todos os dias aqueles ilustres deputados se dizem uns aos outros: *É falso! É mentira!* E não se esbofeteiam, não se enviam duas balas! Piedosa inocência!

Cordura evangélica! É um parlamento educado por S. Francisco de Sales!

*O ilustre deputado mente!*

*Ah, minto? Pois bem, apelo...*

Cuidam que apela para o espalmado da sua mão direita ou para a elasticidade da sua bengala?

– Não, meus caros senhores, apela – para *o País!*

Quanta elevação cristã num diploma de deputado! Quando um homem leva em pleno peito, diante de duzentas pessoas que ouvem e de mil que lêem, este rude encontram: *É falso!* – e diz com uma terna brandura: *Pois bem, apelo para o País!* – este homem é um santo! Não entrará decerto nunca no *Jockey-Club*, de onde a mansidão é excluída, mas entrará no reino do Céu, onde a humildade é glorificada.

É uma escola de humildade este parlamento! Nunca em parte nenhuma, como ali, o insulto foi recebido com tão curvada paciência, o desmentido acolhido com tão sentida resignação! Sublime curso de caridade cristã. E veremos os tempos em que um senhor deputado, esbofeteado em pleno e claro Chiado, dirá modestamente ao agressor, mostrando o seu diploma: – «Sou deputado da nação portuguesa! Apelo para o País!

Pode continuar a bater!»

E depois que doçura de expressões! Não vimos ainda há pouco o Sr. Ávila designado no meio de uma questão financeira com estas benévolas qualificações – *camaleão, sapo, elefante?! Que autoridade no dizer! que elevação no pensar!*

Como é instrutivo, como é moral, o ver discursos assim concebidos:

– Não aprovo o projecto do ilustre presidente do Conselho, porque entendo na minha consciência, e digo-o à face do País, que S. Ex<sup>a</sup> é uma verdadeira serpente:

– Mando para a mesa a seguinte moção:

A Câmara, compenetrada de que o Sr. ministro da Fazenda é uma lontra, passa à ordem do dia!

Depois o modo carinhoso como a Câmara tomou conta da infeliz palavra *insulto!*

Aquela pobre palavra, tão comprometedora, que nunca aparecia outrora que não fosse o sinal de um duelo ou de uma polícia correcional – o parlamento refez-lhe uma virgindade e um decoro, e ela agora vem, e ninguém se revolta, e o Sr. António Aires tem para ela um bom sorriso.

– O ilustre deputado há três dias não faz senão *insultar-me* (textual). Três dias!

– O ilustre deputado não me *insulte!*

– Vou responder a esses *insultos!*

– Menos *insultos!*

Ai! O mundo despoetiza-se! As coisas terríveis perdem o colorido da lenda.

O Parlamento vive na *idade de ouro*. Vive nas idades inocentes em que se colocam as lendas do Paraíso – quando o mal ainda não existia, quando Caim era um bom rapaz, quando os tigres passeavam docemente par a par com os cordeiros, quando ninguém tinha tido o cavalheirismo de inventar a palavra *calúnia!* – e a palavra *mente!* não atraía a bofetada! Crianças riem do papão. O diabo já não é temido. O insulto já não é aviltante! Não é! A Câmara dos Deputados vive há um mês, tendo no seu seio o insulto, em perpétua ordem do dia – e engorda!

Mas o Sr. António Aires, esse, para que continua a dizer com a sua voz eloquente:

– Amanhã continua a mesma discussão?

A escrupulosa verdade – e S. Ex<sup>a</sup>, sacerdote e católico, está adstrito a observar este *regimento* da consciência – pede que se declare:

– Amanhã continua a mesma assuada.

Assim o público ficava avisado – e os Srs. deputados também! Porque nada deve custar mais a um ilustre deputado, que quer zelar os interesses do seu país, do que ver, numa discussão, exausta a sua colecção de injúrias, findos os seus apontamentos de berros!

Não é quem quer doutor em impropérios!

E assim, devidamente prevenido, cada deputado podia formar de véspera uma útil e séria lista de argumentos – consultando o dicionário, o seu aguadeiro, a porta da Alfândega e os fadistas da Praça da Figueira.

### Anexo 3

#### Fé por apenas 9 euros e 99

#### BOCA DO INFERNO

**06.04.2017 às 8h30**

Em nenhum versículo dos evangelhos Nossa Senhora sugere, sequer, a intenção de algum dia visitar o Ribatejo. Não há uma referência elogiosa à lezíria, uma expressão de interesse pelas sonoridades do fandango, nada.



**João Fazenda**

Os muçulmanos acreditam que uma espécie de cavalo alado transportou o profeta Maomé de Meca até Jerusalém numa noite. Os cristãos acreditam que um homem, nascido de uma virgem, voltou à vida três dias depois de ter morrido. Eu próprio acreditei que uma equipa formada por Preud'Homme; El Hadrioui, Jorge Soares, Ronaldo e Edgar; Leónidas, Jordão, Bruno Caires e Seo Jung-Won; João Pinto e Nuno Gomes, poderia sagrar-se campeã nacional na época de 1997/98. Cada um tem direito às suas crenças extravagantes.

Mesmo quem não é crente deve admitir que, em Fátima, se deu um milagre. Por um lado, como já tive oportunidade de confessar, não acredito que a mãe de Jesus tenha estado no concelho de Ourém em 1917. Em nenhum versículo dos evangelhos Nossa Senhora sugere, sequer, a intenção de algum dia visitar o Ribatejo. Não há uma referência elogiosa à lezíria, uma expressão de interesse pelas sonoridades do fandango, nada. Por outro lado, sou forçado a reconhecer que Fátima sofreu uma transformação prodigiosa. Não me refiro apenas ao impressionante número de pessoas que anualmente ocorre à cidade para adorar a imagem da Virgem, aliás em clara transgressão do segundo mandamento. Falo sobretudo do milagre económico – aquele que nós, em Portugal, sabemos ser o mais difícil de conseguir. O desenvolvimento da cidade não deixa dúvidas, e há certamente dois ou três produtores de cera em cuja vida Nossa Senhora operou maravilhas. A partir de 2013, o Santuário passou a disponibilizar uma vasta gama de produtos, unindo finalmente o moderno merchandising e a antiga fé. De acordo com o Diário de Notícias, o artigo mais popular era o lenço do adeus (que custava, na altura, dois euros e meio), seguido de perto pelos crachás com a imagem da Virgem (um euro e meio), os guarda-chuvas de Nossa Senhora (9 euros), e as económicas t-shirts (15 euros o pacote de duas unidades). A loja online “Fátima Gift Shop” salienta: “A devoção à Divina Misericórdia implica um compromisso completo com Deus enquanto Misericórdia. É a decisão de confiar completamente n’Ele, aceitar a Sua Misericórdia, e ser misericordioso como Ele é misericordioso. Veja a nossa completa gama de merchandise Divina Misericórdia.” Entre esses produtos conta-se um Terço de Nossa Senhora e um Terço da Divina Misericórdia (ambos “Deluxe”), bem como os Autocolantes da Divina Misericórdia para Janelas, e o Porta-Chaves da Divina Misericórdia (em oliveira). Mais recentemente, em 2016, o mesmo Diário de Notícias informava que um russo estava a comercializar “Ar Abençoado de Fátima” por três euros a lata, o que parece exagerado apenas se não tivermos em conta que, segundo o empresário Sergey Pankovets, o produto tem uma validade de 99 anos. Cerca de 2000 anos depois de terem sido expulsos, os vendilhões têm uma nova oportunidade. Nunca é tarde para uma reparação.

**PEREIRA, Ricardo Araújo. (2017) *Visão*, 7 de dezembro, disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniaio/ricardo-araujo-pereira/2017-04-06-Fe-por-apenas-9-euros-e-99>**

## Anexo 4

### Os missionários e o seu ramo de negócio

XXXVII

Outubro 1871.

Alguns jornais contaram este mês, com uma indignação ingénua, que na devota cidade de Braga alguns missionários vendiam aos fiéis *cartas inéditas da Virgem Maria*. Estas cartas, segundo parece, eram dirigidas, umas a personagens dos tempos evangélicos – outras, mais particularmente, a cidadãos de Braga. Corre que os editores desta correspondência inesperada da Mãe de Jesus tiveram um ganho excelente.

O comércio da relíquia piedosa é a ocupação usual dos Srs. missionários. Um sábio professor da Universidade de Coimbra contava-nos, há pouco, que presenciara em Trás-os-Montes uma singular agudeza:

Um missionário chegou ali com grande bagagem de *rosários, contas, sudários, pedaços do santo lenho, fragmentos da túnica*, etc. Mas o desleixado, o imprudente, não trazia caixeiro! De tal sorte que teve de se contentar com dois que lhe forneceu um negociante de panos. Estes dois hábeis vendedores a retalho, colocados à porta da igreja nas tardes de sermão, diante de tabuleiros de feira, enfeitados de toalhas bordadas e cheios de relíquias, dirigiam activamente o seu negócio pio. Quem entrava na igreja comprava com devoção. E no entretanto o missionário no púlpito trovejava. – Contar aqui o que ele declamava no seu vozeirão labrego não o podemos – para que estas páginas não venham a ser consideradas tão picantes como as das memórias de *Faublas*.

No entanto uma inquietação atormentava este varão pio. Não sabia a conta exacta das relíquias que dera aos caixeiros, e punha neles uma confiança pouco evangélica! De modo que tomou este expediente triunfante. Ao fim de cada sermão, clamava:

– Agora vão-se benzer as relíquias! Quem tiver rosários de Nossa Senhora, erga-os ao ar!

Os fiéis que se tinham provido daquela espécie levantavam-na com fervor. O missionário então, como absorto em êxtase, contava com os olhos, rapidamente, a voo de pregador, os rosários. Depois abençoava-os. Passava em seguida, pelo mesmo processo extático, à contagem das outras relíquias. E quando saía da igreja conferia os seus apontamentos mentais do púlpito com os resultados monetários da porta. Os

caixeiros eram honrados, e este homem fez um bom lucro. Que Deus o proteja, e a polícia o não incomode!

Nós achamos tudo isto extremamente regular. Somente desejamos saber:

Se os Srs. missionários são exclusivamente negociantes, que, de passagem e por demais, também pregam sermões;

Ou se são sacerdotes, que, para se ocuparem em mais alguma coisa, também fazem negócio.

No primeiro caso, sendo negociantes que por demais pregam sermões, achamos perfeitamente inútil que, depois de terem feito o seu comércio, queiram mostrar a sua eloquência. Um negociante que, depois de nos vender uma peça de linho, nos recitasse uma ode da sua lavra, seria aleivosamente impertinente. Julgamos pois dispensável que os Srs. missionários, tendo recolhido na praça o seu ganho, subam ao púlpito a exalar a sua retórica.

Que andam eles fazendo? Andam espalhando a palavra de Deus? – Mas então, se existem em Portugal vilas ou aldeias não convertidas ao cristianismo, em que pensa o Governo que não manda as suas hostes rechaçar o infiel? Bajoica de Riba é moura?

Expulse-se de lá o adorador de Mafoma! Mas se Bajoica já é cristã e católica, que têm que fazer lá os missionários? Os antigos padres das missões, educados na tradição apostólica, iam à China, ao Japão e à Índia, em viagens maravilhosas, ensinavam o Deus novo, e morriam nos tormentos. Estes senhores que vão fazer agora em diligência a Tondela, ou em ónibus a Mafra? Não possui cada freguesia o seu pároco, as suas prédicas, as suas missas, o seu culto? Se os missionários não vão lá senão ensinar a religião que lá se prega, são evidentemente inúteis: se vão ensinar uma religião nova, que a polícia e o Estado os condene, porque não é permitido alterar a religião do reino.

Fugi a isto, doutores de teologia! E se os senhores bispos entendem que é necessário que os missionários fortaleçam a fé enfraquecida das freguesias – então que se dirá de SS. Ex.as Reverendíssimas? Por que consentem SS. Ex.as nas suas dioceses um clero colado tão incompetente que assim deixa enfraquecer a religião, e que torna necessário que, para a restabelecer, ande constantemente percorrendo o País um clero errante? – Parece-nos pois inútil que os Srs. missionários, depois de terem feito o seu negócio, preguem os seus sermões.

Se porém, na hipótese do segundo caso, eles são sacerdotes que acumulam um pequeno negócio de relíquias, então uma coisa grave se apresenta:

Todo o negociante que atribui ao objecto que vende uma qualidade superior, para o fazer valer, usa de fraude, e está incurso nas penalidades da lei.

A lei, que não pode impedir a simplicidade e a credulidade, põe-na ao abrigo dos exploradores. Ainda há pouco um homem que vendia camisolas de malha vermelhas, declarando que elas tinham o privilégio de curar repentinamente o reumatismo mais rebelde, foi devidamente autuado e multado.

Por consequência todo o missionário pode descer do púlpito, e vir para a praça vender rosários, imagens, litografias de santos, etc. Está no seu pleno direito civil. Mas se, servindo-se da sua autoridade sacerdotal, esse homem afiança do púlpito, invocando Deus e sob a garantia da sua missão religiosa, que essas relíquias lhe foram entregues por um anjo, e curam as doenças, fazem voltar ao amor os maridos distraídos, saram a esterilidade, livram de tentações, e que recaí um castigo sobre quem as não compra – esse homem atribui ao seu ramo de comércio um valor sobrenatural, e vende como relíquia vinda do Céu uma quinquilharia de Braga. Cai pois, como negociante fraudulento, sob os rigores da polícia!

É lógico. Os jornais liberais dirão que esse homem lança a multidão num fanatismo animal; substitui o respeito de Deus pela adoração imbecil de emblemas; faz da absolvição divina uma especulação própria; conduz os homens à idolatria! Nós colocamo-nos no ponto puramente legal: – Esse homem, diremos, é um negociante fraudulento.

Todos aqueles que têm observado as missões e a venda de relíquias, sabem, além disso, que a certeza principal que se dá aos devotos – é que a relíquia comprada os absolve de antemão de todo o pecado.

De modo que o cidadão, depois de pagar e meter na algibeira a sua relíquia (rosário, lasca de lenho santo, pedaço de sudário, bocado da túnica da Virgem) julga-se na graça de Deus e na permissão de toda a fantasia! Daí por diante pode altercar na taberna, espancar o vizinho, maltratar a mulher, roubar quem passa: não tem ele bem guardada no peito a relíquia que o absolve, que lhe salva a alma?

Assim, com um mesmo acto, o missionário que prega e vende – infringe a lei comercial e contraria a lei civil. E estes males são ainda bem menores que os que ele faz à lei moral!

**QUEIRÓS, Eça de.** (1965) *Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, pp. 223-228

## Anexo 5

### Portugal não é [inserir nome de país ainda mais desgraçado]

#### BOCA DO INFERNO

**28.11.2013 às 10h00**

Deve consolar-nos que, por enquanto, possamos continuar a dizer que Portugal não é a Grécia. Mas, como todos sabemos, o ideal era que um dia pudéssemos dizer, finalmente e com propriedade: "Portugal não é Portugal"

Portugal não é a Grécia. Já estive mais longe de ser, mas dizem que ainda não é. Portugal também não é a Irlanda. Durante um tempo parecia mesmo que era, mas afinal a Irlanda está bastante melhor do que nós. Neste momento, ninguém sabe o que Portugal é. Nem o que Portugal não é, o que também acaba por ser inquietante. Já não podemos identificar-nos com os países que estão no bom caminho e começam a faltar países desgraçados dos quais nos possamos destacar.

Compreende-se que Portugal aspire a ser outro país. É o equivalente, para as nações, à formulação infantil "quando for grande quero ser". O problema é que Portugal tem quase 900 anos. É um pouco tarde para estar a escolher saídas profissionais e modelos a seguir. É possível que o nosso tempo tenha passado e Portugal seja agora um país da geração nem-nem: nem trabalha, nem estuda. Não trabalha porque o desemprego continua elevadíssimo; não estuda porque não vale a pena. Não trabalha porque ninguém tem dinheiro para comprar o que as empresas produziriam; não estuda porque já não há fundos europeus para Passos Coelho e Miguel Relvas criarem empresas de formação que ministram cursos para cargos que nunca existiram.

Não sei bem se querer ser a Irlanda revela falta de brio ou ambição desmedida. Aspirar a ser um pequeno país europeu talvez seja sonhar acima das nossas possibilidades. O melhor seria, provavelmente, que Portugal começasse por querer ser um país médio de África, e depois então tentar dar o salto e procurar estar à altura de ser um pequeno país europeu. Ou então apontar realmente para cima e tentar ser, por exemplo, a China. Em termos de direitos laborais e nível salarial já está ela por ela, portanto só falta o crescimento económico, que é o mais fácil.

Talvez esta perspectiva seja demasiado pessimista. Creio que deve consolar-nos que, por enquanto, possamos continuar a dizer que Portugal não é a Grécia. Mas, como todos sabemos, o ideal era que um dia pudéssemos dizer, finalmente e com propriedade: "Portugal não é Portugal."

**PEREIRA, Ricardo Araújo. (2013)** *Visão*, 28 de novembro, disponível em <http://visao.sapo.pt/opiniaio/ricardo-araujo-pereira/portugal-nao-e-inserir-nome-de-pais-ainda-mais-desgracado=f759235>)

## Anexo 6

### O Governo e a Emigração

LI

Janeiro 1872

Agitou-se, agita-se ainda, a questão da *emigração*. Há um homem, Mr. Charles Nathan, que leva para Nova Orleães, com bons salários, todas as actividades que se ofereçam.

A emigração, entre nós, é decerto um mal.

Em Portugal quem emigra são os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; e um país de fracos e de indolentes padece um prejuízo incalculável, perdendo as raras vontades firmes e os poucos braços viris.

Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a trasbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre. Não é o espírito de actividade e de expansão que leva para longe os nossos colonos, como leva os ingleses à Austrália e à Índia; mas a miséria que instiga a procurar em outras terras o pão que falta na nossa.

Em Portugal a emigração, tomando o rumo dos países estranhos, contraria a necessidade urgente de regularizar interiormente uma emigração de província a província.

Em Portugal a emigração não significa ausência – significa abandono. O inglês, por exemplo, vai à Austrália e à América fazer um começo de fortuna – para voltar a Inglaterra, casar, trabalhar, servir o seu País, a sua comuna, trazendo-lhe o auxílio da vontade robustecida, da experiência adquirida, do dinheiro ganho: para Portugal, o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar.

Enfim a emigração é má, o Sr. Nathan funesto. Somente o nosso pesar é que o Sr. Nathan, em lugar de alguns centenares dos nossos – não nos queira levar a nós todos.

Porque partimos já, sem hesitação, em massa. Fugimos das cebolas do Egipto. E, mais felizes que os israelitas, temos em lugar do incerto milagre do mar Vermelho – os excelentes vapores da *Liverpool and Mississippi Steam Ship Company*.

Vamos todos!

E estranho – que haja quem estranhe a emigração. Nós estamos num estado comparável somente à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma decadência de espírito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se, a par, a Grécia e Portugal. Nós, porém, não possuímos como a Grécia, além de uma história gloriosa, a honra de ter criado uma religião, uma literatura de modelo universal, e o museu humano da beleza da Arte. Apenas nos ufamos do Sr. Lisboa, barítono, e do Sr. Vidal, lírico.

El-Rei D. Pedro V tinha lido o livro de E. About, “*A Grécia contemporânea*”; e aquele rei que era um grave e fino espírito, e por vezes um subtil humorista – entreter-se anotando à margem o precioso livro de About. Onde estavam nomes dos estadistas da Grécia, o rei punha os nomes correspondentes dos homens públicos de Portugal; onde vinham as narrações das indignidades políticas de Atenas, ele lançava à margem as correlativas indignidades políticas de Lisboa; onde About desenhava com a sua pena maliciosa, cáustica e tão profundamente francesa, um certo ministro da Fazenda que era ladrão – D. Pedro V escrevera ao lado: «Cá chama-se o senhor...». Figura no livro, como torpe, segundo o julgamento do excelente rei, muito homem hoje célebre na vida pública, com bons ordenados e autoridade. O livro assim anotado, mudados os nomes – é a descrição mais exacta do estado de Portugal. Como deve ser infeliz um rei inteligente, quando, caído em cepticismo e misantropia pela certeza que adquiriu de que está no meio de uma pocilga política, não pode todavia entregar a Nação à experiência republicana, nem chamar a si o poder absoluto! Um tal rei, se não se converte por fastio num bom rei de Yvetot – termina sempre por morrer cedo.

Ora, na Grécia, o facto permanente é a emigração. E nós emigramos, pelo mesmo motivo que o Grego emigra – a necessidade de procurar longe o pão que a Pátria não dá.

O Grego que não tem indústria, nem agricultura, nem comércio, encontra-se ao entrar na vida sem colocação: – toma então a sua carabina e vai para as montanhas que Teócrito cantou, roubar viajantes ingleses, ou embarca no Pireu e emigra para Alexandria, para Trípolis, para as escalas do Levante, para os estados barbarescos, para Marselha, para qualquer ponto onde haja algum pão a roer ou alguma piastra a ganhar.

Nós, que (bem a nosso pesar) não podemos ir roubar para as montanhas porque não temos a quem roubar – vamos procurar o Sr. Nathan.

E o Governo, a opinião, admiram-se! Mas onde pode a plebe ganhar o pão? A grande indústria, a dos tabacos, dá 250 réis de salário a um operário com família. As indústrias fabris são poucas, periclitantes, com interrupções constantes de trabalho. A indústria mineira está abandonada à exploração de companhias estrangeiras. A agricultura vive de rotina – empobrecendo a terra e empobrecendo o homem. Não temos piscicultura, nem silvicultura, nem indústria pecuária. O trabalhador dos campos vive na miséria, come sardinhas e ervas do campo: a maior parte anda à *malta*, trabalhando aos dias, errante de fazenda em fazenda, por 80 réis diários, nos tempos de salário. A usura e a agiotagem, unidas, exploram a gente do campo: os tributos são fortes, as vexações do fisco incessantes. Na província, por um imposto de 20 e 30 réis, atrasado e relaxado, vimos nós pagar 5 e 6 mil-réis, com custas, etc. Os pobres não tinham a quantia? Penhora no casebre! Nas cidades o operário é vítima do monopólio – monopólio no pão, no bacalhau, no azeite. Não há entre nós uma escola teórica de aprendizagem! Que querem os senhores que se faça num país destes? Sair, fugir, abandoná-lo! O País é belo, sim, de deliciosa paisagem. Mas a política, a administração, tornaram aqui a vida intolerável. Seria doce gozá-la, não tendo a honra de lhe pertencer. Só *se pode ser português sendo-se inglês!*

E no entanto, perante a emigração crescente, que faz o Estado, a imprensa, a opinião?

Interrompe-se um momento, e volta-se para os colonos, aplica-lhes a luneta – e diz àquela plebe esfaimada:

– O quê! Quereis ir embora? Oh imprudentes. Tendes acolá os terrenos do Alentejo!

Ora, os *terrenos*, os eternos *terrenos do Alentejo*, são simplesmente um gracejo torpe.

Os terrenos do Alentejo, tais *como estão*, não produzem na generalidade senão bolota. E justamente o Governo, a imprensa e a opinião oferecem esses terrenos tais *como estão*. Conheceis brincadeira mais abjecta?

Uma população de trabalhadores, operários, proletários, pede trabalho – senão emigra. E o País exclama:

– Não emigreis, tendes acolá os terrenos do Alentejo – isto é, tomai vós, ó proletários, ó gente do campo, á pés descalços, os quatro ou cinco mil contos que tendes aí no bolso roto da jaqueta, associai-vos em grandes companhias, comprai máquinas e instrumentos, lavrai tantas léguas quadradas, arroteai, regai, abri poços, fazei aquedutos, estabelecei lezírias, levantai grandes fundos com o vosso grande crédito, tu Manuel da

Horta, tu, José da Cancela, tu, ferrador, tu, jornalista – e enriquecei!

O Estado, a imprensa, a opinião têm razão; – somente como o trabalhador não traz ali os quatro ou cinco mil contos na algibeira e não está para os ir buscar a casa, por causa da chuva – embarca para Nova Orleães.

Dizer a um homem: – Você quer ganhar dezoito vinténs por dia? Escusa de sair do País, gaste aí uns mil contos a arrotear terrenos incultos, e vem a ter de salário, não direi os dezoito vinténs justos, mas dezassete e meio com certeza...». Dizer isto é uma facécia impudica!

Tem sido de um alto grotesco este conselho que se dá de arrotear os terrenos do Alentejo! Todo o mundo o dá, os jornais, os frequentadores da Casa Havanesa, os moços de café, e os poetas líricos. *Arroteie-se o Alentejo!* Exclama cada um esfregando as mãos, e puxando o fumo do cigarro.

– Pois bem, meus senhores, sim, arroteemos! Mas então aproveitemos este grande impulso nacional, esta energia das forças vivas! E de passagem – conquistemos o Santo Sepulcro, e mandemos varrer o Largo do Loreto!

Mas a melhor facécia tem vindo do sentimentalismo:

– O quê, colonos! Ides deixar a terra do vosso berço, a verde alfombra, o escondido casal na encosta do monte, o grato rouxinol que...

*Mágoas diz do seu penar?*

Este argumento tão económico, tão positivo, tão firmado em cifras, abala extremamente os emigrantes – os quais provam a sua comoção, remando a toda a força para o paquete da Nova Orleães.

E no entanto, na praia, a imprensa suspira!

Um facto curioso é que a opinião que mais tem enrouquecido a bradar contra a emigração, tenta sobretudo provar que a emigração para Nova Orleães não dá as vantagens prometidas pelo engajador.

Por consequência o que se condena não é o facto da emigração, que se julga irremediavelmente necessário – mas o *lugar* para onde se *emigra*. A guerra é feita à Nova Orleães, não ao abandono da Pátria. A Nova Orleães fez o que quer que fosse à opinião pública. O caso é que a opinião não traga a Nova Orleães. Talvez questões de mulheres, como se dizia na *Grã-Duquesa de Gerolstein*.

Que fazem com isto a imprensa e a opinião? Incitam à emigração. Como?

Acusando o pouco que os colonos vão ganhar na Nova Orleães, e fazendo cotejos que implicitamente lhes lembram o *muito* que ganhariam em São Paulo ou na Califórnia.

Não detêm a corrente – mudam-lhe a direcção. Isto é – dirigem a emigração, o que é uma maneira de a desenvolver, ainda que tomando para isso o caminho mais laborioso.

Mas, enfim, temos a opinião e a imprensa confessando que a vida é extremamente difícil em Portugal, e que a acção natural que todo o cidadão português deve ao seu País – é abandoná-lo.

Entretanto que faz o Governo? Diz-se que o Governo recomendara às autoridades do País que impedissem a emigração. Se assim é, gostamos. Um Governo impedindo a acção de uma lei económica por um officio – tinha-se visto nas anedotas do *Tintamarre*.

É-nos dado, a nós Portugueses, possuir o facto real, autêntico, referendado. Somente que processo emprega o Governo? Coloca-se entre o bote e o emigrante, gritando altivamente:

– «Não passarás!» Agarra-o pela gola da jaqueta, ganindo: «Faz favor de não se safar?» Que o Governo nos esclareça! Bom e querido Governo!... Diante deste grave problema, a emigração, tendo de examinar as condições do País agrícola, de estudar o meio de organizar o trabalho, de regularizar uma emigração interior, de empregar os braços ociosos, de converter em vantagem nacional a energia nativa da população, de obstar ao enfraquecimento do País pela perda da sua riqueza viva, diante destes problemas – o Governo volta-se para o regedor e, por toda a ideia, por toda a ciência, lança esta ordem:

«A respeito dos colonos, o melhor é fechá-los à chave!»

Como solução a um problema económico – o Governo acha uma fechadura. A governação do Estado torna-se questão de serralharia! Um trinco é um princípio: um parafuso, uma instituição! Como vós sois grandes! Deixai-vos ver bem de frente... Ah! Sois imensos! Mas Sancho Pança – era maior.

**QUEIRÓS, Eça de. (1965) *Uma Campanha Alegre: De «As Farpas»*, pp. 313-320**